



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

GLEISIANE PURIFICAÇÃO DE FARIA

**O PROTAGONISMO FEMININO NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS
HÍDRICOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO – SE**

Linha de Pesquisa: Sociologia da Economia, do Desenvolvimento e da
Técnica

São Cristóvão/Se

2023

GLEISIANE PURIFICAÇÃO DE FARIA

O PROTAGONISMO FEMININO NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS
NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO – SE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a. Vilma Soares de Lima Barbosa

São Cristóvão/Se

2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

F224p Faria, Gleisiane Purificação de
O protagonismo feminino no gerenciamento dos recursos hídricos na zona rural do município de Poço Redondo - SE / Gleisiane Purificação de Faria ; orientadora Vilma Soares de Lima Barbosa. – São Cristóvão, SE, 2023.
132 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Sociologia. 2. Recursos hídricos. 3. Liderança em mulheres - Poço Redondo (SE). 4. Papel social. 5. Política pública. I. Barbosa, Vilma Soares de Lima, orient. II. Título.

CDU 316.662-055.2:556.18(813.7)

AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado foi a realização de um sonho que não ousava sonhar até passar no processo de seleção em 2020. Para conseguir alcançar a conclusão deste sonho, não poderia esquecer da participação e contribuição de várias pessoas, sendo com informações, recomendações, incentivos e até mesmo gestos de carinho.

Agradeço primeiramente a minha família, por ter me dado forças, por me orientar nos momentos mais difíceis desta jornada, por ter paciência e discernimento para encarar e conseguir chegar ao fim.

A minha mãe, Maria Edenilde P. de Faria, que nunca desistiu de mim e sempre me apoiou mesmo quando não entendia o propósito final das minhas ações. Que deu tudo de si e ainda dá, para que eu possa me dedicar à pesquisa e aos estudos mesmo acreditando que eu devia estar atuando no mercado de trabalho. Que sente orgulho de mim e sente prazer em dizer a todos que suas filhas são todas graduadas. Graças a você eu também me orgulho de quem me tornei.

Ao meu pai, Jorge Monteiro de Faria (in memoriam) de quem herdei o amor pelo saber. Que nunca permitiu que seus filhos abrissem mão dos estudos, acreditando que só assim seríamos alguém na vida. Que nunca disse às filhas que não poderiam fazer algo por ser mulher. Com ele, eu cresci acreditando que podia tudo e posso. Que me ensinou o que significava feminismo quando eu tinha apenas nove anos. Mesmo ausente, sei que onde estiver, estará feliz e orgulhoso de mim.

A minha orientadora, Professora Doutora Vilma Soares de Lima Barbosa, por acreditar na minha proposta e me guiar nessa desafiante pesquisa. Suas orientações foram determinantes para a minha formação, saiba que serei eternamente grata. Obrigada por não ter desistido de mim.

Agradeço em especial a minha Irmã Cristiane por ter sido meu refúgio e meu suporte durante a pesquisa de campo. A minha irmã Marcely por seus conselhos e incentivos durante a escrita da dissertação. Devo também essa pesquisa a vocês duas.

Ao professor Doutor Mário Jorge de Campos que me acompanhou em todas as viagens de campo e me assumiu como sua orientanda simbolicamente, me apoiou todo o tempo e me tem como uma grande socióloga quando ainda não sou, mas graças a sua fé em mim eu também acredito que um dia serei.

Aos professores da banca examinadora, prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos e prof. O Dr. Ivan Fontes Barbosa, pela disponibilidade, recomendações e ensinamentos que contribuíram para o embasamento e conclusão desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia, pelas discussões científicas e por todo direcionamento dado nas disciplinas. Incluo aqui a contribuição da professora Mônica Cristina Silva Santana do programa de Antropologia por suas contribuições e apoio, também por ter acreditado na qualidade e relevância da minha pesquisa.

Aos colegas e amigos de mestrado que caminharam nessa jornada junto comigo, especialmente a Emanuella Alves e Aline Rangel por todo apoio, carinho e suporte, vocês tornaram essa jornada mais fácil e prazerosa. Obrigada.

A secretária, Dayanne, pelo profissionalismo e toda atenção com os discentes vinculados ao Programa. Você é uma profissional exemplar.

A CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Aos órgãos públicos, a Secretaria da Agricultura do Município de Poço Redondo, ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Social (CMDS), Instituto de Capacitação, Assessoria Técnica e Extensão Rural (ICATUR), Unidade de Produção Camponesa (UPC), a Associação Comunitária de Queimadas e a Associação Cultural Raízes Nordestinas. Ao secretário da agricultura Moisés da Silva França, juntamente com o presidente do CMDS, Marcos da Silva França, e a sua secretária, Daniela, por nos apresentar às comunidades e as lideranças, além de nos auxiliar em todo o período da pesquisa.

Por fim, agradeço a cada agente que contribuiu com a realização desta pesquisa, contribuiu para que eu crescesse como pesquisadora e como pessoa, sem vocês essa pesquisa não teria existido.

Dedico este trabalho ao meu pai Jorge Monteiro de Faria (in memoriam) e a minha mãe Maria Edenilde Purificação de Faria.

“Eu sou feminista. Tenho sido mulher há tanto tempo, seria estúpido não estar do meu próprio lado”.

Maya Angelou

RESUMO

A presente pesquisa escolheu como objeto de estudo analisar “o protagonismo feminino” enquanto foca no papel da mulher como administradora dos recursos hídricos e dialoga com questões referentes a políticas públicas, técnicas e estratégias de enfrentamento às condições edafoclimáticas do semiárido, além das configurações de relações de gênero e papéis sociais presentes no modelo de desenvolvimento que está sendo implementado no semiárido. Possui como objetivo principal investigar a importância da mulher frente ao gerenciamento dos recursos hídricos enquanto habitantes da região semiárida sergipana. Como método de pesquisa, foi feito um estudo exploratório de caráter qualitativo, com o fim de observar como as mulheres da região do Alto Sertão sergipano se percebem ao gerenciar os recursos hídricos no período de estiagem. Após a fase de pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo concretizou-se com a escolha do município de Poço Redondo em Sergipe, após um processo de triagem que levou em consideração pontos como: presença considerável de mulheres nas comunidades; atuação das mulheres no gerenciamento dos recursos hídricos; e programas e políticas públicas presente na região. Para a coleta de dados foram utilizadas a pesquisa documental, observação participante e entrevistas, ocorridos no período de 17 de março a 13 de dezembro de 2022. A pesquisa tem como suporte teórico a teoria de Pierre Bourdieu sobre violência simbólica e poder simbólico. Ademais, a teoria feminista, de gênero e discussões sobre feminilidade e masculinidade foram fundamentais para a compreensão da construção social de gênero em culturas patriarcais. A análise dos dados obtidos em campo mostrou que enquanto estavam presas a obrigação de gerenciar os recursos hídricos, a vida das agentes estava atrelada também ao patriarcalismo, ao conservadorismo e à dominação masculina. Apenas quando as políticas públicas de abastecimento e distribuição de água chegaram na região é que as mulheres puderam se dedicar e investir tempo em sua formação e emancipação. Sinal disso é que, durante o período da pesquisa, foi possível ver as mulheres que estão engajadas nas atividades da associação e das cooperativas são casadas, mães e livres para trabalhar fora de suas residências, entretanto, essa “liberdade” ainda carece do aval do companheiro. O protagonismo feminino no campo em que a pesquisa foi desenvolvida possui um caráter complexo, uma vez que as mulheres são todas protagonistas, no entanto, o *habitus* dominado ainda se faz presente, o que demonstra que a mudança de *habitus* é lenta e difícil.

Palavras-chave: Gênero. *Habitus*. Lideranças femininas. Políticas públicas. Recursos hídricos.

ABSTRACT

The present research chose as an object of study to analyze “female protagonism” while focusing on the role of women as managers of water resources and dialoguing with issues related to public policies, techniques and strategies for coping with the edaphoclimatic conditions of the semi-arid region, in addition to the configurations of relationships of gender and social roles present in the development model that is being implemented in the semi-arid region. Its main objective is to investigate the importance of women in the management of water resources as inhabitants of the semi-arid region of Sergipe. As a research method, an exploratory qualitative study was carried out, in order to observe how women in the Alto Sertão region of Sergipe perceive themselves when managing water resources during the dry season. After the bibliographical research phase, the field research was carried out with the choice of the municipality of Poço Redondo in Sergipe after a screening process that took into account points such as: considerable presence of women in the communities; women's performance in the management of water resources; and programs and public policies present in the region. For data collection, documentary research, participant observation and interviews were used, from March 17 to December 13, 2022. The research is theoretically supported by Pierre Bourdieu's theory of symbolic violence and symbolic power. Furthermore, feminist and gender theory and discussions about femininity and masculinity were fundamental for understanding the social construction of gender in patriarchal cultures. The analysis of data obtained in the field showed that while they were bound by the obligation to manage water resources, the life of the agents was also bound by patriarchy, conservatism and male domination. Only when public policies for water supply and distribution arrived in the region could women dedicate themselves and invest time in their training and emancipation. An example is that during the research period, it was possible to see the women who are engaged in the activities of the association and cooperatives are married, mothers and free to work outside their homes, however, this “freedom” lacks the partner's endorsement. The female protagonism in the field in which the research was developed has a complex character, since women are all protagonists, however, the dominated habitus is still present, which demonstrates that the change of habitus is slow and difficult.

Keywords: Gender. Habitus. Female Leaders. Public policy. Water resources.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização da região semiárida no Estado de Sergipe	17
Figura 2: Noção de habitus.....	43
Figura 3: Cisterna de placa construída no quintal da sede da Associação Dom José Brandão de Castro.....	58
Figura 4: Cisterna de placa instalada ao lado de uma residência.....	59
Figura 5: definição de micro e macro por Bernard Lahire.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia do movimento feminista até virar uma teoria.....	31
Quadro 2 – Histórico das secas na região Nordeste.....	62
Quadro 3 – Políticas públicas voltadas ao semiárido.....	63

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Produção científica sobre o protagonismo feminino e a transformação ou impactos positivos na comunidade em que vivem.....	49
TABELA 2: História das mulheres feministas que tiveram destaque em conquistas nas políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil.....	71
TABELA 3: História das Políticas Públicas voltadas para as mulheres no Brasil.....	75
TABELA 4: Dados de caracterização dos agentes pesquisados que aceitaram responder a entrevista semiestruturada.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Social
ICATUR - Instituto de Capacitação, Assessoria Técnica e Extensão Rural
UPC - Unidade de Produção Camponesa
ACQ - Associação Comunitária de Queimadas
ACRN - Associação Cultural Raízes Nordestinas
MST - Movimento Sem Terra
ONU - Organização das Nações Unidas
P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro
COP3 - Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca
APL - Arranjos Produtivos Locais
ANA - Agência Nacional de Águas
IFOCS - Inspeção Federal de Obras Contra as Secas
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
PIN - Programa de Integração Nacional
I PND - Programa de Redistribuição de Terra (I Plano de Desenvolvimento Nacional)
II PND - Programa de Terras Integradas do Nordeste (II Plano de Desenvolvimento Nacional)
PROHIDRO - Programa de Recursos Hídricos do Nordeste
PRODEA - Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
CNNDM - Conselho Nacional de Direito da Mulher
SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
TSE - Supremo Tribunal Eleitoral
STF - Supremo Tribunal Federal

Sumário	
INTRODUÇÃO	13
Procedimentos metodológicos	15
CAPÍTULO I	25
PROTAGONISMO FEMININO NA REGIÃO DE CLIMA SEMIÁRIDO: GÊNERO, FEMINISMO E ÁGUA	25
1.1. Feminismo e empoderamento feminino	28
1.2. Gênero	34
1.3. Divisão sexual do trabalho por Pierre Bourdieu.	39
1.3.1. Noção de <i>Habitus</i> e Campo por Bourdieu	42
1.4. Gênero e feminismo no ambiente acadêmico	45
1.4.1. protagonismo feminino e recursos hídricos em revistas e periódicos	48
CAPÍTULO II	55
O CAMPO IMAGINADO E O CAMPO REAL	55
2.1. Caracterização do campo	56
2.2. A história da seca no Nordeste: Políticas públicas e a gestão do uso da água no Brasil	60
2.3. Políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil	70
2.4. A mulher e o semiárido	79
CAPÍTULO III	85
PROTAGONISMO FEMININO: EM BUSCA DE IGUALDADE DE DIREITOS EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL	85
3. 1. Caracterização dos agentes da pesquisa	87
3.2. Protagonismo feminino em meio a construção social de masculinidade e feminilidade.	90
3.3. Dominação Masculina	96
3.4. Protagonismo feminino e o direito à igualdade	103
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS:	112

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo nasceu inicialmente como “o protagonismo feminino no gerenciamento dos recursos hídricos na zona rural de clima semiárido”, porém após o andamento da pesquisa, observou-se a necessidade de restringir a área de estudo, de modo que mudou para o tema atual. A ideia em trabalhar esse tema surgiu de conversas com duas das minhas irmãs, mulheres que como eu percebem a necessidade de entender os papéis que as mulheres possuem na sociedade dentro dos conflitos que permeiam a temática de gênero.

Mas porquê escolher relacionar gênero e recursos hídricos? E porquê relacionar gênero e região semiárida? A resposta para essas perguntas vem de bem antes, quando, durante a graduação de minha irmã mais velha, a auxiliei em suas pesquisas referentes à sua área de formação, a Engenharia Florestal. Nesse período o tema região semiárida, biomas, formações rochosas e habitantes se tornaram familiares na teoria e nas narrações das viagens de campo realizadas por ela para as cidades que fazem parte do semiárido sergipano e alagoano (calor, seca, chão rochoso, caatinga renascendo no inverno e mudando de cor no verão, flora e fauna belíssimas, Rio São Francisco, sede, fome e tantos outros), eles despertaram em mim a paixão pela região que não conhecia pessoalmente, porém admirava.

Assim, a presente pesquisa tem como objeto de estudo o protagonismo feminino enquanto foca no papel da mulher como administradora dos recursos hídricos e dialoga com questões referentes a políticas públicas, técnicas e estratégias de enfrentamento às condições edafoclimáticas¹ do semiárido, além das configurações de relações de gênero e papéis sociais presentes no modelo de desenvolvimento que está sendo implementado no semiárido.

A escolha da cidade de Poço Redondo, município do estado de Sergipe localizado na região denominada de alto sertão, se deu de acordo com critérios prévios² junto com a decisão de delimitar a pesquisa em apenas uma ou duas comunidades de apenas um município devido ao tempo disponível para a realização do estudo. Após o processo de triagem³, contato inicial

¹ Relativa ao solo e ao clima, uma vez que o solo pedregoso da região de clima semiárida contribuiu para que a água evapore muito rápido, e assim a população sofra com a escassez hídrica no período de estiagem.

² Estar localizada na região semiárida, possuir sistemas de captação de água, possuir lideranças femininas e ser receptiva a pesquisa.

³ O processo de triagem será explicado melhor na metodologia.

com as lideranças e assinatura do termo de consentimento, a pesquisa de campo foi iniciada durante o ano de 2022 na cidade de Poço Redondo. O contato com as mulheres, objeto de estudo, aconteceu em momentos diversos de interação e reconhecimento da área. Contato esse, feito com a intenção de analisar a relação dessas mulheres com a região semiárida em período de estiagem visando obter respostas para as questões:

1) Ao administrar os recursos hídricos durante o período de estiagem no semiárido, as mulheres ocupam a posição de protagonista dando visibilidade a sua posição como sujeito social?

2) Até que ponto o exercício dessa atividade contribui para uma mudança no comportamento tanto das mulheres como dos homens quanto aos costumes patriarcais estabelecidos na nossa cultura?

3) Realmente existe essa dinâmica de ordem simbólica em que o homem assume o papel de provedor e a mulher o papel doméstico?

A hipótese consiste no fato de que as mulheres ainda assumem uma posição de subordinação e submissão diante dos companheiros e que, ao administrarem os recursos hídricos, tendem a assumir um papel mais efetivo nas decisões políticas referentes à comunidade, como também nas decisões domésticas, passando a se ver como protagonistas e responsáveis pela subsistência da família. O objetivo geral da pesquisa concentra-se em investigar a importância da mulher frente ao gerenciamento dos recursos hídricos enquanto habitantes da região semiárida sergipana. Nessa direção, temos como objetivos específicos:

- a) compreender o papel da mulher no gerenciamento dos recursos hídricos;
- b) identificar o impacto das políticas públicas na vida das mulheres;
- c) identificar as tensões enfrentadas pelas mulheres no gerenciamento dos recursos hídricos.

Ao longo das décadas várias ações foram implementadas junto com mecanismos legais de regulação do uso da água como formas de enfrentamento a essa problemática da seca nessa região, entretanto, as estratégias utilizadas pelo governo, em sua maioria ações pontuais e esporádicas, não conseguiram solucionar o problema da água no Nordeste (Soares; Barbosa, 2019). Por volta dos anos 1990 houve uma mudança de estratégia de enfrentamento das questões climáticas no semiárido. As antigas políticas de combate à seca abrem espaço à perspectiva de convivência com o semiárido como parte de um projeto político-social com base no desenvolvimento sustentável e no envolvimento das populações locais (Diniz; Lima, 2017, p. 191).

Ações como programas de combate à pobreza rural, agricultura familiar, créditos para agricultores, bolsas garantia safra, cisternas para captação de água da chuva, são reflexos dessa política de convivência com o semiárido (Andrade; Nunes, 2014). Com a mudança de paradigma constatou-se que muitos avanços foram vistos na formulação de políticas de água, como exemplo, a participação da sociedade na tomada de decisão (Soares; Barbosa, 2019). No entanto, apesar das políticas públicas existentes, as ações do governo ainda não são suficientes para promover a justiça social e seu desenvolvimento, se mostrando apenas atos paliativos. Promover o desenvolvimento sustentável é antes de tudo realizar projetos políticos eficazes visando diminuir a pobreza e favorecer a convivência com o semiárido.

Como sujeitos sociais, as mulheres lutam há algumas décadas por seus direitos e por melhores condições de vida. Ainda que essas lutas sejam recentes historicamente falando, principalmente se compararmos com as lutas dos homens por direitos civis, foram responsáveis por grandes avanços, uma vez que suas lutas não incluem apenas benefícios isolados ao sexo feminino e sim à sociedade como um todo. Pesquisar sobre mulheres dentro das Ciências Sociais é, antes de tudo, compreender como a sociedade está estruturada atualmente, com suas tensões, com seus avanços e retrocessos, com direitos conquistados e/ou perdidos.

Outrossim, trazer a mulher para o papel principal em uma pesquisa é uma ação cada vez mais premente como forma de entendermos as relações de força e resistência que elas estabelecem seja na vida doméstica ou nos espaços públicos, a exemplo das instituições que atuam no gerenciamento dos recursos hídricos. A relação entre o protagonismo feminino e o manejo dos recursos hídricos, um bem fundamental à sobrevivência humana, principalmente nas regiões de clima semiárido, precisa se tornar mais clara para que a sociedade entenda qual o papel da mulher na luta pela sobrevivência no sertão. As mulheres acabam sendo tão protagonistas nesse cenário tanto quanto os homens, o que torna gênero e água um tema quase interligado no sentido de que é impossível falar da mulher que habita a região de clima semiárido sem falar de água. O fato nos instiga a querer depreender como ocorre o gerenciamento desses recursos, como elas se veem nesse processo e quais mudanças provocam nas regras socialmente estabelecidas.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, realizada com o fim de observar como as mulheres da região do Alto Sertão sergipano se percebem ao gerenciar os recursos hídricos no período de estiagem. Após a fase de pesquisa bibliográfica, a

pesquisa de campo concretizou-se com as primeiras viagens em janeiro de 2022 pelos municípios de Carira, Nossa Senhora da Glória, Canindé do São Francisco e Poço Redondo em Sergipe, incluídos na região de clima semiárido.

Para a escolha da comunidade de estudo utilizou-se os seguintes critérios de triagem:

a) comunidades que necessitam de cisternas ou reservatórios de água para a subsistência no período de seca;

b) presença considerável de mulheres nas comunidades;

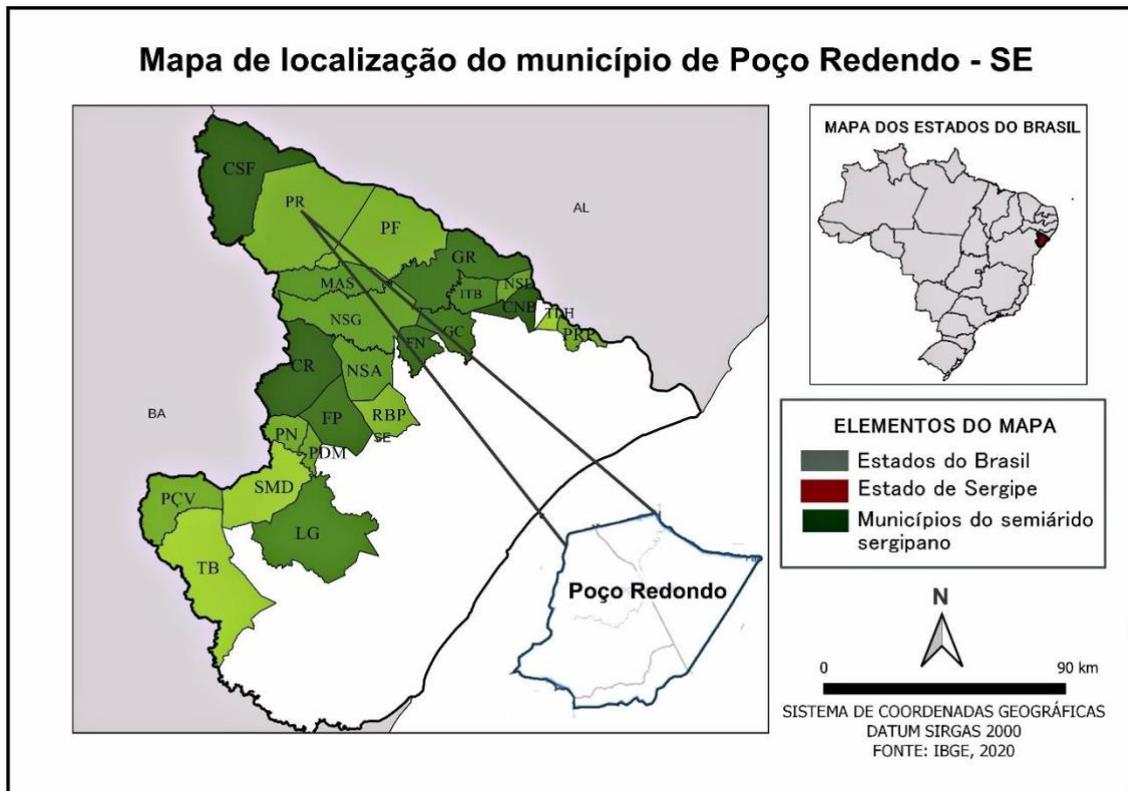
c) atuação das mulheres no gerenciamento dos recursos hídricos;

d) programas e políticas públicas presente na região;

Após uma análise das comunidades visitadas, as comunidades de Queimada e Santa Rosa do Ermírio, localizadas no município sergipano de Poço Redondo foram selecionadas. A cidade fica localizada a 174 km da capital Aracaju, estando a uma altitude de 188 metros acima do nível do mar (IBGE, 2013). Possui uma área de 1.220,123 km² (IBGE, 2020) e a população estimada é de 35.461 pessoas. Faz divisa com os municípios de Canindé do São Francisco e Porto da Folha em Sergipe, Piranhas e Pão de Açúcar no estado de Alagoas e Pedro Alexandre e Santa Brígida no estado da Bahia (IBGE, 2021). A seleção de apenas duas comunidades de uma única cidade ocorreu de acordo com a necessidade de adequar o tempo de pesquisa ao objeto de estudo e assim buscar entregar uma pesquisa de qualidade ao leitor.

Poço Redondo (Ver Figura 1) é um município localizado no Estado de Sergipe e possui mais de 30 comunidades denominadas de povoados, que por estarem localizadas na região de clima semiárido também conhecida como sertaneja, se mostrou previamente ideal para o desenvolvimento do estudo.

Figura 1: Mapa da localização da região semiárida no Estado de Sergipe



Fonte: Elaborado pela autora, Faria (2023), adaptado de IBGE (2020).

No mapa é possível ver a extensão territorial do município de Poço Redondo e os municípios sergipanos com quem faz fronteira. Após a visita prévia e reunião⁴ com os habitantes das comunidades, foi feita uma triagem para a escolha de três comunidades, utilizando critérios como; presença de sistemas de captação de água nas moradias das comunidades, presença feminina considerável, fácil acesso e rota de visitação e receptividade. O acesso às informaçoes e as comunidades foi possível com o auxílio do atual secretário de agricultura do município, Moisés da Silva França, popularmente conhecido por Moisés de Enoque, juntamente com o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social (CMDS), Marcos da Silva França. Outros  rg os com os quais também foi possível obter acesso aos dados necessários, foram o Instituto de Capacita o, Assessoria Técnica e Extensão Rural (ICATUR), a Unidade de Produ o Camponesa (UPC), a Associa o comunitária de Queimadas e a Associa o Cultural Raízes Nordestinas.

Para a efetiva o do estudo foi realizada primeiro a pesquisa bibliográfica e a documental, cujo objetivo é investigar o contexto histórico e sociopolítico no qual estão

⁴ Reunião realizada pela CMDS no dia 17 de março de 2022 com lideranças das comunidades de Poço Redondo para resolver as demandas dos locais.

inseridos os sujeitos da pesquisa, permitindo também fornecer dados teóricos de análise dos resultados alcançados. A pesquisa bibliográfica foi realizada através de livros e de artigos publicados em periódicos e indexados na internet em bancos de dados no quais é possível obter acesso utilizando canais de busca como o *Google Scholar* e a base de dados da *Scopus*. Como procedimento de triagem na pesquisa bibliográfica foram utilizadas palavras-chaves que direcionam a pesquisa no *Google Scholar* às obras úteis à pesquisa e na base de dados da *Scopus*. Junto com as palavras-chaves foram utilizados os operadores booleanos a fim de mensurar autores, instituições e áreas de publicações referentes ao tema vigente. Segundo Santos (2009) “A utilização de filtros facilita as buscas, possibilitando a identificação das referências mais significativas e a melhor delimitação do tema da pesquisa. Como exemplo, os operadores booleanos *and*, *or* e *not*, entre outros recursos.” A pesquisa bibliográfica geralmente é desenvolvida com o auxílio de livros e artigos científicos que tem a função de complementar o estudo com informações que já foram disponibilizadas e que não faz sentido ir coletar pessoalmente apenas para trazer mais do mesmo. Como afirma Gil (2008):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (Gil, 2008, p. 50).

Assim como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental tem a função de auxiliar ao pesquisador com informações relacionadas ao interesse de estudo, e podem ser de várias naturezas: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. (Gil, 2008). A coleta de dados em campo ocorreu inicialmente com a realização do levantamento da quantidade de comunidades existentes através de documentos oficiais, nos quais constam que a cidade de Poço Redondo possui mais de 30 comunidades distribuídas em 1232,1 km².

Inicialmente foram selecionadas três comunidades, Serra da Guia, Queimada Grande e Santa Rosa do Ermírio, devido a receptividade dos habitantes e a facilidade de acesso. Inclusive, foi feito contato com as lideranças das três comunidades e as visitas seguintes foram agendadas. No entanto, durante o andamento da pesquisa, por motivo de força maior, a comunidade de Serra da Guia foi excluída, ficando apenas as comunidades de Queimada Grande e Santa Rosa do Ermírio. Após o processo de triagem, foi iniciada a pesquisa de campo exploratória

utilizando a técnica de observação participante que, segundo Minayo (2009), é o processo em que o pesquisador assume o posto de observador social com a finalidade de realizar uma investigação científica. Minayo (2009) explica ainda que:

O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa (Minayo, 2009, p. 70).

A observação participante permite ao pesquisador maior flexibilidade na realização da pesquisa, se adaptando. Inclusive, às adversidades enfrentadas pelo observador durante o processo de pesquisa de campo. Gil (2008, p. 57) esclarece que, diferente da pesquisa estatística que o foco está mais no levantamento de dados sócio econômicos, “num estudo de campo, a ênfase poderá estar, por exemplo, na análise da estrutura do poder local ou das formas de associação verificadas entre seus moradores”. É possível definir a “observação participante” como o ato de participar ativamente da realidade de um local, grupo ou de uma determinada situação. O observador participante se integra ao grupo assumindo o papel de membro e, segundo Gil (2008), possui duas formas distintas: a natural e a artificial. A natural é quando o pesquisador pertence ao grupo ou local que está sendo investigado e a artificial é quando o pesquisador passa a fazer parte do grupo com o objetivo de pesquisar a realidade local.

Em conjunto com a observação participante foi utilizada também a técnica da entrevista semiestruturada com o objetivo de coletar informações pertinentes à pesquisa. A entrevista utiliza como técnica não só a coleta de dados, mas também o diagnóstico e a orientação. A entrevista é definida por Minayo (2009) como uma conversa realizada por dois indivíduos ou por um grupo de interlocutores, moderada e realizada por iniciativa do entrevistador com a finalidade de coletar informações importantes para o objeto de uma pesquisa. Gil (2008, p. 109) segue uma definição parecida ao afirmar que a entrevista pode ser definida como uma técnica em que o entrevistador, diante do entrevistado, formula perguntas com a finalidade de obter dados que interessem à sua investigação. “A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Outras vantagens da utilização da técnica nas Ciências Sociais são possibilitar a obtenção de dados relacionados aos mais diversos aspectos sociais, é eficiente na obtenção de dados com profundidade relacionados ao comportamento humano, os dados obtidos podem ser quantificados e classificados, não exige que o entrevistado saiba ler e escrever, possibilita agregar um grande número de respostas, é flexível já que o entrevistado pode esclarecer qual o

sentido das perguntas e se adaptar a responder de acordo, além de que possibilita ao pesquisador estudar e compreender a expressão corporal, o tom de voz e a ênfase das respostas do entrevistado (Gil, 2008).

Na pesquisa qualitativa o envolvimento do entrevistado com o entrevistador é fundamental, pois esse envolvimento possibilita o aprofundamento da investigação e da objetividade da pesquisa. São as inter-relações comuns ao ato da entrevista que possibilita a afetividade, a existencialidade, o estudo do dia a dia e das experiências e linguagens do senso comum que são fundamentais para o sucesso de uma pesquisa (Minayo, 2009). Um exemplo é que na presente pesquisa, já no primeiro contato com os futuros agentes objeto de análise, houve acolhida por parte dos membros das comunidades e uma generosa troca de informações em que cada um se colocou à disposição, se apresentou, disponibilizou seus contatos e estiveram dispostos em contribuir em todas as vezes que houve interações, seja a distância ou pessoalmente.

A hipótese de que ao desenvolver vínculo com os agentes, a pesquisa possa sofrer com a tendenciosidade em assumir lados por parte do pesquisador não se revelou uma ameaça no caso desta pesquisa. O fato de ser uma mulher estudando mulheres também não passou por esse tipo de risco, pois, apenas o fato de possuir o mesmo gênero não é suficiente para que uma possa entender a outra. É preciso que possua as mesmas vivências e realidades parecidas para que a empatia gerada venha a colocar em risco a idoneidade da pesquisa ou que ocorra o risco de levar o pesquisador a assumir um lado na investigação. Mas é importante ressaltar que o processo de análise das entrevistas e da realidade do campo é feita toda sob a luz de teorias que explicam cada situação, então esse risco de tornar a pesquisa tendenciosa é quase nula.

Embora as entrevistas nem sempre tenham sido tranquilas e profundas devido a fatores sociais, climáticos e ao tempo limitado das visitas, na maioria das vezes foram enriquecedoras e desafiantes. Por exemplo, em momentos em que a postura de entrevistador exigia postura profissional, o fato de seus depoimentos gerarem empatia, tornava extremamente difícil o exercício de se manter neutra e analisar cada situação objetivamente. Um dos grandes desafios das pesquisas nas Ciências Sociais é fazer do sujeito com que nos identificamos um “objeto” a ser investigado. Pesquisar não é fácil, é desgastante, exige muito tempo e paciência, porém, possui benefícios que ficam com o pesquisador para sempre como o crescimento pessoal e profissional, a quebra de barreiras entre realidades distantes, a sororidade entre mulheres que em outro caso nunca teriam se cruzado, a empatia com mulheres que tomaram decisões difíceis na vida fazendo com que as entenda e não as julgue, o respeito por suas histórias e a felicidade

por cada vitória alcançada, principalmente, a amizade com mulheres admiráveis que *deixaram um pouco de si na minha história e que guardarei com carinho.*

As comunidades escolhidas e que tornaram tudo isso possível, foram Santa Rosa do Ermírio que possui 12.000 habitantes e faz divisa com o município de Pedro Alexandre na Bahia, sendo o maior povoado sergipano. Fundado em 03 de março de 1959, nasceu como uma fazenda de nome Fazenda Santa Rosa no ano de 1945, de propriedade de um casal pernambucano chamado Ermírio Torres Machado e Clotilde Simões da Silva, que foram atraídos pelas terras arenosas e férteis, ideais para a criação de lavouras. O surgimento da fazenda possibilitou que novas famílias comessem a povoar a região, em 1959, com a realização da primeira feira comercial, a região se tornou de maneira definitiva um povoado. Hoje a comunidade possui um território equivalente à do município sergipano Monte Alegre de Sergipe e tem a maior bacia leiteira do estado, produzindo cerca de 120 mil litros de leite por dia. O leite produzido na região abastece grandes e pequenas fábricas de laticínio, constituindo em 90% da fonte de renda das famílias locais. Desde 1988 que o povoado busca a emancipação, almejando ser elevado à categoria de município, um sonho alimentado por toda a população da região (Costa, 2021).

Queimada Grande que surgiu como um assentamento. Localizado ao lado da rodovia BR-235 na rota do sertão, no passado era uma fazenda de nome Queimada Grande, de propriedade de um senhor chamado José Ferreira Neto, conhecido por Zé Ferreira pela população. Após intenso conflito com o Movimento Sem Terra (MST), o proprietário perdeu a batalha e a fazenda virou um assentamento, evoluindo para um povoado posteriormente. Queimada Grande hoje possui ruas pavimentadas, luz elétrica, água encanada, associações e cooperativas, comércios e pequenas fábricas.

Cada liderança ou presidente das associações participa de reuniões mensais realizadas nas últimas quinta-feira de cada mês, na sede da EMDAGRO com o presidente do órgão público, onde fazem reivindicações, chegam a acordos e lutam pelos direitos dos moradores de suas comunidades. Através do professor Dr. Mário Jorge, que foi professor do secretário da agricultura de Poço Redondo, Moisés de Enoque, descobri que haveria uma reunião no dia 17 de março com as lideranças das comunidades e na companhia do professor e de minha irmã mais velha que também estava fazendo pesquisa para o mestrado na região semiárida, partimos para a cidade para comparecermos a reunião. Assim, o primeiro contato com os habitantes do município de Poço Redondo aconteceu no dia 17 de março de 2022, em uma reunião com membros das associações de moradores da região, realizada na sede do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social (CMDS). O evento começou às nove da manhã e terminou ao meio

dia. Às dez e meia da manhã foi feito um intervalo em que os líderes se juntaram em grupos para conversarem, nesse momento tive a oportunidade de me apresentar e coletar contatos que futuramente viriam a ser muito úteis. Aqueles rostos desconhecidos se tornaram familiares no decorrer do ano de 2022.

Após a reunião e a pausa para o almoço, junto com a secretária do presidente da CMDS, partimos os quatro para conhecer as comunidades distribuídas ao longo do território Poço Redondense. A primeira comunidade visitada foi o Povoado Queimada Grande, que surgiu de um assentamento rural e hoje possui praça, igreja, casas e associações de moradores. A comunidade é liderada por Maria⁵, que se mostrou solícita e nos apresentou aos membros da associação em que trabalha como presidente, apresentou a sede, apresentou as atividades realizadas no local e contou um pouco de sua história como líder comunitária. Na comunidade de Santa Rosa do Ermírio, após dirigir por estradas de chão e passar por casas de campo, fazendas enormes, médias e pequenas roças, fomos apresentados a comunidade escolar localizada no centro urbanizado, aos líderes comunitários e ao local que lembra em tudo uma região urbana com bancos, postos de gasolina, shopping do agronegócio, lojas e supermercados. Contraditoriamente, a comunidade ainda vive da terra, da roça, das plantações, da produção de leite, do artesanato e estão intimamente ligadas às suas raízes.

A parada seguinte seria na comunidade Serra da Guia, liderada por L., jovem ocupada e engajada na comunidade que é remanescente de quilombo. Viagem que não ocorreu porque L. precisaria viajar para uma reunião em outra cidade, ocasião em que seu contato foi salvo para ser marcada outra data. Por motivos diversos, a visita à comunidade nunca aconteceu, ficando de fora da observação participante. Foram feitas visitas a outras povoações, comunidades voltadas para a produção de algodão, voltadas para a produção de mel de abelhas e comunidades voltadas à criação de peixes. Ficaram a promessa de visitas futuras, mas devido à natureza da pesquisa, a prioridade foi levar adiante o estudo com as mulheres e o gerenciamento dos recursos hídricos. Com a escolha das comunidades de Queimada Grande, Santa Rosa do Ermírio e Serra da Guia, que ainda estava incluída na pesquisa nessa ocasião, voltamos para casa deixando as próximas reuniões agendadas. A reunião seguinte ficou agendada para o final de março, mas foi suspensa devido ao decreto municipal que proibiu reuniões presenciais devido ao aumento dos casos de infecções por covid 19, uma vez que o hospital local se encontrava sem leitos para suprir a alta demanda. Decreto que só chegou ao fim nos últimos dias de abril.

⁵ Usarei nomes fictícios para preservar a identidade dos agentes da pesquisa (ver tabela 4 no item 3.1).

Ao entrar em contato para marcar novas visitas, que seriam utilizadas principalmente para conhecer as mulheres e observar as comunidades, outro fator impediu que fossem marcadas, as chuvas intensas e atípicas na região haviam destruído estradas e estavam impedindo o acesso para as comunidades. A comunidade de Serra da Guia, por exemplo, estava isolada e incomunicável. As estradas da cidade de Poço Redondo estavam intransitáveis. O período chuvoso durou até dezembro de 2022, ocasião em que foram feitas as últimas pesquisas de campo. Inclusive a visita do dia 17 de março ocorreu em parte debaixo de chuvas intensas, houve momentos em que não dava sequer para enxergar a estrada. Um dado importante é que as chuvas na região de clima semiárido ocorrem em períodos de 3 meses e os outros 9 meses são de estiagem, fato que não ocorreu no período da pesquisa devido às adversidades climáticas enfrentadas pela região. Diante disso, foram feitas tentativas de visita ao campo nos meses de maio, junho e julho, porém, devido a cheia do rio São Francisco, as chuvas intensas e o deslizamento de estradas, não puderam ser realizadas.

A reunião seguinte finalmente ocorreu no final de semana após o feriado em outubro. Nos dias 14, 15 e 16 foram realizadas entrevistas, observações e interações bastante produtivas. Em 13 de dezembro de 2022 foi realizada a última visita de campo, momento em que as entrevistas renderam apenas o suficiente para finalizar a pesquisa. Nessa ocasião se fez mais uso do diário de campo e da observação. As mulheres, cerca de 30 delas,⁶ se recusaram a responder ao questionário por motivos diversos, mas por terem assinado os termos de consentimento, serviram de agentes da pesquisa através da observação participante.

O registro da observação foi feito com o auxílio de um diário de campo na maior parte do tempo. Foram usados também aparelhos de smartphones que foram utilizados para a gravação das entrevistas e câmeras fotográficas utilizadas para registrar as reuniões. Os equipamentos foram utilizados em comum acordo e com a autorização de todos, que inclusive assinaram os termos de consentimento livre e esclarecidos. Beaud e Weber (2007) afirmam que o diário de campo transforma uma experiência social comum em uma pesquisa etnográfica ao devolver fatos marcantes que nossa memória corre o risco de não lembrar ou de mudar o contexto, além de garantir que a ordem cronológica seja fiel aos acontecimentos. A análise dos dados coletados durante o período de observação seguiu a categoria de amostragem *ad libitum*, um dos quatro métodos que foi criado por Martin e Bateson (1993) para a avaliação de amostragem em observação e que significa à vontade. Nesse método o observador anota apenas o que considera potencialmente relevante para a pesquisa. Já a observação participante ocorreu

⁶ Embora nem todas fossem lideranças, participam das reuniões e ocupam alguma função nas associações.

em todos os momentos de interação e convivência com os agentes da pesquisa que vivem nas comunidades de Santa Rosa do Ermírio e Queimada Grande. Em todas as visitas foi possível observar o comportamento, as ações e o modo de vida das mulheres e homens locais.

Para isso pudemos contar com autores brasileiros e de outras nações que possuem enorme peso nas áreas em que se propõem a trabalhar. Para discutir feminismo e gênero utilizamos o suporte de Jacqueline Pitanguy, Heleieth Saffioti, Joan Scott, Louro e Robert Connell. Para discutir campo, *habitus* e violência simbólica utilizamos principalmente Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. E para discutir feminilidade e masculinidade recorreremos às contribuições acadêmicas de Nader e Caminotti entre os outros.

A presente dissertação foi dividida em introdução, capítulo I, capítulo II e capítulo III nos quais discutimos na introdução respectivamente as hipóteses, objetivos, justificativa e metodologia utilizada. No capítulo I, nomeado de “Protagonismo feminino na região de clima semiárido: gênero, feminismo e água”, foi realizada uma revisão literária utilizando autores e teóricos que trabalham com os temas feminismo, gênero, água e mecanismo de poder presentes em sociedades patriarcais como a sociedade em que as agentes da pesquisa vivem. Foi realizada ainda uma revisão sistemática em artigos e periódicos de autores que discutem gênero e água no Brasil e no mundo com o objetivo de avaliar a relevância da pesquisa para a comunidade acadêmica. No capítulo II, nomeado de “O campo imaginado e o campo real”, apresentamos o campo em que a pesquisa prática foi realizada enquanto utilizamos o suporte da teoria para justificar e analisar as situações vivenciadas. O capítulo III, nomeado de “Protagonismo feminino: em busca de igualdade de direitos em uma sociedade desigual” analisa de maneira mais profunda as mulheres, lideranças de associações comunitárias e cooperativas, e também de suas comunidades, enquanto agentes em um campo complexo e com disputas de força e poder presentes em forma de *habitus*. A seguir, ao ler o capítulo I será possível entender como nasceu o movimento feminista, a teoria de gênero, as teorias de *habitus*, campo e violência simbólica que serão fundamentais para a análise dos fatos abordados.

CAPÍTULO I

PROTAGONISMO FEMININO NA REGIÃO DE CLIMA SEMIÁRIDO: GÊNERO, FEMINISMO E ÁGUA

“A mulher muito mais do que o homem é a
vítima das espécies”.
Simone de Beauvoir

Para realizar a pesquisa sobre o protagonismo feminino com as mulheres da região de clima semiárido, foi necessário buscar o suporte das teorias relacionadas a teoria feminista que nasceu como um movimento político, a teoria de gênero que surgiu dentro da teoria feminista e a teoria sociológica de “sistemas simbólicos” criada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. A escolha de Bourdieu se deu devido a necessidade de buscar compreender as dinâmicas sociais que incluem relações de poder, violência simbólica e mecanismos de sujeição. Temas tratados com clareza e profundidade por ele. E por se tratar de uma discussão complexa, exige o suporte teórico dos estudiosos da sociedade para que seja possível, se não delinear o cenário social, pelo menos tornar mais compreensível as teias que formam uma sociedade patriarcal.

A pesquisa foi realizada com mulheres que possuem perfil de liderança em suas comunidades, engajadas em transformar a realidade de outras mulheres com as poucas armas que possuem. Mulheres que vivem em uma sociedade patriarcal e que sentem na pele a violência simbólica diariamente, mesmo que não se percebam como vítimas. Mulheres que usufruem hoje do direito à educação, ao voto, à proteção do estado quando vítimas de violência e tantos outros direitos civis graças a lutas de suas antepassadas que no passado buscaram por seus direitos e pavimentaram de alguma forma o caminho que elas traçam hoje. As agentes da pesquisa, enquanto contavam suas histórias totalmente intrincadas a região semiárida, deixavam entrever o quanto suas realidades sofridas passaram por mudanças significativas com a criação de leis e de políticas públicas que garantem seus direitos até pouco tempo ignorados.

Até o século XVII a sociedade reconhecia apenas um modelo de sexo, o masculino e acreditavam que a mulher havia sido concebida como um homem invertido e por isso possuía menos valor em relação a perfeição fisiológica humana, um ser mal desenvolvido. No século XIX a sociedade começa a ver a mulher não como o ser inverso ao homem, mas somente um

ser que existe para completá-los. Apenas quando a burguesia começa a discutir sobre os gêneros, colocando como definição a construção cultural do feminino e do masculino, é que a posição da mulher na sociedade começa a ser questionada⁷ (Da Silva et al., 2005).

Esse questionamento ganhou fôlego no final do século XIX e início do século XX, quando as mulheres no período da Revolução Industrial passaram a trabalhar nas indústrias que necessitavam cada vez mais de mão-de-obra, elas passaram então a reivindicar seus direitos como horas de descanso e direitos trabalhistas. Mas perdeu força, voltando apenas a ressurgir por volta de 1960 no mundo pós Segunda-Guerra. Acostumadas a assumir cargos e funções antes exercidos pelos homens que estavam na guerra, quando o mundo voltou à normalidade com o fim da guerra e a volta dos homens para casa, as mulheres se recusaram a assumir seus lugares de submissão e passaram a lutar por seus direitos, fazendo o movimento feminista voltar com toda a força (Jesus; Almeida 2016).

Mesmo com tantos séculos de história da humanidade há apenas 60 anos as mulheres começaram a buscar por seus direitos e a contestar suas posições na sociedade. Por isso, as vitórias alcançadas pelo feminismo são recentes e apenas na atualidade estão começando a atingir as mulheres das regiões mais remotas. Uma luta que começou concentrada nos grandes centros urbanos e que mesmo que tenha sido tanto tempo depois, conseguiu acessar as áreas rurais.

Claro que ainda se faz necessário continuar lutando por igualdade de salário e por visibilidade social. Sherry B. Ortner (2012) chama a atenção para o status social que é dado às mulheres e aos homens, a mulher exerce funções ligadas à natureza enquanto o homem exerce funções ligadas à cultura, um exemplo é que, no ambiente educacional, quando se trata de educação infantil, a maioria dos professores são mulheres e quando se trata do ambiente acadêmico, a maioria dos professores são homens, ou quando se trata da culinária no ambiente doméstico, o serviço é exercido na maioria dos casos por mulheres, quando se trata de culinária profissional, a maioria dos chefes de cozinha são homens. “Assim, o exemplo repete, que, na área da socialização, as mulheres desempenham conversões de baixo nível da natureza para a cultura, porém quando a cultura promove um nível mais alto das mesmas funções, este fica restrito aos homens” (Ortner, 2012, p. 110).

À mulher é permitido apenas exercer funções que lembrem seus afazeres no lar como educar crianças na educação infantil ou cozinhar para elas nas cantinas das escolas, serviços realizados com baixa remuneração. Mesmo quando as mulheres conseguem atingir níveis de

⁷ O assunto será abordado com maior profundidade no próximo tópico.

padrões altos que estavam restritos ao ambiente masculino, a remuneração da mulher e do homem exercendo a mesma função ainda é desigual. Clarice (uma das agentes da pesquisa) conta inclusive que nos anos 1990 era professora, mas o salário que recebia era insuficiente para alimentar os 9 filhos. Quando um deles morreu, ela sequer teve dinheiro para pagar seu funeral. “[...] meu salário só dava para cinco açúcar, cinco arroz, um café e uma barra de sabão. Um salário só era isso naquela época” (Clarice.).

Por isso ela decidiu buscar outro meio de sobrevivência, tentou de tudo, fabricava e vendia carvão, criava duas cabeças de gado junto com o marido e quando surgiu a oportunidade de abrir a cooperativa para vender mel e produtos derivados do mel, acreditando que não teria mais nada a perder, resolveu arriscar. Hoje, com o que ganha na cooperativa mudou a vida de todos da comunidade em volta.

“(...) meu sonho de criança era ser professora, eu já era professora, mas eu era mãe de 9 filhos, sou ainda né, porque já casaram e eu to sozinha agora, mas aí, minha filha nessa época, nessa época tinha a escola, mas não era formada aí você sabe um professor só com o magistério, o salário era mínimo. [...] E eu tinha passado o ano em 91 eu tinha perdido um filho ... que foi muito difícil porque meu filho morreu e eu não tinha como enterrar e eu tinha prometido pra Deus e pra mim que um dia que surgisse uma oportunidade eu pegava e aí quando a apicultura chegou eu peguei e valeu a pena. Hoje olha eu sou formada com graduação e pós graduação...” (Clarice).

Assim como as mulheres no mundo pós-Guerra que não se conformaram em voltar a posição de submissão e foram à luta por seus direitos, as mulheres objetos dessa pesquisa também não abraçaram o conformismo e lutaram por condições de vida melhores. Todas as líderes das comunidades possuem em comum o desejo de melhorar a vida de todos os moradores para que ninguém mais sofra com a sede e a fome em tempo de escassez hídrica.

A região semiárida brasileira, que é a região em que essas agentes vivem, possui como características temperaturas altas, solo rochoso que não retém água e alta sazonalidade na distribuição pluviométrica ao longo do ano. As chuvas comumente se concentram no período do verão/outono, evento que dura entre 4 e 5 meses, no período do inverno/primavera a região passa por período de escassez hídrica (Pinheiro et al., 2021).

Possui uma área de 1.127.953 km², distribuída em 1.262 municípios (distribuídos em 10 estados⁸) e está localizada em sua maior parte na região Nordeste e também na região Sudeste. A região de clima semiárido representa 73% do território nordestino e 13% do território brasileiro, é a mais populosa do mundo, com quase 22 milhões de habitantes (INSA, 2017; IBGE, 2019; SUDENE, 2017; IBGE, 2010).

⁸ Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Todas essas características fazem da região um ambiente desafiador à sobrevivência humana. A escassez hídrica gera fome, pobreza, insalubridade e doenças, por isso é tão importante o investimento em políticas de convivência com o semiárido, para devolver a dignidade aos habitantes da região. Ainda que o ano de 2022 tenha sido um ano atípico para a região semiárida sergipana, com chuvas intensas ao longo de todo o ano, a população não esqueceu os anos de seca e sofrimento anteriores.

O próximo tópico trará nomes de mulheres pioneiras e exemplos de como a história do feminismo e da teoria de gênero são os grandes responsáveis por essa mudança nos direitos sociais das mulheres, sem elas, talvez a sociedade ainda fosse composta por mulheres que se restringiam a serem donas de casa, criando suas filhas para serem excelentes matriarcas, como suas mães eram. Mulheres criadas e educadas com etiquetas sociais de submissão e sentindo orgulho de serem exemplos de esposas recatadas e do lar.

1.1. Feminismo e empoderamento feminino

O movimento feminista foi responsável por grandes avanços em relação a posição que a mulher ocupa na sociedade. Movimento que nasceu na Europa e que foi inspiração para outros movimentos que lutavam pelos direitos das mulheres em todo o mundo. O movimento feminista foi um dos grandes responsáveis para que hoje as mulheres tenham acesso ao trabalho remunerado, a cargos de liderança, ao divórcio, ao ambiente acadêmico e tantas outras conquistas que possibilitaram que as mesmas ganhassem visibilidade social.

As mulheres, objeto dessa pesquisa, hoje gerenciam associações e cooperativas, são divorciadas ou solteiras, trabalham em empregos remunerados e tem voz ativa em suas comunidades, podendo ser chamadas de protagonistas e de mulheres empoderadas. Conquistas alcançadas em grande parte graças as lutas do movimento feminista.

Empoderamento feminino é um conceito que surgiu graças ao feminismo. Empoderamento feminino vem do termo em inglês *empowerment* e teve origem nos Estados Unidos por volta de 1960 em meio aos movimentos que lutavam pelos direitos civis e tinham como líderes mulheres feministas. Esse termo acabou se expandindo e ganhando novos movimentos, chegando a fazer parte das *Metas do Milênio* estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Cruz, 2018).

Para Cruz (2018, p. 104), o conceito de empoderamento não deve se limitar apenas a dar visibilidade às mulheres de maneira instrumentalizada, sem considerar a politização do movimento. “Se bem que seja certo e importante reconhecer a dimensão individual/percepções

individuais do empoderamento, não se pode ignorar a alteração das distribuições do poder nas relações sociais”.

A necessidade de discutir o empoderamento feminino vem das novas configurações sociais em que as mulheres são maioria na chefia das famílias. Mas, ainda assim, permanece as contradições na divisão sexual do trabalho. Mesmo com níveis de aperfeiçoamento profissional iguais ou superiores ao de homens, as mulheres continuam recebendo menos e ainda precisam se dividir entre o trabalho e os cuidados com o lar. Esse trabalho realizado pelas mulheres no ambiente familiar não entra nas estatísticas como trabalho reconhecido socialmente, nem é valorizado pela sociedade, nem mesmo pelas próprias mulheres, ainda que muitas vezes contribua para a economia do país e para a renda familiar (Cruz, 2018).

Um exemplo dessa contradição são as agentes das comunidades estudadas, mesmo sendo responsáveis por exercer suas funções de presidentes, vice-presidentes e tesoureiras das associações ou cooperativas e exercer trabalho remunerado externo ao lar, são as únicas responsáveis pela manutenção da casa e pelos cuidados com os filhos. Trabalho esse que não é visto como trabalho nem mesmo por elas. Fato observado e constatado em todo o período de observação participante.

Assim como o movimento feminista não se trata de um simples movimento organizado e visível ao público, o empoderamento feminino também não deve ser. O feminismo, bem como empoderamento feminino, tem como característica a “auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade” (p. 8 – 9). Mas também em grandes grupos com objetivos que incluem o coletivo (Alves; Pitanguy, 1985).

O movimento feminista é um movimento relativamente recente (Ver quadro 1), pois, apesar de ter começado a dar seus primeiros passos no século XVIII, só se tornou um movimento político efetivamente nos anos 1960 em diante. No entanto, alguns nomes femininos marcaram a história mundial antes mesmo do século XVIII, como é o caso de Christine de Pisan, uma escritora francesa nascida no século XIV, a primeira mulher a ser indicada a poeta oficial da corte francesa, um feito inédito. Além de outros feitos como ser uma figura polêmica que batia de frente com escritores de renome da época ao defender os direitos das mulheres, defendia a igualdade entre os sexos, defendia uma educação igualitária entre meninos e meninas, era independente economicamente graças à profissão de escritora e sustentava sua família composta por mãe, dois irmãos e três filhos, após ficar viúva aos 25 anos. Considerada a primeira feminista da história por causa de seus discursos em defesa das mulheres, escreveu o que talvez possa ser considerado o primeiro tratado feminista: *A Cidade*

das Mulheres. Nesse tratado ela afirmava que os homens e as mulheres possuíam naturezas iguais e contestava a ideia generalizada de que as mulheres eram inferiores aos homens e também o fato de ir contra a moral ser considerado crime quando era praticado por uma mulher e ser apenas um deslize quando praticado por homens (Alves; Pitanguy, 1985).

O século XVIII foi marcado por revoluções e viu as mulheres participarem ativamente do processo revolucionário ao lado de homens, mas elas não viam os direitos recém adquiridos se estenderem a elas. Fazendo assim o movimento feminista ganhar características de uma ação política organizada. Na França nesse momento histórico, o movimento feminista assume um discurso próprio no qual as mulheres reivindicam direitos de cidadania diante dos obstáculos que surgem (Alves; Pitanguy, 1985).

O movimento enfraqueceu após a Revolução Francesa, ganhando fôlego outra vez no século seguinte, momento em que os movimentos sufragistas começam a surgir em várias partes do mundo. A Convenção dos Direitos da Mulher, convocada em Seneca Falls, nos Estados Unidos no ano de 1848, serviu como um marco do início do movimento sufragista americano. Como afirmam Alves e Pitanguy (1985, p. 48), “se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas”.

Nesse período começa a surgir raízes desses movimentos no Brasil quando as mulheres começam a perceber a necessidade de aprender a ler e a escrever, algo que apenas aos homens era permitido. Segundo Duarte (2003), no início do século XX, inspirados pelos movimentos sufragistas na Inglaterra e Estados Unidos, surgiram nomes que se destacaram na luta pelo direito ao voto feminino, pelo direito a fazer curso de nível superior e a ampliação do campo de trabalho. Entre eles o que se tornou mais evidente foi o de Bertha Lutz devido a sua expressiva liderança nas campanhas pelo voto feminino. Junto com outras companheiras fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que ganhou o Brasil e durou por quase cinquenta anos.

No quadro 1 abaixo é possível entender melhor a cronologia do movimento e acessar nomes importantes nessa luta por direitos sociais iguais entre homens e mulheres. O movimento que nasceu como um ato político evoluiu para uma Teoria Feminista quando essas discussões passaram a habitar as salas de aula das grandes universidades. Fato esse que tornou possível utilizar a teoria feminista na presente pesquisa.

Quadro 1 – Cronologia do movimento feminista até virar uma teoria.

Ano	Fato histórico
1789 - 1799	Durante a Revolução Francesa Olympe de Gouges surgiu como um nome em defesa dos direitos das mulheres, criando a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã como uma resposta a Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, que mesmo tendo uma premissa inovadora excluía as mulheres dos direitos à cidadania. Acabou sendo condenada à morte na guilhotina por se opor radicalmente as políticas da época
1792	Mary Wollstonecraft publica em Londres a obra “A Vindication of the Rights of Woman” (Uma reivindicação dos direitos das mulheres) na qual reivindicava que os direitos políticos fossem estendidos às mulheres. Reivindicava também o direito à educação e fez a primeira denúncia sobre a cultura de subordinação das mulheres
1832	Nísia Floresta, uma pioneira do feminismo brasileiro nascida no Rio Grande do Norte, passou a publicar textos em jornais da grande imprensa. Nísia publicou em 1832 uma obra chamada “Direito das mulheres e injustiça dos homens”, que era uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, considerado o texto fundador do feminismo brasileiro.
1870	Ainda no Brasil, Francisca Senhorinha da Mota Diniz começa a dirigir um periódico chamado “O Sexo Feminino”, cuja a função era alertar as mulheres sobre seus direitos e as vantagens de estudar, combatendo a ignorância e se tornando senhora dos seus direitos civis. Para ela, somente o conhecimento seria capaz de mudar as condições históricas das mulheres.
1875 - 1885	Outros periódicos surgiram, o “Echo das damas” que era dirigido por Amélia Carolina da Silva Couto, defendia a igualdade dos sexos, o direito à educação e ainda divulgava os feitos de mulheres em outros países.
1960	O movimento feminista começou a construir uma teoria feminista graças a publicação do livro “Política Sexual” por Kate Millet. Ele faz uma análise histórica das relações entre os sexos abordando a condição da mulher no patriarcalismo em relação aos temas ideológicos, sociológicos, econômicos, biológicos, antropológicos e psicológicos. Millet afirmava

	que o sistema patriarcal é universal e faz parte de todas as culturas, se relacionando com religiões, leis e costumes das civilizações.
1960	Ainda nessa época Juliet Mitchell publicou “A Condição da Mulher” onde formulou teorias sobre os aspectos gerais da discriminação do sexo e a forma como essa discriminação tem uma característica própria por cada classe social. Retraça historicamente os documentos escritos sobre as mulheres e define que o fim da discriminação deve se dar nos níveis produtivos, reprodutivos, sexuais e educacionais.
1960	Na mesma época, no Brasil, Heleieth Saffioti pública “A Mulher na Sociedade de Classes”, trabalho em que faz uma análise da situação da mulher na sociedade capitalista e justifica que a situação de subordinação da mulher não se dá apenas por causas econômicas uma vez que ela pode ser vista em outras estruturas.
1970	Foi com essa nova visão do que deveria ser a teoria feminista que na década de 1970 o movimento feminista ganhou força política com alto poder de transformação social. Nesse período, mulheres foram às ruas reivindicando questões ligadas à: sexualidade e violência; saúde; ideologia; formação profissional e mercado de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Souza, (2018); Silva, (2008); Costa, (1998); Duarte, (2003); Alves e Pitanguy, (1985).

Como é possível observar no quadro, apenas a partir de 1960 o movimento feminista ganhou novas características, deixando de lutar apenas por direitos de igualdade de trabalho na política ou na vida civil e passando a questionar a origem dessas desigualdades que culturalmente coloca o masculino como superior e o feminino como inferior. “O novo debate feminista demonstra que a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim o fruto de um processo histórico e, como tal, pode ser combatido e superado” (Alves; Pitanguy, 1985). Mas como superar essa visão se a própria mulher assume esse tipo de pensamento como sendo correto? Por isso as novas lutas feministas incluem o desafio de quebrar essa visão hierárquica do forte e do fraco, do ativo e do passivo.

Como afirma Butler (2003, p. 19) “A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação”. Assim posto, a luta

feminista é, acima de tudo, uma luta de gêneros. Para Alves e Pitanguy (1985), o movimento feminista pode ser definido como um movimento que:

(...) busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimento nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc... (Alves; Pitanguy, 1985, p. 9 – 10).

Argumento esse utilizado também por Mcclitock (2010) ao afirmar que:

(...) o feminismo se refere tanto à classe, ao trabalho e ao dinheiro quanto ao sexo. De fato, um dos movimentos mais valiosos da teoria feminista recente foi sua insistência na separação entre sexualidade e gênero e o reconhecimento de que o gênero é um problema tanto para a masculinidade quanto para a feminilidade (Mcclitock, 2010, p. 24).

Graças ao movimento feminista a partir de 1970 grandes vitórias foram alcançadas no mundo. O ano de 1975 foi eleito o Ano Internacional da Mulher, no qual tinha como objetivo combater as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, depois foi estendido pelos próximos 10 anos, já que um ano não seria suficiente. O “8 de março” foi instituído como o Dia Internacional da Mulher pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Mas enquanto as mulheres do mundo estavam lutando contra a discriminação dos sexos e pela igualdade de gêneros, no Brasil o movimento precisou lutar por causas distintas como o fim da Ditadura Militar, o fim da censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida, além de debates relacionados a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto, o planejamento familiar, o controle da natalidade e outras políticas públicas necessárias, como o direito ao uso do anticoncepcional que permitiria a mulher ser desvinculada do sexo X maternidade, sexo X amor e sexo X compromisso, ou seja, a liberdade sexual (Duarte, 2003).

Segundo Duarte (2003), nos anos 1980 e 1990 o movimento se tornou bem articulado e assumiu pautas políticas diversas, as mulheres começaram a assumir cargos políticos, a se fazer presentes nas universidades e na ciência, engajadas nos estudos sobre mulheres, criando grupos de pesquisa, seminários, congressos e colóquios, incentivando debates saudáveis e enriquecedores. Ainda hoje o feminismo segue incansável, lutando por igualdade salarial, contra a violência doméstica, pela presença de mulheres em cargos políticos, públicos e de chefia, contra o sistema patriarcal ainda vigente na sociedade. Como afirmam Alves e Pitanguy (1985):

(...) talvez a força maior, mais importante e menos aparente do movimento feminista esteja na semente de questionamento e de reivindicação que surge na consciência das mulheres que, vivendo anonimamente seu cotidiano, vêm tentando transformá-lo e recriar a sua relação com o mundo, com os companheiros, com os filhos, consigo mesmas (Alves; Pitanguy, 1985, p. 70).

Esse descontentamento, esses questionamentos feitos pela mulher dentro do seu lar, contestando sua vida, as desigualdades cotidianas e reivindicando seus direitos, só é possível por causa das lutas empenhadas por mulheres que não se calaram diante do estado de sujeição a que eram submetidas. Por isso, falar de protagonismo feminino deixando de fora o movimento feminista e todas as suas lutas históricas não faz sentido. As conquistas do movimento feminista são usufruídas até hoje por mulheres de todo o mundo, incluindo as mulheres que vivem nas áreas remotas como as áreas rurais.

Se ao ler sobre a história do movimento feminista, suas conquistas e lutas travadas ao longo dos séculos ainda houver questionamentos quanto ao fator relacional mulheres da região de clima semiárido e feminismo (como um tem relação com o outro?), a resposta virá no próximo capítulo, principalmente com a história de uma das mulheres que participaram dessa pesquisa, a quem chamarei de agente e não de objeto de pesquisa. Presidente de uma cooperativa, a quem preferi chamar pelo nome fictício de Camila por questões de ética, divorciada e empoderada, responsável por empoderar outras mulheres com as quais convive, e que só chegou ao lugar em que está hoje graças ao direito ao divórcio e ao direito à educação formal.

1.2. Gênero

A discussão sobre gênero começou a entrar em pauta nos anos 1960 durante a chamada segunda onda do movimento feminista quando os debates sobre igualdade de sexos e direito à cidadania ganharam as salas de aulas das universidades e viraram grupos de debates, disciplinas, eventos, seminários, congressos e colóquios tornando necessário um aprofundamento nas questões relacionadas as relações de homens e mulheres construídas pela sociedade (Louro, 1997).

Levar o debate para o conceito de gênero foi a forma que o movimento encontrou de colocar as discussões no campo do social, uma vez que, "no gênero, a prática social se dirige aos corpos" (Connell, 1995, p. 189) e não apenas as diferenças biológicas. Isso não significa dizer que o fator biológico seja desconsiderado, mas sim que os fatores sociais e históricos

devem ser levados em conta na hora de levantar esse debate. Robert Connell (1995) explica que:

Há uma consciência gradualmente crescente sobre a possibilidade de mudança nas relações de gênero. Essa consciência surgiu nos Movimentos de Liberação das Mulheres, de Liberação dos Gays e de Liberação dos Homens nos anos 70. Para as pessoas estimuladas por esses movimentos, parecia que milênios de patriarcado e opressão poderiam agora ter um fim. Existiam agora condições tecnológicas para a igualdade dos sexos e a mudança de consciência tinha chegado (Connell, 1995, p. 186-187).

Havia uma esperança otimista e ingênua de que finalmente as posições sociais de gêneros alcançaram vitórias definitivas para as classes oprimidas. Mesmo que a realidade não tenha se mostrado como era esperado pelos movimentos, é uma verdade que a discussão de gênero se concretizou como uma ferramenta permanente no debate feminista. Mas como definir esse debate de maneira que seja mais fácil compreender a sua importância para a sociedade hoje? De uma maneira bem clara e direta, Cabral e Díaz (1998) deram uma definição. Para eles:

Sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres, ou seja, às características específicas dos aparelhos reprodutores femininos e masculinos, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios. Gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais (Cabral; Díaz, 1998, p. 142).

O tema ainda gera polêmica em diversos ambientes desde que essa construção social está presente, por exemplo, nas diferentes criações de meninos e meninas. Mesmo antes do nascimento, padrões sociais são definidos para bebês de sexo masculino, como utilizar cores ditas masculinas, escolher brinquedos masculinos e o incentivo a explorar o mundo exterior. Para bebês de sexo feminino são reservados brinquedos e roupas de cor rosa, além do incentivo a passividade e a fragilidade. As mulheres desde criança são incentivadas a aprender a ser futuras donas de casa exemplares, lhes restando na divisão sexual o ambiente interno opressivo.

As relações de gênero são produtos de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno a quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania (Cabral; Díaz, 1998, p. 142).

Por isso, o gênero pode ser definido como “construção social e cultural das diferenças sexuais” (Rago, 1998, p. 89). Quando a sociedade naturalizou que homens são fortes e que mulheres são frágeis e dependem dos homens para viver, foi baseada em questões culturais e não pelas diferenças biológicas, repetindo esse padrão em diversas sociedades patriarcais pelo mundo. Afinal, mulheres são responsáveis por gerar e parir vidas, o que exige força física e mental para assumir essa função biológica.

Ao contestar essa naturalização, o feminismo percebeu que apontar apenas a posição da mulher na sociedade não era suficiente, afinal não dá para falar da mulher na sociedade sem falar dos homens também como se fossem coisas distintas. Para Rago (1998, p. 92) “A categoria do gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal, mas que intuímos de algum modo”. A utilização do termo trouxe uma amplitude ao debate que as ciências precisavam e não sabiam.

Em busca de uma palavra que descrevesse melhor a situação da mulher nos debates sociológicos, o termo gênero acabou se encaixando e permaneceu, como afirma Scott (1995, p. 72): “A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”.

Rago (1998), afirma que:

Na área dos estudos feministas, a convergência das problematizações é evidente, muito embora a preocupação central, neste caso, seja a de questionar a dominação masculina constitutiva das práticas discursivas e não-discursivas, das formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras. As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina (Rago, 1998, p. 92).

A definição de gênero trouxe para o movimento esse novo olhar que permitiu que o tema fosse discutido sem pretensões deterministas. Segundo Rago (1998, p. 93), “(...) é importante que possamos perceber a construção das diferenças sexuais histórica e culturalmente determinadas, desnaturalizando, portanto, as representações cristalizadas no imaginário social”. Nessa esteira, ao perceber como é construída histórica e culturalmente, a noção de gênero possibilita que seja desenvolvida uma teoria levando em consideração todos os fatores sem incorrer no erro de cair em equívocos. Por isso, ao tratar temas relacionados ao gênero, é importante ter a consciência de que gênero refere-se a cultura e a história da divisão sexual nas sociedades ao longo dos tempos. Como afirma Connell (1995) ao falar sobre masculinidade:

Se o gênero é um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica. É a isso que nos referimos quando falamos de política de gênero. Se quisermos que essa mudança se torne consciente e aberta ao controle democrático, então precisamos saber como o gênero é moldado e como ele pode ser re-moldado (Connell, 1995, p. 189).

Afinal compreender historicamente como o gênero é moldado permite que os erros sejam corrigidos com o respaldo da teoria e que os acertos, quando existem, sejam melhorados ou reforçados. No Brasil, as desigualdades de gênero são evidentes quando se compara as

diferenças salariais de homens e mulheres, as condições de trabalho, as participações de mulheres na política e nas decisões públicas, por exemplo, devido a cultura patriarcal, herança do período colonial. No entanto, essas diferenças tornam-se ainda mais evidentes nas áreas rurais onde a cultura patriarcal ainda se faz presente com maior força. Na cultura patriarcal, a relação entre homens e mulheres assume um caráter hierárquico que coloca a mulher em uma posição de inferioridade ao homem. Saffioti (2011, p. 44) explica que patriarcado “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Saffioti (1987) explica ainda que:

A força desta ideologia da "inferioridade" da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua "fraqueza". Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua "inferioridade", que se assumem como seres inferiores aos homens (Saffioti, 1987, p. 12).

Tal ideia de superioridade e de inferioridade acarreta, entre outros fatores, a invisibilidade social da mulher. Um exemplo disso é a configuração social existente na região semiárida do Brasil que, por possuir desigualdades sociais geradas por políticas e programas ineficazes de convivência com o semiárido, ainda necessita de tecnologias sociais hídricas que acabam sendo gerenciadas pelas mulheres. À mulher recai a responsabilidade de garantir que o companheiro e os filhos possam usufruir dos recursos hídricos durante o período de estiagem. No entanto, é sobre o papel do agricultor que incide a maior parte dos créditos em relação à luta pela sobrevivência nas regiões semiáridas em período de seca. Como afirma García (2000):

En⁹ la mayoría de los países del mundo en los lugares donde no hay acueductos son las mujeres y los niños los encargados de transportar el agua. Muchas mujeres en el mundo invierten buena parte de su tiempo en acarreo de agua para las necesidades domésticas. Sin embargo cuando se construyen los acueductos las mujeres son excluidas de los procesos de consulta, planeación, capacitación o toma de decisiones porque existe el prejuicio de que la técnica es asunto masculino (García, 2000, p. 2).

Como se vê, seja no manejo da agricultura ou no gerenciamento dos recursos hídricos, as mulheres são fundamentais à sobrevivência tanto quanto os homens, posto que, mesmo em situações em que os homens são responsáveis pelas transações comerciais e por gerenciar a economia familiar, são as mulheres que são responsáveis pela segurança alimentar, já que são elas que cultivam e colhem vegetais que servem para alimentar a família ou até mesmo vender o excedente para a comunidade, por exemplo (García, 2000).

⁹ “Na maioria dos países do mundo, onde não há aquedutos, mulheres e crianças são responsáveis pelo transporte de água. Muitas mulheres no mundo passam grande parte do tempo carregando água para as necessidades domésticas. No entanto, quando os aquedutos são construídos, as mulheres são excluídas dos processos de consulta, planejamento, treinamento ou tomada de decisão porque existe o preconceito de que a técnica seja uma questão masculina” (*Tradução nossa*).

Historicamente falando, nem sempre existiu essa relação de superioridade e inferioridade, na época dos povos coletores havia uma divisão igual onde homens e mulheres eram considerados de igual importância na sobrevivência da comunidade. Os homens eram responsáveis pela caça, que nem sempre era certa, e as mulheres pela coleta, que era segura e garantia a alimentação do grupo, como Saffioti (2011) esclarece.

Enquanto a coleta é certa, acontecendo cotidianamente, a caça é incerta. Um grupo de homens pode voltar da caçada com um animal de grande ou médio porte, provendo as necessidades de seu grupo, como pode voltar sem nada. Logo, a atividade dos homens, realizada uma ou duas vezes por semana, não é confiável em termos de produto. Já a das mulheres lhes permite voltar à sua comunidade sempre com algumas raízes, folhas e frutos. A rigor, então, a sobrevivência da humanidade, felizmente variando no tempo e no espaço, com esta divisão sexual do trabalho (não se pode afirmar que todos os povos hajam passado pelo estágio da caça e coleta), foi assegurada pelo trabalho das mulheres (Saffioti, 2011, p. 58).

Foi a evolução das sociedades que redefiniram as posições sociais e as mulheres acabaram ficando em desvantagem. Como afirma Simone de Beauvoir (1949) a história da humanidade não estará completa enquanto ignorar metade da população que existe no mundo, que são as mulheres.

As mulheres da região semiárida são um exemplo de que contar a história do sertão sem levar em consideração a participação feminina é contar a história pela metade. Muitos são os documentos que retratam a migração dos homens no período de seca para a região Sudeste em busca de emprego e para fugir da sede e da fome, mas poucos são os que falam das mulheres que ficaram para trás assumindo a casa e os filhos enquanto seus maridos não voltavam. Quando essas mulheres ganharam visibilidade, se formou no imaginário social a figura de mulheres masculinas que precisam ser “mulher macho” para dar conta desse gerenciamento familiar, sofrendo assim, um novo tipo de violência simbólica, ao ter sua feminilidade, sua capacidade cognitiva e motora e até seus direitos negados pela sociedade (Albuquerque Junior, 2013).

Ferreira (2016) alerta para as consequências desse apagamento histórico das mulheres na história do sertão brasileiro. A jornada de trabalho dessas mulheres é tão extenuante quanto as dos seus maridos, suas rotinas incluem serviços tidos como femininos, com a casa e os filhos, e serviços tidos como masculinos, com o plantio e as roças. São as responsáveis por manter a segurança alimentar familiar plantando ao redor da casa, nos chamados quintais produtivos, para alimentar a família e até mesmo para comercializar, quando é possível. São as mulheres que também são responsáveis por manejar os recursos naturais e conservar a biodiversidade. Suas jornadas de trabalho são contínuas, uma vez que trabalham da hora que acordam até a hora que vão dormir.

Elas são responsáveis, inclusive, pela segurança hídrica das famílias, uma vez que a sociedade “naturalizou” o gerenciamento hídrico como sendo um serviço leve e por isso de obrigação das mulheres e meninas. No entanto, manejar os recursos hídricos para garantir que não falte água para a família e nem para os animais, trata-se de um trabalho fisicamente desgastante. Essa desigualdade pode ser percebida em outras situações, como no processo educativo familiar, em que as meninas são ensinadas desde pequenas a realizar atividades domésticas, a passar por privações de várias naturezas para que as necessidades de seus pais e irmãos sejam supridas (Comer menos para deixar uma quantidade de comida maior para os homens da casa e separar as partes nobres de aves e bovinos para eles), a conter suas personalidades para não serem mal vistas pela comunidade. Desde cedo as meninas têm sua liberdade e sexualidade cerceadas, tornando-as vulneráveis à violência física, psicológica e patrimonial, além de crescerem submissas e reconhecendo como modelo de autoridade apenas os homens da casa e da família (Ferreira, 2016).

Trazer essas mulheres para o centro do debate é reparar historicamente essa invisibilidade. Mostrar que as mulheres são seres ativos tanto quanto os homens na construção de uma sociedade coesa.

1.3. Divisão sexual do trabalho por Pierre Bourdieu.

A divisão sexual nas múltiplas sociedades humanas existe há séculos e permanece enraizada até os dias atuais, mesmo com as lutas dos movimentos feministas que nasceu como um movimento político e se tornou uma teoria¹⁰ com o passar das décadas. No entanto o movimento feminista ainda é recente e mesmo com algumas vitórias no seu histórico, ainda necessita seguir um longo caminho para alcançar condições de igualdade entre os gêneros. Por isso, discutir gênero e protagonismo feminino é tão necessário no meio científico.

Alguns ambientes tornam essa divisão sexual mais evidente que outros, o campo religioso, o campo político, o campo jurídico, o campo do poder, o campo econômico, o campo ambiental, são só alguns exemplos de campos em que essa divisão possui maior evidência. Assim, o campo ambiental se mostrou ideal para a realização da pesquisa, campo esse que tem uma realidade totalmente diferente da realidade das comunidades urbanas, com as posições de gêneros bem evidentes e os embates de gênero em destaque. Assim como também possibilitou compreender como a dominação masculina é percebida pela sociedade atual.

¹⁰ Rever Quadro 1, no item 1.1.

Durante a realização da pesquisa foi possível ver que na região semiárida ainda existe uma divisão sexual do trabalho muito pautada pela diferença biológica dos gêneros. Os maridos exercem trabalhos braçais e trabalhos remunerados em todas as famílias observadas, enquanto a maioria das mulheres divide seus dias entre cursos, trabalhos domésticos, cuidados com os filhos e na busca por assistência social que gere benefícios individuais.

Claro que essa divisão não existe por acaso e faz parte da história da humanidade. Quando a mulher precisou ser preservada na comunidade por ser ela quem gesta e quem alimenta os descendentes nos anos iniciais (que também são cruciais), coube ao homem o papel de provedor do lar, indo a caça e a pesca e ficando dias ou até meses fora, situação que não era possível às mulheres em fase de amamentação ou gestação. Essa configuração acabou legando às mulheres o espaço doméstico e aos homens o espaço externo ao lar, se fortalecendo com o passar dos séculos. Por isso Bourdieu (2002) afirma que:

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas iminentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (Bourdieu, 2002, p. 44).

Uma vez que ao sexo biológico masculino foi dada a melhor parte nessa divisão sexual do trabalho, coube aos homens moldar a sociedade para que essa situação não fosse mudada. Ela foi e continua sendo moldada e reproduzida por “agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, tais como; famílias, Igreja, Escola, Estado” (Bourdieu, 2002, p. 45).

A relação dominados x dominantes, como Bourdieu classifica, uma vez que se existe uma classe dominante, existe uma classe dominada, portanto o feminino seria a classe dos dominados e o masculino a classe dos dominantes, é uma relação complexa. Afinal, ela só existe devido a adesão da classe dominada ao sistema de dominação masculina, fazendo-a parecer natural e, portanto, legítima. A essa relação Bourdieu classifica de violência simbólica. “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (...)” (Bourdieu, 2002, p. 46).

Mas é preciso esclarecer que essa adesão não se dá de maneira consciente e planejada. Ela é histórica e por isso está aprofundada na sociedade, ela foi repassada através das gerações em forma de *habitus*. Por isso é uma violência simbólica. Quando um agente que ficou com a menor parte na divisão sexual é convencido que essa era a parte que lhe cabia devido a diversos

fatores e aceita acreditando que não poderia ser de outra forma, a violência simbólica nesse caso é a naturalização de uma situação socialmente injusta.

Bourdieu (2002) deixa isso claro quando afirma que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, a dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (...) (Bourdieu, 2002, p. 46).

Ao afirmar que ela está aprofundada na sociedade, não se está afirmando que ela é imutável, que não tem possibilidade de mudança e que só resta o conformismo. Mas essa relação existe devido a predisposições previamente estabelecidas de um sistema estruturado pelo poder dominante e que causa conflitos internos entre dominantes e dominados, gerando censuras sociais na parte que vai contra essa estrutura (Bourdieu, 2002).

É uma ilusão acreditar que é possível quebrar essa dominação apenas com o conhecimento de sua situação real e através de sua força de vontade, uma vez que os efeitos dessa dominação são duradouros e estão gravados no *habitus* dominado. Assim como o amor filial ou fraternal que sobrevive sob a lógica do sentimento ou do dever que podem sobreviver mesmo muito tempo após o desaparecimento das condições sociais de sua produção (Bourdieu, 2002). Ao surgir o movimento feminista lutando por igualdade de direitos é que pela primeira vez essa dominação masculina se viu ameaçada, mas não o suficiente para perder seu poder.

Como observa Bourdieu (2002), mesmo que essas pressões externas sejam abolidas e as liberdades formais como o direito ao voto, direito a educação formal e o acesso ao mercado de trabalho (vitórias do movimento feminista) tenham sido adquiridos, a autoexclusão permanece devido a estrutura da dominação que colocou o dominante e os dominados em posições sociais diferentes.

Lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação e que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas *escolhem* adotar práticas submissas (“as mulheres são seus piores inimigos”) ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas “se deleitam” com os tratamentos que lhe são infligidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza. Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à “submissão”, dadas por vezes como pretexto para “culpar a vítima”, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução (Bourdieu, 2002, p. 51).

Ao compreender como está estruturada essa relação feminino e masculino na sociedade, sem colocar os agentes como rivais e sim como peças de um jogo social em que cada um assume

uma posição para que o sistema funcione, é possível entender que existem mecanismos que contribuem para esse embate, se é que podemos chamar assim, já que a luta de classes faz parte da estrutura social, sem mocinhos e vilões.

1.3.1. Noção de *Habitus* e Campo por Bourdieu

Habitus, na concepção de Bourdieu, se refere às relações de poder e dominação social que se tornam visíveis nas estratégias que visam manter a ordem social. (Bourdieu, 1983). Ele explica situações e conflitos vividos pelos agentes da pesquisa. Outro ponto sobre a escolha da utilização da noção de *habitus* é que, ao utilizar Bourdieu para dissertar sobre gênero, patriarcalismo e desigualdade de gênero nas áreas de clima semiárido, se faz necessário adotar os conceitos empregados por ele para explicar a sociedade e suas camadas sociais.

Para Bourdieu, os atores são agentes, sendo os responsáveis por incorporar uma determinada estrutura social. Estrutura essa que os influencia no modo de sentir, pensar e agir, e inclusive, os faz reproduzi-la, muitas vezes, de maneira inconsciente. Bourdieu define *habitus* como:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação combinadas de um maestro (Bourdieu, 2007, p. 41).

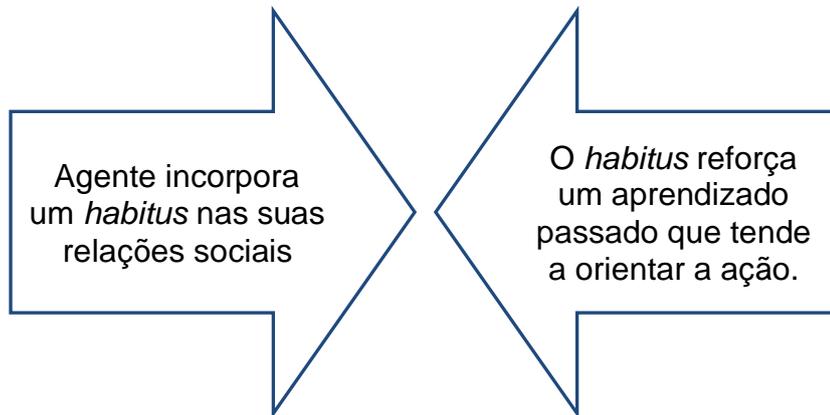
Nessa esteira, Bourdieu critica o objetivismo com que os sistemas institucionais tratam os sujeitos, como atores seguindo um roteiro e não como agentes transformadores de suas estruturas sociais. Por isso que ele optou por utilizar o termo agente e não ator em suas discussões. Os agentes possuem papéis ativos e são tão responsáveis pelas estruturas sociais quanto o sistema. Sua intenção era mudar a ideia de que o agente se resume ao papel de suporte da estrutura, como a visão estruturalista supõe. Contudo, ele também questiona a visão subjetiva que coloca os agentes como únicos responsáveis por suas escolhas, preferências e atitudes (Haas, 2012).

Portanto, o *habitus* é a forma de os indivíduos compreenderem o mundo e de agirem a partir da interiorização de realidades externas, o que acaba refletindo nas suas ações. Se colocar de maneira mais simples, o *habitus* é a capacidade, mesmo que inconsciente, de refletir o passado que permanece em cada agente, passado esse do qual socialmente foi formado. No

entanto, apesar de durável, essa capacidade não é inflexível e está aberta a disposições e modificações, como novas experiências que conseqüentemente irão reforçar ou modificar suas estruturas.

O *habitus* é uma relação dialética entre as estruturas como ilustra a figura 2 abaixo.

Figura 2: Noção de *habitus*.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Souza (2013).

Essa relação dialética apontada na figura 2 é passada de geração para geração, mesmo que de forma inconsciente, ela está incorporada em sua estrutura social. A exemplo de uma agente¹¹ da pesquisa que sofria violência doméstica e foi buscar conselhos de como sair daquela situação com o padre da comunidade, o líder religioso a orientou a ficar com o marido com a justificativa de que “se era difícil viver com ele, mais difícil seria viver sozinha na sociedade”. Essa orientação se sustenta na crença de que era a melhor solução para ela no momento, uma vez que em seu *habitus* social, esse padre aprendeu com seus antepassados que na sociedade a mulher estaria em melhor condição casada e sofrendo, do que sendo apontada pela sociedade por ter se divorciado. Assim, toda vez que, durante a pesquisa, for citada a palavra *habitus*, será nesse sentido utilizado por Bourdieu. A escolha de Bourdieu como teórico para a fundamentação dessa pesquisa pode parecer contraditória, uma vez que a pesquisa fala sobre protagonismo feminino, mas foi feita de forma consciente, considerando que iremos abordar o campo a partir de uma abordagem relacional.

Já o campo ou espaço social, para Bourdieu, é o resultado da relação dialética entre um *habitus* e uma determinada situação (Souza, 2013).

[...] um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados, quanto ao seu funcionamento e às suas

¹¹ Ver depoimento no capítulo 3.

transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos directo ao campo de produção económica: no interior de cada um dos subespaços os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (Bourdieu, 2004, p.153).

É nesse campo multidimensional que acontecem as lutas sociais ou lutas simbólicas próprias das relações entre os indivíduos em um espaço social. Esse campo é dinâmico e obedece a leis próprias, ainda assim, possui conflitos próprios das relações sociais, contudo, tem como principal interesse manter relações bem-sucedidas entre seus agentes (Bourdieu, 2004).

A noção de campo substitui a noção de sociedades para Bourdieu e começou a ser desenvolvida pelo autor no início dos anos 1960, após reler textos de Max Weber sobre a sociologia da religião. A noção de sociedade não abrange a noção de um sistema simbólico formado por um conjunto de microcosmos como faz a noção de campo. Por ser um microcosmo, possui relativamente uma autonomia, lógicas próprias e interesses específicos (Catani, 2011).

O campo funciona como uma representação do mundo real com disputas e sistema hierárquico. Bourdieu propõe uma análise das sociedades a partir da movimentação dos agentes, deixando de lado a ideia de classes sociais. Inclusive descreve o campo como uma espécie de jogo no qual os agentes, conscientes das regras do jogo, o jogam disputando posições e interesses próprios. São as relações de forças dos jogadores que definem a estrutura do campo (Bourdieu, 2004).

O campo é um espaço social com interesses específicos, com regras de funcionamento, lutas internas e interesses em comum que fazem sentido para os agentes do campo. Essa noção foi desenvolvida por Bourdieu a partir das ideias marxistas sobre classes sociais e relações de classe que também são relações de lutas (Canclini, 1986).

Pesquisar sobre protagonismo feminino na região de clima semiárido envolve principalmente pesquisar as relações de força entre os agentes. Uma vez que, a pesquisa se dará na região de clima semiárido, com as comunidades e sociedades locais, podemos associar a noção de campo de poder utilizada pelo teórico francês como suporte para compreender as relações e ações sociais dos agentes, atores fundamentais deste estudo. Bourdieu (1998) explica que:

O campo do poder é um campo de forças estruturalmente determinado pelo estado das relações de poder entre tipos de poder, ou diferentes tipos de capital. Também é, de modo inseparável, um campo de lutas de poder entre os detentores de diferentes formas de poder, um espaço de jogo em que aqueles agentes e instituições possuidores de suficiente capital específico são capazes de ocupar posições dominantes dentro de seus campos respectivos, e confrontar os demais utilizando estratégias voltadas para preservar ou transformar as relações de poder (Bourdieu, 1998, p. 265).

Os diferentes tipos de capital¹² (formas de poder) de um campo são determinantes para manter em jogo a disputa que mantém o campo em atividade. Mas é preciso ter interesse em participar do jogo para que ele seja validado. Os interesses em jogar é constituído socialmente e existe apenas no campo em que está sendo jogado (Bourdieu,1996).

Como iremos ver no campo ambiental, o campo por ser um espaço socialmente estruturado em que os agentes fazem de tudo para manter suas posições, é difícil de ser limitado, uma vez que é objeto de disputa dentro do próprio campo. Os agentes do campo lutam para manter suas posições para se diferenciar dos rivais e ao reduzir a competição, mantém sua posição intacta (Bourdieu; Wacquant, 1992).

1.4. Gênero e feminismo no ambiente acadêmico

A busca por textos relacionados ao tema “gênero e divisão sexual do trabalho”, “gênero e empoderamento feminino” e “gênero e água” no buscador Google Scholar gerou alguns resultados que serão discutidos abaixo. De antemão é possível afirmar que a busca por trabalhos acadêmicos relacionados ao tema mostra que a discussão sobre gênero e feminismo ainda é pouco explorada.

Ao pesquisar sobre gênero e divisão sexual do trabalho, Rosa, Guarda e Alves (2020), chegaram à conclusão de que essa desigualdade de gênero existe devido a questões sociais e culturais. Resultando, inclusive, na divisão social do trabalho de maneira desigual, em que as mulheres ficaram confinadas ao ambiente doméstico e aos homens foi dado o direito à tomada de decisões e ao trabalho externo e remunerado. Embora atualmente essa divisão não seja regra em alguns casos, ainda são as mulheres que carregam uma carga de trabalho dupla quando conseguem acessar o trabalho remunerado e, mesmo assim, necessitam gerenciar o trabalho doméstico e os cuidados familiares, uma vez que os homens não foram inseridos no trabalho doméstico.

Consequentemente, essa divisão social e de gênero afeta outros ambientes, como a gestão das águas, uma vez que, são os homens os responsáveis pelo gerenciamento público desse recurso, relacionados à tomada de decisões, e as mulheres ficam com a gestão da água

¹² Capital econômico que é o capital correspondente ao dinheiro e as posses, capital social que é o “pertencer a um grupo”, uma rede de relacionamentos úteis que pode garantir ganhos materiais ou simbólicos e capital cultural que é a educação, estilo de vida e intelecto e para Bourdieu possui três categorias: o capital cultural incorporado, o capital cultural objetificado e o capital cultural institucionalizado.

dentro de casa ao serem responsáveis pelo uso em ambiente doméstico. Essa divisão sexual reflete também no momento de exigir que seus direitos legais sejam cumpridos, pois são os homens que ficam responsáveis resolver as questões burocráticas (Rosa; Guarda; Alves, 2020).

Apesar de ver a pesquisa com bons olhos e acreditar que a literatura sobre o tema gênero e água gere bons resultados para as políticas públicas referentes à gestão da água, Façanha (2019) ressalta que a literatura sobre o tema ainda é insuficiente. O autor observa que a literatura com o tema gênero e água geralmente possui foco no Programa Um milhão de Cisternas Rurais ou consideram outros programas de desenvolvimento rural, demonstrando uma carência de estudos relacionados a políticas públicas e a inclusão da mulher na tomada de decisões. Esse novo impulsionamento nas pesquisas ocorreu somente na década de 1990, quando a mulher passou a ser colocada como protagonista, tendo suas demandas ouvidas nas tomadas de decisões relacionadas às políticas públicas de gestão da água (Façanha, 2019).

Inclusive, Façanha (2019b) aborda a temática gênero e água relacionada com o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) em uma de suas pesquisas. A escolha dessa correlação se deve ao fato de o programa trazer consigo um caráter inovador que é a participação feminina na gestão da água. O P1MC trouxe a figura feminina para o centro dos debates comunitários e deixou evidente a importância de colocar a mulher na gestão dos recursos hídricos, gerando maior autonomia hídrica e capacitação das mulheres. É preciso ressaltar que as ONGs (Organizações Não-Governamentais) possuem grande importância nesse processo de inclusão dessas mulheres e no impulsionamento das políticas. Contudo, ainda existe uma escassez na área acadêmica de estudos que provem a participação das mulheres no processo de criação de políticas públicas efetivas para o semiárido (Façanha, 2019b).

Soares (2009) faz uma análise da experiência do semiárido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático, utilizando como recorte de fundo o tema desenvolvimento, democracia, gênero e água de maneira relacional, uma vez que, a implementação e formulação das políticas públicas dependem desses eixos para atingir seu principal objetivo, o acesso à água potável, esse, por sua vez, é o responsável pelo desenvolvimento sustentável.

Soares aponta ainda as ações de empoderamento que pretendem redesenhar as relações de poder garantindo as participações das mulheres nas várias tomadas de decisões, uma vez que, ao se tornarem qualificadas, serão capazes de formular novas ideias voltadas à família, à infância e as próprias mulheres devido às experiências adquiridas por suas vivências (Soares, 2009).

Peixe e Canonica (2020) afirmam que o campo também é um espaço feminino, as mulheres do campo assumem jornadas triplas e árduas como plantar e colher, cuidar da

produção, manejo e responsabilidades com a propriedade, atenção à família, trabalhos manuais e ações comunitárias. Atividades essas que precisam ser divididas entre o lar, o campo e a comunidade em que vivem, mas não são reconhecidas devido a invisibilidade social das mulheres tanto no contexto em que vivem quanto em contextos sociais diversos, devido a fatores amplos incluindo gênero, formação e excesso de trabalho que lhe impede de refletir com profundidade a realidade em que vivem e a partir daí lutar por seus direitos.

Na lógica do patriarcado, a mulher, os bens e toda a família fazem parte do patrimônio familiar que deve ser gerenciado pelo patriarca. Assim, a submissão feminina ocorre com seu consentimento de acordo com essa lógica e em respeito aos costumes, aos valores e à tradição. Outro fator que contribui junto com a cultura patriarcal é a divisão sexual do trabalho e a socialização no ambiente de trabalho que, inspirado na socialização dentro do seio familiar, legou à mulher, no ambiente de trabalho, posições inferiores e baixa remuneração sob a lógica da força de trabalho e das peculiaridades da exploração do feminino (Fischer, 2004).

A teoria do gênero trouxe um novo olhar para o ambiente da pesquisa sobre homens e mulheres e quebrou paradigmas, separando o conceito de sexo biológico do conceito de identificação social do feminino e masculino. Essas características comportamentais que definem a identidade de gênero são sociais e mudam de acordo com o período histórico, não são naturais a humanidade (Fischer, 2004).

Assim, a realidade das mulheres rurais possui relação com a sociedade em que cresceram e foram criadas, mas ela não é imutável e pode sofrer alterações, podendo ser redefinida e reconstruída de acordo com as relações sociais. Ao reservar para a mulher apenas o lugar do privado longe das decisões sociais, está consequentemente negando a ela o direito à sua cidadania (Fischer, 2004).

Scott e Cordeiro (2016) fazem uma interessante observação sobre as mulheres no campo ao demonstrar que o acesso aos recursos permanece com os homens. Contudo, existe um incremento no acesso a fontes de recursos provenientes de poderes externos, a exemplo os auxílios, aposentadorias ou pagamento via políticas públicas como o gerenciamento hídricos, que possibilita às mulheres uma ascensão na sua autonomia. Ou seja, mesmo que haja muito mais continuidade do que mudanças, o acesso a fontes de recursos, materiais e simbólicos e a ocupação de cargos, pode ter como efeito alteração das relações de poder em várias dimensões da vida das mulheres rurais, junto com o questionamento desse discurso masculino dominante.

1.4.1. protagonismo feminino e recursos hídricos em revistas e periódicos

A busca realizada na base da *Scopus* utilizando as palavras-chave: “protagonismo”, “feminino”, “empoderamento”, “recursos hídricos” e “chuva”, traduzidas para o inglês, juntamente aos operadores booleanos “AND” e “OR” entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023 gerou 5 documentos que foram selecionados e dos quais foram feitas leituras criteriosas.

As palavras-chaves utilizadas foram escolhidas não apenas de acordo com o contexto da pesquisa, mas também de acordo com os resultados gerados nas bases de pesquisa. O termo semiárido, por exemplo, não gerou resultados, por isso foi substituído pelos termos “Recursos hídricos” e “Chuva”. O levantamento foi realizado nas plataformas *Scopus (Elsevier)* e *Web of Science*.

A *Scopus* é uma base de dados que possui literatura abrangente e relevante. Além disso, os documentos disponibilizados são revisados por pares, o que garante a sua idoneidade. A base possui ainda ferramentas inteligentes que permitem controlar, analisar e visualizar pesquisas acadêmicas (Scopus, 2023).

A *Web of Science (WOS)* é uma das maiores bases de informações científicas e reúne desde 1997 vasta literatura acadêmica publicada nos principais periódicos de acesso aberto da América Latina, Portugal, Espanha e África do Sul. A base permite ainda visualizar e analisar conteúdos de grande impacto internacional de maneira acessível (WOS, 2023).

Os artigos selecionados tiveram como critério principal a discussão de gênero, o protagonismo feminino e a transformação ou impactos positivos na comunidade em que vivem. O resultado obtido demonstra a contribuição da presente pesquisa para o debate voltado ao protagonismo feminino. Quando a pesquisa é direcionada a área do semiárido, área escolhida para a realização da pesquisa de campo, não gerou resultados em nenhuma das bases utilizadas.

Foram selecionados 69 artigos para análise do título, resumo e palavras-chave, sendo que apenas 9 artigos se mostraram relevantes para essa pesquisa. Dos 9 artigos, 1 estava duplicado nos dois periódicos e 3 estavam restritos para a leitura na íntegra, restando 5 artigos para a revisão conforme tabela abaixo (Tabela 1).

TABELA 1: Produção científica sobre o protagonismo feminino e a transformação ou impactos positivos na comunidade em que vivem.

N	Título	Autores	Ano	Periódico
1	Cinderella and the missing slipper: gender dynamics in water management in the coastal region of Bangladesh	Khalid Md. Bahauddin; Hamidul Huq	2018	Journal of Water, Sanitation and Hygiene for

				Development
2	What If Your Husband Doesn't Feel the Pressure? An Exploration of Women's Involvement in WaSH Decision Making in Nyanchwa, Kenya	Thelma Zulfawu Abu; Elijah Bisung; Susan J. Elliott	2019	Int. J. Environ. Res. Public Health
3	Sub-optimal household water access is associated with greater risk of intimate partner violence against women: evidence from Nepal	Neetu Choudhary; Alexandra Brewis; Amber Wutich; Pranita Bhushan Udas	2020	Journal of Water Health
4	Gendered Social Norms Change in Water Governance Structures Through Community Facilitation: Evaluation of the UPWARD Intervention in Tanzania	Jacob Eaton; Aditi Krishna; Christina Sudi; Janeth George; Christopher Magomba; Anne Eckman; Frances Houck; Hannah Taukobong	2021	Frontiers in Sociology
5	Understanding the pathways to women's empowerment in Northern Ghana and the relationship with small-scale irrigation	Elizabeth Bryan; Elisabeth Garner	2022	Agriculture and Human Values

Fonte: Elaborado pela autora, Faria (2023)

Os artigos separados para a revisão seguem a linha temporal de publicações entre 2018 e 2022, publicações essas consideravelmente recentes, com menos de cinco anos de publicação. O que chama a atenção é o fato de que foram publicados apenas um artigo por ano, o que pode revelar que o interesse pelo tema é pouco comum. Outro fato que chama a atenção é que, mesmo possuindo uma região de clima semiárido extenso, a maior do mundo, e com um bioma tão diversificado, no Brasil, nenhuma publicação foi indexada em periódicos nos últimos 20 anos envolvendo o tema seca e o protagonismo feminino.

O artigo n = 1, *“Cinderella and the missing slipper: gender dynamics in water management in the coastal region of Bangladesh”* (Cinderela e o sapatinho desaparecido: dinâmicas de gênero na gestão da água na região costeira de Bangladesh), publicado no periódico *“Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development”* no ano de 2018, pelos autores Khalid Md. Bahauddin e Hamidul Huq, foi selecionado por se tratar de um tema relacionado ao gênero e a gestão da água, revelando inclusive semelhança com o tema em questão. O artigo é um estudo qualitativo realizado com um grupo de homens e mulheres que estão envolvidos com agricultura familiar, camponeses que trabalham em projetos relevantes,

com líderes de ONGs e líderes sindicais com o objetivo de compreenderem a dinâmica de gênero na gestão da água na região (Bahauddin; Huq, 2018).

Os pesquisadores tinham o objetivo de descobrir como a dinâmica de gênero acontecia em aldeias de Bangladesh, que possuem agricultores que necessitam da água para sua subsistência. No entanto, revelaram muito mais que isso. Em uma sociedade totalmente patriarcal, o machismo e a violência simbólica são naturalizados por toda a sociedade, incluindo as mulheres que apoiam seus maridos quando os mesmos se omitem a fazer os trabalhos domésticos e a cuidar dos filhos, com a justificativa de ser um trabalho dito apenas feminino. A dinâmica de gênero desse estudo se revela ainda mais complexa que a dinâmica de gênero encontrada na região de clima semiárido brasileira, o que acentua ainda mais as desigualdades sociais.

Mesmo que os autores vejam com otimismo os avanços enfrentados pelos agentes nos últimos vinte anos, uma vez que hoje alguns maridos permitem que suas esposas trabalhem em ONGs e em sindicatos para ajudar nas despesas de casa, ainda existe muita evolução a ser alcançada. O campo, objeto deste estudo, é complexo devido aos estigmas enfrentados pelos homens que permitem que suas esposas trabalhem e por isso são vistos pela comunidade como fracos e que não conseguem sustentar sua família, correndo o risco de perder o respeito até da própria família. São muito os estigmas enfrentados pelas mulheres que trabalham fora. Elas são vistas como mulheres que não merecem confiança, posto que, ao trabalharem como domésticas estão se humilhando fazendo serviços em casa de outros e ao trabalharem em empresas estão sujeitas ao assédio sexual, o que as torna mal vistas e desonradas. A situação é agravada quando levamos em consideração que a comunidade estudada leva à honra muito a sério. Bahauddin e Huq (2018) concluíram que a comunidade precisa evoluir muito ainda para diminuir as desigualdades de gênero e tem esperança que estudar a dinâmica de gênero relacionada a gestão da água sirva como um alerta.

O artigo n = 2, *“What If Your Husband Doesn’t Feel the Pressure? An Exploration of Women’s Involvement in WaSH Decision Making in Nyanchwa, Kenya”* (E se o seu marido não sentir a pressão? Uma Exploração do Envolvimento das Mulheres na Tomada de Decisões no banho em Nyanchwa, Quênia), publicado no periódico *“International Journal of Environmental Research and Public Health”* no ano de 2019 pelos autores Thelma Zulfawu Abu, Elijah Bisung e Susan J. Elliott trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com moradores da comunidade rural Nyanchwa, localizada no município de Kisii, no Quênia.

Os autores escolheram a área da pesquisa devido ao histórico de seca na região, por ser uma área sem saneamento básico e água tratada e também por ser uma região íntima a alguém

da equipe de pesquisa, detalhe que facilitou o acesso aos agentes da pesquisa. A escolha dos agentes para as entrevistas ocorreu utilizando como método a bola de neve e teve como objetivo compreender quais os fatores que geram a falta de banho entre os moradores. A entrevista foi separada por categorias de acordo com as causas de falta de banho na comunidade (causas econômicas, de liderança, crescimento populacional e ambientais), os impactos da falta de banho sobre mulheres e meninas (desperdício de tempo, insegurança, doença, impactos psicossociais, e abandono escolar) e os fatores que determinaram a participação das mulheres na tomada de decisões de lavagem (domínio masculino, desafios econômicos, restrições de tempo e uma baixa taxa de alfabetização) (Zulfawu Abu; Bisung; Elliott, 2019).

A comunidade estudada pertence a uma sociedade que possui uma dinâmica de gêneros bem definida, nela os homens são responsáveis por tomadas de decisões e as mulheres e meninas são responsáveis pelos trabalhos domésticos, o que inclui a coleta de água e a sua gestão. Devido a essa dinâmica, questões complexas são geradas, incluindo insegurança, evasão escolar, doenças geradas pela falta de higiene adequada, dificuldades financeiras, etc. A comunidade possui também um sistema de captação de água peculiar que envolve a questão financeira dos membros. Existe um sistema de captação de água comunitário, contudo, são os moradores os responsáveis por financiar os materiais e a obra para levar os canos até suas residências e construir cisternas que venham a armazenar essa água. Situação que exclui os moradores que vivem em situação de vulnerabilidade social e os obriga a buscar água em locais sem tratamento sanitário.

Como responsáveis pela coleta e armazenamento de água, as mulheres e meninas necessitam andar longas distâncias em busca de água, atividade que coloca sua vida e segurança em risco uma vez que homens aproveitam o momento em que elas estão vulneráveis para atacá-las. A atividade também interfere na educação, uma vez que ao tomarem longas horas do dia delas, impedem que as mesmas possam se envolver em atividades domésticas que ficam atrasadas, já que são suas responsabilidades. Como consequência maior isso as impedem de frequentar as escolas. Não frequentar a escola as colocam em desvantagem para tomar decisões e se envolver em questões sociais. Isso também afeta financeiramente suas famílias, visto que não podem trabalhar em ambientes externos ao lar em trabalhos remunerados (Zulfawu Abu; Bisung; Elliott, 2019).

Outro motivo apontado para a evasão escolar é a falta de locais adequados e higiênicos para as meninas realizar suas necessidades diárias na escola, a defecção em local insalubre gera doenças do trato urinário levando as meninas a saírem da escola para se tratarem e as mantém longe por medo de serem humilhadas publicamente em seu período menstrual. É fato que as

mulheres têm necessidades higiênicas diferentes das dos homens, mas são eles que tomam decisões voltadas à gestão da água, o que torna a situação difícil de ser solucionada. Para os autores, a alfabetização das mulheres e o envolvimento delas nas tomadas de decisões já seria um grande passo junto com políticas públicas voltadas para esse público mais vulnerável (Zulfawu Abu; Bisung; Elliott, 2019).

O artigo n = 3, “*Sub-optimal household water access is associated with greater risk of intimate partner violence against women: evidence from Nepal*” (O acesso domiciliar à água abaixo do ideal está associado a um maior risco de violência contra mulheres por parceiro íntimo: evidências do Nepal), publicado no periódico “*Journal of Water Health*” no ano de 2020 pelos autores Neetu Choudhary, Alexandra Brewis, Amber Wutich e Pranita Bhushan Udas. Trata-se de uma pesquisa por amostragem com dados das Pesquisas Demográficas e de Saúde (DHS) de 2016 do Nepal. Teve como objetivo identificar a relação da violência doméstica com a insegurança hídrica.

A sociedade desse estudo possui como característica o patriarcalismo e a violência física contra a mulher como algo cultural, desde que os homens só se consideram homens se já tiverem batido em sua mulher. Por isso os autores procuraram inovar na pesquisa, buscando a relação da violência física com a insegurança hídrica que também se faz muito presente no país. Os pontos observados por eles durante a coleta de dados são se as mulheres já sofreram algum tipo de violência física ou emocional, também se possuem em casa o acesso a água de forma básica ou nula, o acesso intermediário ou o acesso considerado ideal (Choudhary; Brewis; Wutich; Bhushan Udas, 2020).

Chegaram à conclusão que as mulheres nepalesas casadas estão mais vulneráveis a sofrer violência doméstica devido a responsabilidade pela gestão da água. E que a insegurança hídrica serve como indutor para a violência física ou emocional contra as mulheres, independente de sua escolaridade e do seu poder na tomada de decisões. Chegaram à conclusão também que investir em um sistema hídrico doméstico eficaz seria uma solução viável para diminuir o problema (Choudhary; Brewis; Wutich; Bhushan Udas, 2020).

O artigo n = 4, “*Gendered Social Norms Change in Water Governance Structures Through Community Facilitation: Evaluation of the UPWARD Intervention in Tanzania*” (Mudança nas normas sociais de gênero nas estruturas de governança da água por meio da facilitação comunitária: avaliação da intervenção UPWARD na Tanzânia), publicado no periódico “*Frontiers in Sociology*” no ano de 2021 pelos autores Krishna, Christina Sudi, Janeth George, Christopher Magomba, Anne Eckman, Frances Houck e Hannah Taukobong, trata-se de uma pesquisa de campo com grupo focal, em que foi utilizada a técnica de intervenção,

utilizando o programa UPWARD com a população de duas cidades pequenas na Tanzânia, com em sua maioria muçulmana e agricultora.

A pesquisa utilizou como método de intervenção a utilização de vinhetas que são contos ficcionais lidos por um facilitador (alguém de relevância e que exerce um papel de liderança na comunidade) treinado anteriormente utilizando o método de educação para adultos de Paulo Freire. Esse facilitador lê esses contos ficcionais pedindo para os ouvintes considerarem como os personagens devem agir na situação, de maneira que sua resposta seja dada de acordo com as normas sociais e não de acordo com suas próprias crenças ou com o que eles acham que a sociedade espera ouvir. O estudo tinha como objetivo principal descobrir se ao utilizar a técnica de intervenção, seria possível mudar as normas sociais em que as mulheres são vistas como incapazes de opinar em questões voltadas para a própria comunidade (Krishna et al., 2021).

Os autores revelaram que a intervenção, que durou dez meses e utilizando recursos limitados, gerou resultados satisfatórios em relação a conseguir que a comunidade apoiasse a opinião das mulheres em relação às decisões referentes aos recursos hídricos, sororidade entre as mulheres que participaram da intervenção, o aumento no número de homens incentivando ativamente a participação das mulheres na vida da aldeia e a redução no número de homens que sofreriam julgamentos sociais caso deixasse as esposas participar das reuniões (Krishna et al., 2021).

Por ser uma sociedade de maioria muçulmana, a participação das mulheres em reuniões e questões comunitárias sempre foi desencorajada. Quadro que ganhou nova perspectiva por parte dessas sociedades com a realização da pesquisa. O silenciamento feminino por ser cultural, houveram poucas participações femininas por medo de sofrer o julgamento das mulheres mais velhas e dos homens que utilizam métodos de intimidação quando as mesmas se pronunciavam. Usar como alvo os homens na intervenção serviu como estratégia para que os mesmos percebam que as mulheres são tão capazes de opinar nas questões sociais quanto eles (Krishna et al., 2021).

O artigo n = 5, *“Understanding the pathways to women’s empowerment in Northern Ghana and the relationship with small-scale irrigation”* (Compreender os caminhos para o empoderamento das mulheres no norte de Gana e a relação com a irrigação de pequena escala), publicado no periódico *“Agriculture and Human Values”*, no ano de 2022, pelos autores Elizabeth Bryan e Elisabeth Garner, é uma pesquisa qualitativa realizada na região leste de Gana que possui longos períodos de seca, necessitando de irrigação ou coleta de água durante o período de escassez hídrica.

As autoras concluíram com a pesquisa que o investimento das mulheres em lotes produtivos contribui para o empoderamento feminino. Ao trabalharem em lotes irrigados por conta própria, são capazes de melhorar a renda familiar, de gerenciar seus recursos e de conquistar sua autonomia dentro do seio familiar. No entanto, por ser uma sociedade patriarcal, as mulheres só podem ter acesso ao lote irrigado com a intervenção dos maridos e estes geralmente preferem investir nos próprios lotes levando as esposas a investir de maneira inadequada por falta de recursos humanos e materiais (Bryan; Garner, 2022).

Todos os artigos possuem a gestão de recursos hídricos e a figura feminina em comum. Outro fator que chamou a atenção na leitura dessas pesquisas foi o fato de as regiões, em sua maioria, possuir a religião muçulmana como religião predominante, fator que acaba legitimando essa cultura patriarcal, além de se mostrar um elemento responsável por definir o destino dessas mulheres. Ainda que os ambientes de pesquisa sejam completamente diferentes e que as realidades pesquisadas sejam totalmente opostas à realidade brasileira, foi possível encontrar semelhanças entre elas como uma cultura machista e a validação do machismo pelas próprias mulheres.

CAPÍTULO II

O CAMPO IMAGINADO E O CAMPO REAL

Neste capítulo farei uma discussão utilizando dados obtidos no campo real, relacionando com dados obtidos durante a pesquisa teórica ao qual chamarei de campo imaginado, uma vez, que durante a pesquisa teórica o campo real era algo distante e vivia apenas no campo imaginado. O campo imaginado nasceu junto com o projeto de pesquisa e cresceu durante todo o período de preparação que antecedeu a ida a campo, através de leituras, teorias e discussões realizadas com base em autores clássicos e contemporâneos da sociologia.

A hipótese de que ao gerenciar os recursos hídricos gera um certo protagonismo na vida das mulheres que vivem em regiões semiáridas, por exemplo, revela a necessidade de entender como o empoderamento feminino tem auxiliado as mulheres de regiões remotas a lidar com questões como machismo, subserviência, invisibilidade social e tantas outras questões que envolvem essas agentes.

Ainda que na zona rural a mulher assuma o papel de agricultora, trabalhando no campo junto com o marido, dificilmente ela vai se ver como provedora do lar e sim como uma ajudante que muitas vezes precisa se revezar com o trabalho braçal e o trabalho doméstico. Isso acontece devido a configuração social que atribuiu às mulheres o espaço doméstico e ao homem o trabalho remunerado.

Como afirma Saffioti (1987, p. 14) “Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se lhes está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras”. Uma vez que a relação entre os gêneros, quando pautada pelo trabalho como marcador social de superioridade e inferioridade, sofreu mudanças com o avanço das sociedades, como afirma Sorj (2000);

(...) as fronteiras entre o trabalho e o não trabalho parecem menos demarcadas à medida que passamos a ver as atividades de lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças e de idosos e tantas outras tarefas domésticas como trabalho remunerado e não remunerado, embora não seja nada aleatório que o trabalho remunerado apareça, em geral, como mais valioso ou mais real do que o outro (Sorj, 2000, p. 29).

Ainda significa um marcador social que difere homens e mulheres, já que muitas vezes o trabalho não remunerado não é valorizado como deveria. O que torna relevante a investigação

dessas problemáticas que permanecem enraizadas na sociedade apesar de todos os avanços alcançados.

2.1. Caracterização do campo

A pesquisa foi realizada nas comunidades de Queimada Grande e Santa Rosa do Ermirio. Queimada Grande é uma comunidade que surgiu como um assentamento e subiu para a posição de povoado, possuindo escola, igrejas, praça, associações comunitárias e comércio local, mas que conserva a estrutura de uma comunidade rural com terrenos loteados ao longo da extensão territorial, criações de animais, lotes agrícolas e quintais produtivos.

Quando viajamos pela rota do sertão visualizamos a comunidade ao longo da rodovia. A diferença entre o centro da cidade e o centro da comunidade é visível, a comunidade conserva ares rurais, com vegetação típica da caatinga em toda direção e criações de animais como ovino e caprinos em todos os lotes. Estive na comunidade em três ocasiões diferentes e em todas fui bem recebida. Maria foi a anfitriã em todas as visitas, apresentou as outras agentes e mostrou com orgulho a associação que preside.

A casa que abriga a associação Dom José Brandão de Castro foi doada, assim como os equipamentos da cozinha industrial e os computadores da sala de informática. O imóvel é bastante amplo, possuindo duas salas, uma que funciona como recepção e que expõe fotos e banners contando a história da associação, outra com uma mesa e expositores de renda de bilro. São vários os bancos e mesas contendo os equipamentos para produzir o artesanato. Possui também um quarto que contém estantes, armários, freezers e produtos fabricados pelos associados, entre alimentos e artesanatos. É possível ver cocada e bala de leite, cocada de palma, lembranças, chapéus e bolsas de palha e de renda. Bebidas artesanais produzidas pelos moradores locais e artes em couro (pulseiras, bolsas, broches e colares).

Se a estiagem foi o mote para a criação da associação, o que notamos é a busca pela convivência com o semiárido, ou seja, extrair não apenas as potencialidades do lugar castigado pela seca, mas também dos agentes para que construam práticas alternativas de sobrevivência. É evidente que isso requer uma série de atividades comungadas, não só ter acesso a água, mas ter incentivo às atividades produtivas apropriadas, com práticas agrícolas e não agrícolas que contribuam para melhorar a renda, sobretudo, ter acesso a uma educação que possibilite conhecimentos adequados à convivência com essa realidade.

Ao que tudo indica, a associação segue essa orientação, de modo que observamos num outro quarto uma sala de informática, ambos são bem arejados e iluminados por janelas. A casa

possui também uma cozinha, local utilizado por todos e após o cômodo, outro cômodo foi construído pela associação para abrigar a cozinha industrial que foi doada pelo SEBRAE, ainda em inatividade por falta de recursos e de cursos profissionalizantes. O que aponta de certo modo a precariedade das políticas públicas em satisfazer as necessidades da população sertaneja.

Após esse cômodo, entramos na área de trás da casa que é uma espécie de galpão onde são realizadas as reuniões. O galpão é mobiliado com uma mesa de madeira enorme e com centenas de cadeiras de escritório, carteira escolar e de plástico. Após o muro do galpão, a casa possui um quintal cheio de árvores frutíferas e uma cisterna de placa que foi construída pelo ASA, mas que está em estado de abandono (Ver figura 3). A cisterna precisa de manutenção, caso venha a ser usada outra vez, pois está inativa. A associação possui água encanada, porém, segundo; Maria mais falta do que chega.

Figura 3: Cisterna de placa construída no quintal da sede da Associação Dom José Brandão de Castro.



Fonte: Autoria própria, Faria (2023).

A cisterna de placa é uma tecnologia social hídrica com capacidade para armazenar 16 mil litros de água para consumo humano. É um reservatório cilíndrico, construído próximo a residência familiar e armazena a água da chuva através de telhados ligados a calhas de zinco ligadas a canos de PVC que conduzem a água até o reservatório (Ver figura 4). Pode ser construída com placas de cimento, anéis de concreto, tela de cimento, alambrado e outros tipos de materiais. Metade da cisterna fica enterrada no chão para garantir maior resistência ao reservatório (ASA, 2023).

Figura 4: Cisterna de placa instalada ao lado de uma residência



Fonte: Autoria própria, Faria (2023)

A capacidade de 16 mil litros tem como estimativa suprir as necessidades básicas como água para beber e cozinhar durante o período de oito meses de estiagem em uma família com até cinco pessoas. Para garantir a qualidade da água potável se faz imprescindível seguir alguns critérios como descartar a primeira água da chuva para que ela possa lavar a calha, manter os telhados, as calhas, os canos e a cisterna limpos e fechados (Leal, 2013).

Outros cuidados indispensáveis para garantir o bom desempenho da tecnologia são utilizar a bomba de repuxo manual ou baldes limpos e de uso exclusivo para retirar água, lavar a cisterna com água e cloro antes da chegada das chuvas, pintar a cisterna com cal branco antes do período chuvoso, não plantar árvores a menos de 10 metros de distância para evitar rachaduras na estrutura, sempre reparar as fissuras ou rachaduras assim que apareçam e nunca

instalar a cisterna próximo aos fossos residenciais ou em área de descarte de esgotos (Leal, 2013).

Dados que explicam o motivo de a cisterna da associação se encontrar em estado de abandono. Manter o recipiente despende tempo, que os administradores não possuem devido a suas demandas diárias. Outro motivo é que o prédio que abriga a associação era uma residência que ficou fechada por muitos anos e que só voltou a ser mantida em condições de uso quando foi doada para servir de sede. Ao lado da casa que abriga a associação, fica a casa em que Maria mora com o marido e os filhos, um ambiente simples, mobiliado de maneira modéstia. Na casa de Maria almoçamos e conversamos sobre a comunidade e a falta de água que torna tudo mais difícil. A comida, muito saborosa, preparada com legumes e hortaliças colhidos em seu quintal produtivo, além de suco de goiaba retirada do pé em seu quintal, me fez questionar internamente como ela havia conseguido cozinhar sem água nas torneiras de casa. Aquelas louças todas que sujamos, me fez imaginar como seriam lavadas. Um caldeirão em cima da pia da cozinha cheio de água, servia de uso geral. Nela lavamos as mãos com o auxílio de uma vasilha menor, antes e após a refeição.

O caldeirão era abastecido com água do reservatório por Maria e pelas filhas e mulheres de convivência diária do seu círculo. Muitas delas estavam com ela na associação e eu reconheci seus rostos. O sol escaldante de meio dia me fez desejar beber água, mas preferi não incomodar. Enquanto as mulheres entravam e saíam, auxiliando Maria com a casa, seu esposo nos recepcionava na varanda. Ele não quis entrar para não atrapalhar as mulheres em seus afazeres e disse que comeria mais tarde, estava bem onde estava. Um homem gentil aparentemente. Em frente à casa possui uma árvore que traz sombra e frescor. Em quase todas as casas havia uma árvore em frente, local favorito dos moradores, onde se reúnem e conversam em grupos, sempre homens com homens e mulheres com mulheres.

Maria sempre fez questão de nos receber com comidas, seja uma jarra de suco de umbu, chamada de umbuzada, do qual não tive a oportunidade de provar por ser feito com leite, ou com uma refeição completa pensada para mim que sou vegetariana e tenho intolerância à lactose, outra refeição completa pensada para a minha irmã e o professor que nos acompanhava, ambos amam frango fresco. Ela é uma figura com forte dispositivo materno e acolhedor que toma conta de todos na comunidade, a quem todos recorrem quando precisam. Segundo ela, tem família que só confia nela para levar para o médico na capital, para dizer se aquele remédio que o médico passou pode ser tomado. Se ela não estiver disponível, a esperam chegar para ouvir sua opinião “(...) aqui na comunidade mesmo até para tomar um remédio eu tenho que ir lá dizer se o remédio é certo, se o remédio não é, pra poder tomar” (Maria). É notório que essa

disposição para cuidar, incorporada em uma origem familiar tipicamente patriarcal, é atrelada a disposição de liderar incorporada nos movimentos sociais, o que demonstra a complexidade da ação dessas mulheres e autonomia para agir nesse campo.

Santa Rosa do Ermírio possui ares de um município com ruas, postos de gasolina, supermercados, comércio bem diversificado no centro do povoado, praças, igrejas, padarias e um trânsito intenso de carros, motos e bicicletas. Santa Rosa possui também muitas fazendas cujo o principal produto que é o gado leiteiro. Os moradores da região sobrevivem da produção de leite, da agricultura e do comércio local. Em extensão territorial, o povoado é enorme, transitar por ele é como uma viagem.

As cooperativas visitadas na comunidade são bem distintas. A cooperativa comandada por Camila funciona em um galpão enorme que possui um escritório na lateral esquerda, mesas de reuniões, freezers e geladeiras múltiplas para conservar os frangos, os laticínios, os ovos e os legumes e frutas que são utilizados nas produções. Pudemos experimentar os queijos, doces e cocadas produzidos no local e avaliar a qualidade da produção. Camila fez questão de contar a sua história e a história da cooperativa da qual se orgulha por ter reerguido e por comandar o local com sucesso.

Já a cooperativa em que Clarice trabalha como tesoureira é mais uma fábrica com vários prédios de onde saem toneladas de produtos produzidos com o mel de abelha e com leite do local. Na cooperativa de Clarice fomos recepcionados com um café da manhã típico, sortido com bolos, cuscuz, suco de palma e suco de capim santo adoçados com mel, biscoito de mel, torrada de pão de macaxeira, pão de batata e geleias de palma e de umbu.

Fomos apresentados ao artesanato local, aos produtos produzidos por eles, ao galpão que abriga a cozinha industrial, local que exalava o tempo todo um cheiro convidativo. Ao galpão que abriga os decantadores de mel e os depuradores. Também foi possível presenciar os produtores locais entregando os produtos e hortaliças utilizados na produção dos cooperados.

2.2. A história da seca no Nordeste: Políticas públicas e a gestão do uso da água no Brasil

A água é um bem fundamental para a sobrevivência no planeta, responsável pela saúde, promoção de igualdades, essencial para a economia e para a vida em sociedade. A Agência Nacional de Águas (ANA) alerta que, no Brasil, mais de 35 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água tratada (Brasil, 2022). Em nível mundial, essa disponibilidade de água está ameaçada. Segundo o relatório especial do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas

das Nações Unidas, se a temperatura global subir mais de 1,5°C, no mundo mais de 350 milhões de pessoas até 2050 vão ficar expostas a períodos severos de seca (Brito, 2018).

Entretanto, esse não é um problema novo, historicamente, tanto no Brasil quanto em escala global, a escassez hídrica vem gerando danos e prejuízos severos. No Brasil, desde o século XVII consta nos documentos oficiais a dificuldade em colonizar as terras do Nordeste brasileiro devido a aridez e esterilidade da terra. “O índio, a esterilidade da terra, dificuldades de transporte, tudo concorreu para o abandono das instalações iniciadas, para o retardamento de sua ocupação definida” (Alves, 1953, p. 04). As primeiras secas registradas em território brasileiro datam do ano de 1692/1693, se repetindo em diversos anos seguintes, como é possível ver no quadro a seguir (Quadro 2), e possui um histórico de mortes e perdas.

Quadro 2 – Histórico das secas na região Nordeste

ANO	CONSEQUÊNCIAS DA SECA
1723 - 1727	Além da seca registrada, uma peste atingiu a capitania de Pernambuco levando os nativos a atitudes desesperadas
1744 - 1745	A seca atinge toda a população do país, dizimando inclusive o gado.
1776 - 1778	Além da seca intensa, ocorreu também um surto de varíola que consequentemente gerou alto índice de mortalidade da população e perdas de gados. A corte portuguesa determinou que as vítimas fossem reunidas em povoações nas margens dos rios em uma tentativa de conter os danos.
1808 - 1809	A seca atingiu apenas Pernambuco na região do São Francisco, mas ainda assim foram contabilizadas 500 mortes por falta de comida.
1824 - 1825	A seca foi intensa e mais uma vez junto com a varíola deixou inúmeros mortos na região do Nordeste, atingindo inclusive os engenhos de cana-de-açúcar.
1877 - 1879	O Nordeste foi marcado por uma das maiores e mais graves secas, levando 120 mil dos 800 mil cearenses a migrarem para a Amazônia e 68 mil migraram para outros estados.
1888 - 1889	Devido às grandes secas, as lavouras da Paraíba e de Pernambuco foram destruídas e as vilas foram abandonadas.
1903 - 1904	Devido à seca, milhares de nordestinos abandonaram a região. Foi então que passou a constar na Lei de Orçamento da República que uma parte do orçamento seria destinado às obras contra as secas, para isso, foram criadas três comissões com o objetivo de analisar o problema das secas nordestinas.
1914 - 1915	A região semiárida nordestina foi atingida por mais uma grande seca.
1919 - 1921	Devido às grandes secas, houve continuidade no êxodo rural o que levou a imprensa, a opinião pública e o Congresso Nacional a exigir que o Governo Federal tomasse providências efetivas. Medidas foram tomadas, no entanto, efetivamente nada foi feito para diminuir o drama da seca.
1970	Foram criadas frentes de emergências.
1979 - 1984	Ocorreu a seca mais longa, abrangendo toda a região do Nordeste deixando um rastro de miséria e fome em todos os estados. A situação ficou tão crítica

	que legiões de trabalhadores famintos passaram a invadir as cidades e a saquear férias-livre e armazéns. De acordo com a SUDENE morreram 3,5 milhões de pessoas, em sua maioria crianças devido à desnutrição e à fome. A UNESCO aponta que 62% das crianças de 0 a 5 anos viviam em estado de desnutrição aguda.
1988	Mais uma seca intensa atingiu toda a população levando pessoas famintas a saquear depósitos de alimentos e feiras-livres. Animais morreram e lavouras se perderam. Cerca de 5 milhões de pessoas foram afetadas

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Silva et al., (2013).

Mesmo com um histórico tão dramático de desastres e perdas irreparáveis, as políticas públicas desenvolvidas, ou não se mostraram efetivas ou estavam equivocadas, como é possível notar no quadro acima. Até a década de 1990, as políticas públicas estavam voltadas para a construção de pequenos reservatórios, que, contudo, possuíam vulnerabilidades, como longos períodos de estiagem e ou se resumia a perfuração de poços no cristalino. Incluídos a esses equívocos, a gestão das águas não levava em consideração o quadro crítico das regiões e sempre utilizavam estratégias como carros-pipa, frentes de trabalho para assegurar alguma renda e tantas outras medidas paliativas (Cirilo, 2008).

Ao resgatar historicamente a luta da sociedade brasileira por uma maior participação política nos destinos do país é fundamental destacar que este espaço vem sendo conquistado por setores mais conscientes e organizados muitas vezes a partir do embate com um Estado que, por tradição, é conservador, autoritário, excludente e privatista (Garjulli, 2002, p. 89 - 90).

Um exemplo disso é que durante o século XX inúmeras políticas públicas foram implantadas (Ver Quadro 3), mas que não foram adiante devido às gestões que desconheciam a realidade da região e investiam em grandes obras que não seguiram adiante. Programas como o PROHIDRO que tinha a intenção de instalar no semiárido suporte hídrico suficiente para sustentar as atividades agrícolas ou o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor) cujo objetivo era aumentar a produtividade, a produção e a renda das famílias de pequenos produtores rurais. O PAPP previa o aumento da produtividade através do acesso a água e a terra e a insumos e implementos (Bezerra, 2002).

Quadro 3 – Políticas públicas voltadas ao semiárido

ANOS	HISTÓRIA DAS POLÍTICAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO
1877 – 1879	Foram construídos açudes e poços em uma tentativa de combater a seca.

1903 - 1904	A Lei de Orçamento da República destina parte do orçamento às obras contra as secas. Três comissões foram criadas com o objetivo de analisar o problema das secas nordestinas.
1909	Criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)
1919 - 1921	Criação, em 1920, da Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis do Nordeste Brasileiro, mantida com 2% da receita tributária anual da União e com outros recursos.
1945 - 1946	O IFOCS passa a se chamar DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.
1948	Ainda visando o combate à seca, em 1948 foi criada pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca a Comissão do Vale do São Francisco.
1951	Criação do Banco do Nordeste para dar suporte financeiro às vítimas da seca.
1956	O Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) sob a liderança do economista Celso Furtado. Os estudos desenvolvidos pelo GTDN levaram o governo a criar a SUDENE.
1958	Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o objetivo de propor políticas de desenvolvimento regional.
1970	Criação de programas como o “Programa de Integração Nacional” (PIN), “Programa de Redistribuição de Terra” incluído no “I Plano de Desenvolvimento Nacional” (I PND), e o “Programa de Terras Integradas do Nordeste” (1974) que foi incluído ao “II Plano de Desenvolvimento Nacional” (II PND) que tiveram a função de impulsionar a agricultura do sertão.
1976	Criação do projeto sertanejo que tinha como objetivo fortalecer a economia da região para a sobrevivência aos tempos de seca.
1979 - 1983	Criação de programas como o Programa de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO) cujo objetivo era aumentar a oferta de recursos hídricos por meio da construção de açudes e poços públicos e privados. E o Programa PROVÁRZEAS que tinha como objetivo ajudar o pequeno produtor financeiramente.
1987	Os programas de ajuda ao pequeno produtor permanecem.
1990 -1993	Criação do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA) para distribuir alimentos no semiárido.
1997	A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, conhecida por Lei das Águas, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Através dela foi implantado o controle de uso da água através da outorga, planos de recursos hídricos para as bacias hidrográficas e para os Estados, estruturou entidades gestoras e criou programas e obras estruturadoras.
1998	O Governo Federal dá início aos Programas Emergenciais para ajudar a população durante o período crítico da seca.

2001 - 2006	Criação em 1999 do Programa Um Milhão de Cisternas através da articulação do semiárido com o objetivo de criar um novo modelo de gestão que integrasse a sociedade civil.
-------------	---

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Bezerra (2002); Brasil (1997); Cirilo (2008); Façanha (2019); Garjulli (2002); Silans (2002); Silva et al (2013).

Outro programa que tinha como objetivo dar suporte ao pequeno produtor rural foi o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) que promoveu a construção de açudes e poços que serviriam para a produção agrícola. E o PROINE, Programa de Irrigação do Nordeste que teve sua atuação apoiada pelos órgãos do Governo Federal, a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). Além do caráter grandioso desses programas, outra característica em comum deles foi o alto gasto com suas execuções e anúncios de grandes lançamentos, que prometiam resolver o problema da seca e acabaram fracassando com o tempo (Bezerra, 2002).

As políticas públicas surgiam apenas como algo paliativo. Apenas ao entender que a seca não deveria ser combatida e sim que se deveria buscar estratégias de convivência com a região de clima semiárido é que as políticas públicas passaram a ter um caráter mais efetivo. Outra mudança significativa foi a inclusão das mulheres nas tomadas de decisões. Mesmo que muitas vezes elas não sejam as provedoras das famílias, as mulheres são tão importantes para o desenvolvimento econômico de uma região quanto os homens (Pontes, 2013).

Esses problemas de escassez hídrica e os danos severos não ficaram gravados apenas na história do país, ficaram gravados na memória dos habitantes da região semiárida. Como evidência, em todos os momentos de interação com os agentes da pesquisa, eles faziam questão de contar as histórias e as perdas sofridas devido aos longos períodos de seca. Camila lembrou os momentos de luta pela sobrevivência em meio a risos e lágrimas. Risos que demonstravam mais dor do que as lágrimas que escapavam entre uma história e outra. Os risos eram apenas para tentar amenizar o tom pesado da narrativa.

Nossa Senhora, quando faltava água eu pegava um jumento botava uns balde em cima e ganhava o mundo atrás de água onde tinha na cisterna do povo. É dias que num cozinha, que não tinha água, nossa muito triste, gosto nem de lembrar. Às vezes eu chegava da roça e não tinha comida porque não tinha água. A água não dava para cozinhar e o difícil era quando eu era criança nos **anos oitenta** eu lembro, **nos anos noventa** não tinha água, a água era das pias de pedra, dos barreiros quando chovia então no verão quando secava tudo, aí cavava as cacimba de riacho, as águas salobra e quando era meio-dia que a gente ia tomar água naquele calor que ia pro pote pegava aquele caneco d'água que levava pra boca que topava aquela água salobra (...) mais era muito triste, o café era salobra não tinha gosto de café, o feijão minha mãe cozinha o caroço ficava duro né (...) lavar pano era as águas das cacimba, o sabão não escumava, era aquilo ligado, Ave Maria que tristeza, e ainda tinha briga pela água,

Tinha que ir cedinho que senão o outro ia primeiro apanhava a água, quando você chegava não tinha água para encher a lata, o pote. O pote de barro desse tamanho que cabia uma lata d'água você subia ladeira descia ladeira com o pote d'água na cabeça, o bucho desse tamanho, Deus me livre e guarde mais nunca. Nem em outra reencarnação (enquanto narra, ri tentando amenizar o tom triste da narrativa) (...) eu vi na época dos meus dez anos gente morrer de fome. Eu vi na minha casa um irmão meu, o caçula que nasceu morrer de fome porque não tinha o leite de cabra. Meu pai não achou na região, ele nasceu de sete meses e morreu. Nem tinha no supermercado os leite que tem hoje. Né, que vai lá o médico passa o leite, né (Camila).

Narrativa que coincide com a história da seca (Quadro 2) e das políticas públicas (Quadro 3) ineficazes empregadas na região até os anos de 1990, o destaque no ano no texto foi feito exatamente para mostrar que o período de maior sofrimento é justamente o mesmo em que cerca de 5 milhões de pessoas foram afetadas por seca intensa. Importante salientar que esse relato mostra uma realidade de antes da implementação das políticas públicas (programas P1MC, Bolsa Família, Bolsa Garantia Safra e outros) de convivência com o semiárido. Período em que era preciso andar quilômetros e quilômetros em busca de água para as necessidades básicas. Contudo, ela esclarece que a falta de água ainda é a realidade de muitos que vivem na região.

(...) tem região aqui que as pessoas não têm água encanada, porém, tem a cisterna de placa, tem a cisterna calçadão e as prefeituras hoje tem a defesa civil que coloca água durante todo o tempo de estiagem né. Então assim melhorou bastante, bastante mesmo, mas é uma tristeza no dia que diz assim deu problema na rede, faltou água aqui, fica todo mundo doido (Camila).

Afirmção que corrobora com a declaração de Eva ao mencionar sobre a importância da água em sua vida.

Significa bom e ao mesmo tempo ruim porque a gente mora numa região que é mais seca do que molhada aí já viu o semiárido né. Nos últimos tempos tem muita seca, mas felizmente vai fazer um ano que nois tá vendo aí água com abundância¹³ graças a Deus. Antes era três quatro anos sem inverno, aí era sofrimento pra nois sertanejo que vive de roça, de criação de animal, é tudo muito difícil a ponto de a gente ter que comprar água para o nosso uso e para o uso dos animais. Antes tinha cisterna para colocar a água que a gente comprava e tinha que administrar como pudesse para que desse para a gente e para os animais (Eva).

Revelando que ainda sofre muito com a falta de água na região, chegando a ter que comprar água para suprir a demanda pessoal. Mesmo que em sua residência possua encanamento da rede geral de distribuição e cisterna de placa construída pela ASA, ela ainda sofre com a falta de água constante. Por ter se adaptado a utilizar a rede geral de distribuição, acabou abandonando a cisterna que se encontrava em estado de precariedade.

¹³ O ano de 2022 foi considerado um ano atípico com chuvas intensas que se estenderam dos meses de março a dezembro. A região semiárida costuma ter um período chuvoso de apenas três meses e o resto do ano o clima fica seco.

Campos (2011) afirma que em muitas sociedades existe uma pressuposição de que a gestão da água é função da mulher, comumente responsável por lavar, limpar, cuidar da higiene doméstica, recolher e armazenar a água de uso doméstico. Atividades essas que tomam um dia inteiro de trabalho, já que, em algumas regiões as mulheres passam até cinco horas do dia recolhendo água e lenha e quatro horas preparando a comida.

O acesso à água traz benefícios para o desenvolvimento humano, como melhorar as condições de vida, prevenir doenças, reduzir a pobreza e o risco de morte, reduzir os riscos de vulnerabilidades e privações, aumenta a produtividade e gera crescimento econômico e empregos. “A água é quem dá tudo né, a comida, porque a gente que planta milho, feijão, abroba, melancia se não tiver a chuva, não tem a água, não produz nada” (Maria).

Para quem vive da agricultura familiar a água é responsável por sua total sobrevivência, como afirmou Maria que possui um lote para criação de animais e plantações, além de possuir um quintal produtivo com árvores frutíferas e vegetais. No entanto, suas atribuições diárias a colocam em desvantagens. O seu marido, assim como os maridos das outras agentes, apenas precisa se preocupar com seu emprego remunerado e seu trabalho nos lotes, enquanto as mulheres ficam responsáveis pela casa, pelos filhos, pelas associações, pelos trabalhos remunerados e pelo gerenciamento da água para a família, para a plantação e para a criação. Ou seja, um acúmulo de funções que gera a exaustão física e emocional. “Cuidar nas coisas em casa, cuidar de almoço, comida e agora eu trabalho né, eu trabalho até meio dia. A tarde aí já tem a associação que a gente trabalha também na associação, faz bolo, faz doce, faz salgado” (Maria).

A situação narrada por Maria sobre quais são suas atribuições diárias revelam que mesmo trabalhando em um emprego remunerado de meio período, ainda mantém relações patriarcais. Uma realidade em que as mulheres ficam sobrecarregadas devido à jornadas de trabalho exaustivas, como cultivar a terra, andar longas distâncias para coletar água, cuidar do lar e da família. Assim, o cansaço físico e o estresse mental levam ao adoecimento e impedem o desenvolvimento pessoal e familiar feminino (Silva; Rezende, 2017).

Realidade que não é exclusividade de Maria, basta uma breve observação para ver que todas têm as mesmas atribuições, muitas têm filhos pequenos e totalmente dependentes. Durante o dia poucos homens são vistos pela região e quando estavam em casa, geralmente estavam sentados na sombra, tomando vento e descansando o corpo da lida. As crianças todas em volta das mães e os pais sossegados em seus cantos ou em grupos, conversando entre eles.

Maria revelou que conseguiu um emprego remunerado no turno da manhã, agora estava se revezando entre a casa, o lote e a associação em que trabalha como presidente. Durante a

refeição que foi preparada com água do reservatório, devido à falta de água na rede geral de distribuição, na casa dela não chega água nas torneiras há mais de ano, inúmeras mulheres entravam e saíam, colocando a mesa, servindo a comida e verificando se alguém estava precisando de algo. Enquanto isso, o marido de Maria permanecia na varanda em sua cadeira de balanço, longe das mulheres para não atrapalhar.

O programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) estabelece como um dos critérios para que as famílias sejam beneficiadas pelo P1MC que a casa possua mulheres chefes de família. O critério se deu como uma tentativa de quebrar o paradigma de subordinação das mulheres e como resgate dos direitos e qualidades das mulheres como ser social (Pontes, 2013; Façanha, 2019).

Durante a reunião na sede da EMDAGRO no dia 17 de março de 2022 em Poço Redondo, as discussões e demandas levantadas deixaram entrever que a área rural ainda carece de políticas públicas eficientes, poucas residências possuem reservatórios de água ou cisternas de placa que utilizam a água da chuva, cisternas essas construídas pelo P1MC, o que leva as mulheres a administrar seus dias e suas produções de acordo com os ciclos chuvosos. Enquanto aguardam a promessa de que 1250 famílias sejam beneficiadas pelo Programa Um Milhão de Cisternas, ou que, pelo menos, as políticas públicas de Bolsa Garantia-Safra ou Seguro Defeso¹⁴ sejam efetivadas, as famílias da região participam ativamente das questões políticas locais e lutam para que seus direitos sejam cumpridos.

Ao questionar como as mulheres faziam para plantar e produzir em períodos de estiagem, a resposta unânime foi que não plantavam, aguardavam o período chuvoso para plantar. “No meu entendimento, no período de inverno como nois tamo, é tempo de sobrevivência né, a gente planta no período chuvoso, quem tem onde, armazena água para os animais” (Madalena). Não havia emprego de estratégias como reservatórios, irrigação ou o emprego de alguma tecnologia social hídrica para sustentar a produção e manter a continuidade da produção, o que revelou-se inicialmente se tratar de um déficit no gerenciamento dos recursos hídricos.

O programa P1MC possui como principais critérios de seleção famílias residentes em regiões de clima semiárido, sem fontes de água potável próximo a residência ou com fontes precárias, que as famílias sejam chefiadas por mulheres que possuam crianças de 0 a 6 anos de

¹⁴ O Garantia-Safra é uma ação que faz parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e tem como função a tentativa de mitigar os efeitos das secas severas ou do excesso hídrico garantindo a sobrevivência das famílias agricultoras das regiões semiáridas. O Seguro Defeso é um benefício cedido ao pescador artesanal durante o período em que não puder pescar devido a Piracema garantindo assim o sustento familiar (BRASIL, 2022).

idade, possuam crianças e adolescentes que vão à escola, que possua adultos com idade igual ou superior a 65 anos e ou possua deficientes físicos ou mentais (Façanha, 2019).

A literatura sobre o P1MC revela que o programa representa um progresso para as mulheres por colocá-las em posição de mando e as incluir em todas as etapas de decisão. O que, se levarmos em consideração quantas políticas públicas foram pensadas incluindo mulheres como beneficiárias, ainda é pouco. Enquanto contava a sua história, Clarice conta que em 2001 ainda vivia a realidade de carregar água na cabeça.

Veio o instituto Xingó em 2001, aí trouxeram aquele cronograma de desenvolvimento local sustentável, aí falavam que era pra gente criar peixe mode a fundação da barragem essas coisas assim, só que nois mora aqui na seca, eu moro aqui detrás dessa serra ali, minha fia nois não tinha água nem pra beber na época, eu não tinha mesmo, carregava água na cabeça aí eu disse não, pra quê, a gente vai fazer o quê com isso? Criar peixe naonde? Nois não tem onde criar peixe. Criar peixe é pra quem mora aqui no rio São Francisco (Clarice).

Narrativa que comprova que enquanto as políticas públicas e os programas de assistência social não levarem em consideração a realidade local, nada vai surtir efeito efetivamente. Ainda hoje é possível ver a perpetuação de programas de assistência aos agricultores, pescadores, apicultores, enquanto as famílias continuam tendo que sobreviver, ano após ano, às consequências dos longos períodos de estiagem ou aos danos causados pelas chuvas excessivas na região semiárida.

Um dado interessante é que todas as agentes revelaram já ter sido beneficiadas com inúmeras políticas públicas que tornaram a convivência com a região viável. “Com certeza, todas. Bolsa Família, Garantia Safra, salário maternidade, SUS, muitos benefícios” (Camila). O que mostra que o Bolsa Família era um deles. E em outro momento revelou que as políticas públicas foram responsáveis por dar aos seus filhos uma vida melhor que a sua.

(...) quando foi aí em 2004, 2005 por aí pra cá começou os ônibus escolares né. E aí essa nova geração que são meus filhos não sofreram o que eu sofri né. (...) meus filhos eles eram criança aí já começou vir bolsa família, já começou vir a cisterna, começou a vir isso e aquilo e foi amenizando para eles o sofrimento que eu sofri né. Então quando eles vieram entender (a realidade social em que viviam) de 14, 15 anos eles já tinham uma vida mais estável né (Camila).

Um exemplo disso é o que foi afirmado por ela durante uma roda de conversa, a educação foi responsável por essa mudança de paradigma, mas as políticas públicas e auxílios que exigem que a mulher seja colocada como responsável pelo gerenciamento também contribuíram para essa evolução.

Da minha idade, eu vivi um tempo muito machista, hoje tá muito melhor, na minha época mulher nem estudava, mulher não saia de noite, a mulher participava de reunião só se fosse viúva, só se tivesse marido, mulher era pra cozinha, tinha que tá cuidando da casa, dos que fazer. Se chegasse um homem para conversar com o marido a gente

não podia sair, tinha que tá lá atrás pra servir (...). Num foi fácil, mas, hoje eu já vejo as mulheres de hoje já com outra visão e os homens também né. A gente não vai dizer que não é, porque a gente já vê muito machismo, mas muito homem já mudou essa visão (...). Eles já têm uma outra visão, também tiveram uma outra educação (Camila).

Camila revelou que viveu muita violência doméstica e que hoje conta sua história para as outras mulheres da associação, mulheres mais jovens, para que elas vejam que não é natural a submissão feminina. Ela diz que os maridos das meninas, que ela viu crescer junto com seus filhos, são homens mais compreensivos e que elas também não aceitam ser subjugadas.

Então eu acho que a educação ela tem que ser libertadora, então que os nossos filhos, eu vejo que nossos filhos já não é como era o pai. Eles já têm uma outra visão, também tiveram uma outra educação. E outra escolaridade, então eu espero que meus netos também com certeza já vai ser outra pessoa que vai ver já a mulher como uma companheira e não como uma escrava né. Então acho que é isso que a gente tem que trabalhar pra que eles perceba e a mulher também não aceite ser escrava né. Ela seja dona de si, dona da sua própria vida e ninguém é de ninguém, tem que entender isso, que Deus colocou o homem e a mulher, mas foi para caminhar junto, não pra um escravizar o outro (Camila).

É interessante salientar que a bandeira que ela levanta sobre a importância da educação tem relação com as políticas públicas que trouxeram mudanças significativas para os habitantes da região. Sem condições de ser alfabetizada na infância e impedida pelo marido de estudar, só conseguiu ter acesso à educação formal depois de adulta. Diferente de seus filhos, que tiveram acesso a programas como Bolsa Família e Escola Para Todos e por isso podiam se dedicar apenas aos estudos. O Bolsa Família tinha como pré-requisito para ser concedido, a criança estar na escola. E o Escola Para Todos disponibilizava ônibus escolar que buscava e devolvia os alunos de regiões rurais para as escolas mais próximas.

Quando a pesquisa ainda existia no campo imaginado havia uma certeza de que as políticas públicas voltadas para a região semiárida eram poucas e ineficazes. Eram, pelo menos no passado, quando se acreditava que a seca precisava ser combatida, os governos investiam em projetos e políticas que não iam para a frente e ainda deixavam rombos nos cofres públicos. Mas quando o discurso mudou e começaram a perceber que a seca não devia ser combatida e que se devia buscar alternativas de convivência com o sertão, as políticas públicas finalmente começaram a surtir algum efeito.

Quando a pesquisa saiu do campo imaginado e passou a habitar o campo real, foi possível observar quanta diferença essas poucas políticas públicas fez na vida de cada um ali. Pessoas que viviam dependendo de luz de candeeiro, de água de cacimba e da agricultura, quando dava, viram suas vidas mudarem ao surgir programas como Luz Para Todos, P1MC que

construiu cisternas de placas, seguros como Seguro Safra e Seguro Defeso, auxílios como o Bolsa Família e investimentos na educação básica.

Pessoas que antes pediam a Deus chuva para não morrer de fome e sede, hoje agradecem a ele as mudanças que essas poucas políticas públicas trouxeram “Sou grata a Deus pela água que está na torneira que vem do rio São Francisco de tão longe e grata por aqueles que tiveram a boa vontade de investir nessa política. Então assim, a gente é grato, porque a gente sabe o que é viver sem ter água” (Camila).

No entanto, ainda se faz necessário muito investimento em novas políticas públicas voltadas para os habitantes da região. Políticas essas que sejam pensadas e elaboradas em conjunto com toda a população sertaneja, principalmente as mulheres que conhecem de perto as necessidades e os déficits enfrentados pelo povo sertanejo.

2.3. Políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil

A história das mulheres no Brasil passa também pela história das políticas voltadas para elas. Sem o envolvimento das mulheres feministas pioneiras, as conquistas obtidas ao longo do século XX e XXI em relação às políticas voltadas para as mulheres talvez não tivessem acontecido. Graças a mulheres como Leolinda Dalto, Bertha Lutz, Antonieta de Barros e Dilma Rousseff (Ver tabela 2) as demandas femininas não foram esquecidas pelos parlamentares na hora de criar legislações que incluíssem mulheres, antes esquecidas pelo Estado, e suas questões tão pertinentes.

Na tabela 2 é possível conhecer nomes de mulheres importantes na história brasileira e suas realizações individuais ou coletivas. Realizações que deram esperança e mostraram a mulheres de todo o país que elas eram capazes. Mulheres como Camila, Clarice, Eva, Maria e todas as outras que lutam diariamente para ocupar seus espaços públicos e privados a que tem direito. É evidente que a tabela não faz jus a todas as mulheres que participaram de movimentos ou dos fatos históricos que foram decisivos para que elas se tornassem visíveis e fossem pautas das políticas públicas. Trata-se apenas de um panorama daquelas que mais se destacaram.

Tabela 2: História das mulheres feministas que tiveram destaque em conquistas nas políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil.

NOME	EVENTO HISTÓRICO
------	------------------

<p>Leolinda Figueiredo Dalto</p>	<p>Leolinda Dalto foi uma professora nascida em 1859 na Bahia que lutou em favor da autonomia das mulheres. No ano de 1910 a professora fundou o partido Republicano Feminino e em 1917 liderou o movimento pelo direito das mulheres ao voto. Em 1919 foi a primeira mulher a se candidatar a um cargo político como prefeita. Em 1933 se candidatou para a Assembleia Constituinte, defendendo o divórcio e o ensino público, no entanto não se elegeu. Em 1935 morreu por causa de um atropelamento na cidade do Rio de Janeiro. Além de defender os direitos das mulheres, lutava pela educação laica indígena.</p>
<p>Alzira Soriano</p>	<p>Alzira foi a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de um município em 1929. Foi eleita para assumir o cargo da cidade de Lages, situada no Rio Grande do Norte pelo Partido Republicano. Mas o perdeu durante a subida de Getúlio Vargas à presidência em 1930. Voltou à política em 1945 como vereadora no município de Jardim de Angicos, cidade na qual nasceu e faleceu aos 67 anos, em 1963.</p>
<p>Celina Guimarães Viana</p>	<p>Celina foi a primeira mulher brasileira a votar e após o evento fez uma petição para que todas as mulheres do Brasil pudessem votar.</p>
<p>Bertha Lutz</p>	<p>Bertha Lutz é considerada uma das maiores líderes na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Em 1934, candidatou-se a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, mas não foi eleita. Dois anos depois assumiu o cargo de deputada Federal, sendo responsável pela proposta de importantes medidas como: licença maternidade de três meses e redução da jornada de trabalho. Antes de sua morte, em 1976, participou do Congresso Internacional da Mulher da ONU, no Ano Internacional da Mulher, em 1975.</p>
<p>Carlota Pereira de Queiroz</p>	<p>Carlota Pereira foi a primeira Deputada Federal brasileira em 1933, se tornando a única voz feminina do Congresso na ocasião. Lutava em prol da igualdade de salários e licença maternidade.</p>
	<p>Maria do Céu foi a primeira Deputada Estadual do país em 1935.</p>

Maria do Céu Fernandes de Araújo	
Antonieta de Barros	Pioneira na história do feminismo negro, a professora Antonieta de Barros, filha de escrava liberta, foi a primeira parlamentar negra da História do Brasil eleita para a Assembleia de Santa Catarina em 1934.
Eunice Michiles	Eunice foi a primeira senadora do Brasil em 1979.
Esther de Figueiredo Ferraz	Esther foi a primeira mulher a compor a pasta da Educação e Cultura em 1982.
Maria Pio de Abreu	Maria Pio foi a primeira candidata mulher para a presidência da República em 1989 pelo Partido Nacional.
Roseana Sarney	Roseana Sarney foi a primeira governadora brasileira.
Dilma Rousseff	Em 2010 Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidenta do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2014 foi reeleita presidente, mas foi afastada do poder, em 2016, por meio de um processo de impeachment.

Fonte: Adaptado de Gomez, 2021.

De acordo com a tabela (2) acima, a participação feminina na política brasileira começou ainda com os movimentos feministas em que as mulheres perceberam a necessidade de ir à luta por seus direitos. Afinal o movimento feminista também é um movimento político. É fato que essa participação é recente e como afirma Pitanguy (2011):

A identidade feminina tem sido marcada, ao longo dos séculos, pela vivência da exclusão do poder institucional. É importante ter presente a carga simbólica que acompanha o exercício do poder e o fato de que a secular ausência da mulher neste espaço tem efeitos perversos na conformação de uma percepção social da mulher como inadequada e incapaz para tais funções. (Pitanguy, 2011, p. 29).

Essa marca, que nada mais é do que uma verdadeira violência simbólica, reflete inclusive nas áreas voltadas para as políticas públicas relacionadas às mulheres. Por muito tempo, enquanto eram os homens que faziam política, as mulheres foram deixadas de lado. Quando as mulheres começaram a se envolver nas tomadas de decisões começaram os avanços e o surgimento das políticas públicas voltadas para elas.

Historicamente a participação feminina marcou eventos brasileiros de grande importância como; a campanha pela abolição da escravatura, mudança de regime de monarquia

para república, voto feminino, melhores condições de trabalho, direito à educação, melhores condições de moradias, fim da ditadura, reforma agrária e urbana entre outros. Em concordância com os movimentos feministas e de gêneros, passaram a lutar de maneira ainda mais organizada politicamente, a partir dos anos 1970, por relações de igualdade e pelo reconhecimento social de seus direitos (Brasil, 2008).

A participação do movimento feminista nas conferências e congressos realizados nos anos de 1970 e 1980 trouxeram à tona assuntos considerados tabus, escancarando para a sociedade em geral a realidade de muitas mulheres dentro dos seus lares. Assuntos como violência doméstica, violência sexual, dupla jornada de trabalho e aborto, entraram na pauta das demandas de novas políticas públicas e de uma legislação que incluísse as mulheres (Brasil, 2008; Costa; Mazzardo, 2014; Pontes; Damasceno, 2017).

Com a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975 do chamado Ano das Mulheres, o movimento feminista ganhou ainda mais visibilidade e se expandiu. No Brasil a fusão do movimento feminista com movimentos sindicais, movimentos de trabalhadores rurais, associações de moradores, movimento negro, organizações juvenis, partidos políticos, entre outros, acabou ganhando novos formatos e diversificando as pautas e demandas levantadas pelo grupo (Brasil, 2008).

Essa maior visibilidade e essa fusão trouxe como fruto a criação, em 1985, do Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM), que estava vinculado ao Ministério da Justiça. Sob a presidência de Ruth Escobar, o conselho ganhou status de Ministério e possuía autonomia administrativa e financeira. A CNDM teve participação direta no processo de democratização do país e garantiu que grande parte das reivindicações do movimento feminista fosse incluída na criação da Constituição de 1988 (Brasil, 2008; Pontes; Damasceno, 2017).

A autonomia do CNDM perdeu força no final do governo Sarney devido às mudanças realizadas pelo então ministro da Justiça. Essas mudanças comprometeram não só a autonomia como o orçamento do CNDM, além de rejeitar a indicação para cargos técnicos de representantes dos movimentos das mulheres. Devido a essas ações, a então presidente do Conselho, Jacqueline Pitanguy renunciou ao cargo de presidente repercutindo na renúncia de todas as conselheiras que representavam a sociedade civil. No governo Collor o Conselho perdeu ainda mais autonomia e investimentos e no governo FHC mesmo com a pressão feita pelos movimentos sociais, o CNDM permaneceu negligenciado, não possuindo sequer uma estrutura adequada para funcionar (Pontes; Damasceno, 2017).

Como é possível observar na tabela (3) abaixo, as políticas públicas relacionadas ao gênero feminino foram perdendo força no momento em que o Brasil passou por grandes

mudanças políticas devido à democratização do governo. Essas políticas voltaram a ser levadas em consideração apenas após os anos 2000 com as mudanças de paradigmas e com a entrada do governo do PT no poder.

Tabela 3: História das Políticas Públicas voltadas para as mulheres no Brasil

ANO	EVENTO HISTÓRICO
1979	Realização na cidade de São Paulo do 1º Congresso Nacional da Mulher
1980	Realização também na cidade de São Paulo do 2º Congresso Nacional da Mulher, evento que reuniu cerca de 4 mil mulheres de 52 entidades participantes.
1985	Criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) através da Lei nº 27.353, assinada em 29 de agosto de 1985.
1988	Criação da nova Constituição que incluiu várias reivindicações dos movimentos das mulheres
2003	Criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) por meio da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003.
2004	Esse ano foi transformado em Ano da Mulher pelo Governo Federal, com a coordenação da SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Assim, foram convocadas a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e conferências estaduais e municipais, eventos que deram vida posteriormente ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
2006	Criação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Tida como um marco na legislação relacionada a proteção às mulheres vítimas de violência.
2010	A SPM tem finalmente sua competência definida por meio da Lei nº 12.314, art. 22, que altera a lei anterior e transforma a SPM em Ministério.
2011	A Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, institui o Programa Nacional Mulheres Mil, que tem como finalidade a formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social.
2011	O § 4º da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, amplia o rol de beneficiários e ofertas da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

2012	É criada a Coordenação Geral da Diversidade, que tem como objetivo a promoção de políticas públicas para as mulheres negras, indígenas, lésbicas, jovens, idosas e com deficiência.
2013	No governo Dilma, através do Decreto nº 8.030 de 20 de junho de 2013, foram definidas as secretarias que iriam compor a SPM.
2013	O Decreto nº. 8.086, de 30 de agosto de 2013, institui o Programa Mulher, Viver sem Violência e cria a Casa da Mulher Brasileira.
2015	É criada a Lei número 13.104, conhecida como Lei do Femicídio, além de incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Fonte: Adaptado de Mesquita (2022); Pontes; Damasceno (2017).

É possível observar ainda na tabela (3), uma lacuna entre os anos de 1988 e 2003 que representam um atraso considerável nos avanços sociais relacionados às demandas levantadas pelos movimentos feministas no Brasil. Atraso esse que reflete o passado, quando a demanda pela mão de obra feminina no mercado de trabalho surgiu sem que houvesse preocupações voltadas às condições de trabalho e de subsistência tão dignas quanto as que os homens possuíam. As primeiras reivindicações feitas pelos movimentos de mulheres no Brasil estavam ligadas ao voto feminino, ao direito à educação alfabetizadora e a carga horária de trabalho. Apenas com o primeiro Congresso Nacional da Mulher é que surgiram reivindicações por melhores condições de trabalho e por direitos igualitários. Entretanto, o primeiro Conselho Nacional só foi criado em 1985. Antes disso, as primeiras políticas públicas voltadas para as mulheres levaram apenas em consideração o papel que a sociedade esperava delas na época como, o papel reprodutivo, o maternal, o de nutriz, o de planejadora familiar e o de economista doméstica em referência aos papéis de mãe e esposa. Devido a necessidade de qualificar a mão de obra feminina se percebeu a necessidade de desenvolver políticas públicas voltadas para as mulheres. Como se tratava de atender a uma demanda do mercado em qualificar mão de obra barata, desconsideraram a igualdade de gênero, o que resultou em políticas ineficazes e desiguais para o gênero feminino (Costa; Mazzardo, 2014). Ou seja, a mulher continuava na posição de subalternidade.

O ponto inicial para que os movimentos feministas brasileiros abrissem os olhos para a necessidade de inserir em sua agenda novas reivindicações foi a criação em 1975, pela Organização das Nações Unidas – ONU, da década das mulheres.

Assim, o movimento de mulheres no Brasil surge com uma dupla identidade: de um lado, fazia parte do movimento contra a ditadura, já que muitas de suas militantes pertenciam a grupos de resistência; de outro, apresentava-se como um ator social novo

na luta pelo reconhecimento da condição da mulher enquanto problemática social (Barsted, 1994, p. 40).

Essa capacidade de captar as necessidades sociais da época permitiu ao movimento das mulheres sobreviver e continuar atuando em questionamentos voltados para a área pública e a área privada. Durante a Ditadura surgiram ainda dois grupos de mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia e os Clubes das Mães que contavam com o apoio da igreja católica, que somados ao movimento feminista, construíram juntos um quadro político que transformou as mulheres em sujeitos sociais visíveis e atuantes (Barsted, 1994).

Assim, começa a história da inserção das mulheres na política brasileira e na participação direta na criação e desenvolvimento de programas e políticas públicas voltadas para as mulheres. Contudo, é preciso reconhecer que essa inserção só aconteceu devido a abertura que o Governo Federal deu aos movimentos e mesmo durante a Ditadura suas reivindicações foram ouvidas e levadas em consideração como assegura Barsted (1994).

(...) entre tantos atores, o Estado foi o interlocutor privilegiado para o movimento de mulheres, em um diálogo iniciado sob temas tão variados como trabalho, direitos civis, creche, participação política, saúde, direitos reprodutivos, aborto, violência etc. A conclusão de que a cidadania passa, necessariamente, pela ação do Estado, tem como consequência a manutenção, pelos movimentos sociais em geral, e pelo movimento de mulheres, em particular, da exigência de que o Estado assuma, com a redemocratização, a redefinição de suas atribuições (Barsted, 1994, p. 42).

Como resultado desse diálogo, o movimento feminista conseguiu vitórias como a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), elaborado em 1983 e incorporado ao INAMPS em 1986; de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, criados a partir de 1983; do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985; das Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, criadas a partir de 1985; dos abrigos, centros de orientação jurídica à mulher vítima de violência e os cursos sobre direitos da mulher em academias de polícia, criados a partir de 1985; da mudança legislativa constante na Constituição Federal de 1988, Constituições Estaduais de 1989 e Leis Orgânicas Municipais de 1990 (*Ibid.*).

Em 2003, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que tinha como função erradicar todo tipo de desigualdades enfrentadas pelas mulheres na sociedade. A competência da SPM foi definida somente em 2010, através da Lei nº 12.314, art. 22, que altera a lei anterior e transforma a SPM em Ministério. Já no ano seguinte, 2004, transformado em Ano da Mulher, foi convocada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres sob a coordenação da SPM e da CNDM. A convocação serviu de exemplo para todos os governos estaduais e municipais, o que levou

as discussões sobre políticas públicas para as mulheres para todo o país. O resultado dessas discussões foi a criação do primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, plano esse que foi revisado e ampliado nas conferências realizadas nos anos seguintes (Pontes; Damasceno, 2017).

No ano de 2012 foi criado dentro da SPM a Coordenação Geral da Diversidade para garantir políticas plurais que abarquem mulheres negras, indígenas, lésbicas, jovens, idosas e com deficiência, promovendo assim o combate à discriminação e ao preconceito. Outro avanço alcançado pela SPM foi a criação do Decreto nº 8.030, de 20 de junho de 2013, em que foram definidas a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. Todas elas responsáveis pela criação e efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres brasileiras (*Ibid.*).

O fato de uma mulher ter sido eleita presidente do Brasil e reeleita, significou um grande avanço na participação feminina na política brasileira e um exemplo disso são os avanços alcançados pelo III Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM 2013-2015). Infelizmente, num país patriarcal marcado durante séculos pelo silenciamento da mulher, em que homens brancos dominavam e dominam o campo da política, assistimos o impeachment da presidenta Dilma marcado por cenas de misoginia, desrespeito e truculências, evidenciando o tratamento que mulheres recebem quando ousam alcançar o poder e discordarem dos que “os donos do poder” desejam. Com esse impeachment e a subida ao poder de seu vice Michel Temer, os avanços pararam de acontecer e o último PNPM que se tem notícia é o desenvolvido no governo Dilma (Mesquita, 2022).

O III PNPM (2013-2015) foi desenvolvido, assim como os planos anteriores, a partir do resultado obtido nas Conferências de Mulheres municipais, estaduais e nacionais. Ou seja, o processo de elaboração do PNPM foi feito com a participação da sociedade civil, dos movimentos de mulheres rurais e urbanas, de feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. Em seu capítulo 5 o PNPM, ao discutir sobre “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”. tem como objetivos específicos:

- I. Apoiar a reforma política, bem como a criação, revisão e implementação de instrumentos normativos com vistas à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, e entre as mulheres, na ocupação de postos de decisão nas distintas esferas do poder público.
- II. Estimular a ampliação da participação das mulheres em cargos de poder e decisão nos três poderes das três esferas federativas, considerando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, identidade de gênero, geracionais e mulheres com deficiência.
- III. Promover criação e institucionalização de organismos de políticas para as mulheres com o papel de articular, elaborar, implementar e monitorar as políticas nos

estados, Distrito Federal e municípios e promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres.

IV. Estimular a ampliação da participação de mulheres nos partidos políticos e nos cargos de liderança e de decisão no âmbito das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de naturezas diversas e em todos os tipos de associação considerando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, identidade de gênero, geracionais e mulheres com deficiência.

V. Fortalecer a participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação considerando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, identidade de gênero, geracionais e mulheres com deficiência (Brasil, 2013).

Objetivos que, se cumpridos, elevariam a porcentagem de mulheres candidatas a cargos políticos em esfera federal e estadual, o que conseqüentemente aumentaria a chance de itens como o fortalecimento da participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação se tornassem realidade.

É importante ressaltar que desde 1997 a Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) em seu artigo 10, parágrafo 3º prevê o estímulo à participação feminina através de cota de gênero, que consiste na determinação de que cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo em todas as eleições, sejam elas para Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais. Desde 2009 o Supremo Tribunal Eleitoral (TSE) tornou a chamada Lei de Cotas de Gênero obrigatória. No entanto, o que poderia ser considerado uma grande vitória, ainda que seja uma evolução significativa, está longe de ser a ideal. Segundo o portal do TSE, entre 2016 e 2020 nas eleições municipais, houve um aumento de 18% no número de candidatas e apenas 7,5% entre 2018 e 2022 nas eleições gerais federais e estaduais. Em relação ao total de mulheres eleitas, houve um aumento de 17,5% entre 2016 e 2020 e de 8,36% entre 2018 e 2020. (Brasil, 2023). Cumpre destacar ainda, que alguns partidos usam a candidatura de mulheres somente de fachada para cumprir o que é determinado por lei.

Mesmo em 2023 o ambiente político é um ambiente majoritariamente masculino e quando a inserção da mulher se torna regra, encontram formas de burlar a lei para que essa realidade possa permanecer inalterada. De acordo com o TSE (2023), em relação às eleições de 2020, pelo menos 38 acórdãos do Tribunal resultaram na cassação de eleitos por partido que descumpriram a regra de maneira comprovada legalmente. As irregularidades no cumprimento da cota de gênero foram registradas principalmente em municípios do interior como, por exemplo, os casos de Jacobina (BA), Araruama (RJ), Elias Fausto (SP), Imbé (RS), Maruim (SE), Barra de São Miguel (AL), Serra Azul (SP) e Quixadá (CE).

Embora as políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil tenham conseguido avanços significativos, ainda existe um longo caminho a ser percorrido. Um exemplo disso é que apenas no dia 01 de agosto de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF), em uma decisão unânime, tenha derrubado a tese da legítima defesa da honra” em crimes de “feminicídio”. Apesar de não possuir aparato legal, a tese ainda era usada pela defesa dos réus justificando que os crimes de feminicídio e violência contra a mulher haviam sido causados em defesa da sua própria honra, tese essa que tornava as vítimas culpadas pela violência que sofreram e os agressores em inocentes.

Mesmo que estejamos em 2023, ainda são do século passado as demandas levantadas pelas mulheres, tais como melhores condições de trabalho, igualdade salarial entre os sexos, escolas e creches para a população vulnerável, direito à vida e à saúde, proteção do Estado entre outras. Tal realidade justifica o fato de que as líderes das associações e cooperativas espalhadas pelo país precisam ser incansáveis em suas lutas. Por exemplo, Maria e Camila, mesmo sentindo-se cansadas do peso de gerenciar associações, não param diante de obstáculos, ainda que aparentemente intransponíveis. O caminho é longo se considerarmos que elas reconhecem a força que tem, contudo, apesar de ainda precisarem do aval do companheiro para continuarem na luta, como veremos mais adiante.

2.4. A mulher e o semiárido

Composto por 1.262 municípios distribuídos nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (Brasil, 2017). A região de clima semiárido, popularmente conhecida como sertaneja, tem como características condições climáticas de semiaridez predominante e baixa precipitação pluviométrica, refletindo em uma hidrografia frágil. Possui extensão total de 982.563,3 km², sendo que 89,5% fica localizada na Região Nordeste do país e 10,5% no Estado de Minas Gerais que fica na Região Sudeste. Os baixos índices de precipitação e a irregularidade espaciotemporal de seu regime, aliados ao contexto hidrogeológico¹⁵ local, contribuem para os reduzidos valores de escoamento superficial e a baixa disponibilidade hídrica da região. (Brasil, 2014; Gondin, et al, 2017).

Em outras palavras, o clima semiárido brasileiro apesar de ser um dos mais chuvosos do mundo, tendo uma precipitação média anual de 800mm, sofre com a escassez de água devido

¹⁵ Relativo à hidrogeologia ou ao estudo das águas subterrâneas.

às monções que fazem cair um grande volume de água em pouco tempo, do solo que é raso e não retém água e também as altas temperaturas que favorecem a evaporação secando açudes e rios nos meses de estiagem. O período chuvoso se concentra em apenas 3 meses no ano e os outros 9 meses enfrenta altas temperaturas e estiagem levando os habitantes da região a recorrer a sistemas de captação de água para manter a lavoura e suprir as necessidades diárias.

Essa região vem enfrentando um processo de desertificação devido às ações climáticas e a degradação do ambiente por mãos humanas. Ações como desmatar a vegetação, extrair excessivamente os produtos florestais, queimadas, sobrecarga animal, uso intensivo do solo e seu manejo inadequado e, por último, emprego de tecnologias não apropriadas para ecossistemas frágeis, aceleram esse processo (Sá et. al., 2010).

Assim, são buscadas alternativas para suprir as necessidades referentes à quantidade de água em condições mínimas para a sobrevivência humana. Uma das alternativas para conviver com a seca são os sistemas de captação como poços, cisternas e tantos outros. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) cada pessoa precisa de 110 litros de água por dia para atender às suas necessidades básicas de consumo e higiene. Em relação a região de clima semiárido, essa média cai para 100 litros e em alguns municípios, essa média cai para 50 litros por dia (Brasil, 2021).

É nesse cenário de terras áridas e longos períodos de seca que a pesquisa se desenvolveu. Segundo as agentes, passam até quatro anos sem chuvas e sem ter como plantar. Por isso o ano de 2022, ano em que foi realizada a pesquisa prática, é considerado um ano atípico em que choveu ao longo do ano inteiro. A região semiárida brasileira permanece enraizada na memória popular como um local em que a miséria, a fome e a falta de água se tornaram símbolos. Quem desconhece a realidade local imagina que os habitantes da região sobrevivem de água retirada da palma (espécie natural da região) e da caça de animais oriundos da caatinga. E a figura do homem sertanejo forte e bruto se sobressai diante da figura da mulher sertaneja submissa e apagada.

A invisibilidade da mulher sertaneja e os estereótipos naturalizados no imaginário popular escondem uma realidade em que mulheres são tão protagonistas quanto seus companheiros, pais, irmãos e demais homens da família. Mulheres que são responsáveis por múltiplas tarefas diárias e que possuem a consciência de que são tão chefes de família quanto seus maridos. “Assim, as coisas de casa quase tudo é eu que resolvo, quase tudo é eu que mando, não tenho dificuldade para isso” (Maria).

As mulheres das comunidades de Queimada Grande e de Santa Rosa do Ermírio que participaram da pesquisa, todas são responsáveis por múltiplas atividades. Estão em suas

atribuições a manutenção da casa, o cuidado com os filhos, com os quintais produtivos, com as criações, com a gestão da água junto com seus companheiros ou filhos e com as associações e ou cooperativas. A gestão da água foi citada por todas como um trabalho em comum com seus companheiros ou com os homens de sua convivência. Mesmo Camila que conseguiu a sua independência depois do divórcio, reconhece que conta com o filho para gerenciar a água de seu lote em que usa água de cisterna para plantar e para a criação. “É eu e meu filho. Porque como ele trabalha comigo né na propriedade então, mas eu to sempre lá orientando, é ele quem administra. A segunda água é a cisterna, eu dou água aos animais” (Camila).

Em sua residência, a água utilizada por ela vem da rede geral de distribuição, o que ameniza em muito o sofrimento vivido no passado quando precisava recolher a água da cisterna para alimentar e criar os filhos. “Hoje é água da rede de distribuição, mas antes era de cisterna, de barreiro, de cacimba, aí de 2006 pra cá, foi encanada água aqui. Mas no meu lote é água de cisterna” (Camila). Talvez seja por isso que hoje prefere deixar que o filho lide com a água na propriedade, mesmo que faça questão de orientar a ele como deve proceder.

O fato de a água ter sido encanada na região no ano de 2006 em diante, revela uma revolução na vida das mulheres ainda maior do que na vida dos homens. Se no passado essas agentes dispensavam horas e horas do seu dia na busca por água para alimentar sua família e manter a criação, após a instalação dos canos da rede geral de distribuição passaram a usar esse tempo em atividades que promoveram a sua própria evolução. Sem a busca por água, Camila conseguiu estudar depois de adulta e passou a comandar a cooperativa. Sem a busca por água, Clarice conseguiu investir seu tempo na produção de mel de abelha. E Maria investiu seu tempo na luta por seus direitos como militante do Movimento Sem Terra. Se não fosse a distribuição igual de água em suas residências, todas ainda poderiam estar utilizando seus tempos úteis na busca por sobreviver em tempos de seca.

Hoje, essas agentes são responsáveis por sua própria evolução. Estão no controle de suas próprias vidas, não precisam mais se submeter aos parceiros. Mesmo que não consigam perceber claramente essa independência, a observação e a convivência com elas, revela que são sim independentes e empoderadas.

Olhe, é, alguns momentos a gente sente que está controlando e alguns momentos a gente sente que é necessário controlar. Desde meus 15 anos eu comecei a controlar a minha vida e a cuidar dos filhos então me sentia que controlava como mãe e como pai. E aí até que chegarem a se tornar donos da sua própria vida (*no caso, os filhos*). Mas tem momentos que sinto que é necessário estar no controle, aliás eu sinto que sou um espelho e sou um esteio para eles né, ainda (Camila).

Não é apenas para os filhos que Camila é um espelho, para as mulheres e meninas com quem ela convive diariamente na cooperativa, ela também age como um modelo feminino. Ainda que não perceba, ela lidera mulheres que não aceitam ser submissas ou que trabalham fora independente do que a comunidade pense sobre isso. Mulheres que seguem seus exemplos e liderança sem questionar. A cooperativa que Camila gerencia possui 183 cooperados, sendo que 150 são ativos. Esses 183 pertencem a aproximadamente 65 famílias que possuem entre 3 e 5 membros como associados. A cooperativa produz em torno de 3 mil litros de leite por mês que são fornecidos por 20 cooperados. Além do leite, são produzidos também doce de leite, queijo, manteiga e outros derivados. Tudo é aproveitado. A cooperativa fornece alimentos para o programa da merenda escolar e para o programa PAA Leite que pertence à SEAGRI. Os cooperados recebem curso de capacitação pelo SEBRAE. E um dado que chama a atenção é que a maior parte dos produtores cooperados são homens. Além de dominarem a produção dos frangos, ovos e leite. Já as mulheres dominam a produção dos derivados de leite.

A agente em questão exerce, hoje, a posição de liderança, comandando na sua maioria homens em uma cooperativa de sucesso que gera renda para sua comunidade. E ainda contribui para programas de alimentação saudável que salvam vidas diariamente como o programa de merenda escolar do município, pensado para fornecer nutrientes adequados para as fases de desenvolvimento das crianças. Aquela jovem do passado que não era alfabetizada, que perdeu os pais nova demais, casou e teve filhos ainda menina e gerenciava seus dias de acordo com a disponibilidade de água, andava léguas e léguas em busca de água potável para transportar até a sua casa na própria cabeça ou no lombo de jumentos, não deve ter imaginado jamais que um dia seria a mulher independente, alfabetizada e empreendedora que se tornou após a aplicação das políticas de convivência com o semiárido. A convivência com o semiárido trouxe oportunidades que essas mulheres não conheciam antes, trouxe também de volta sua dignidade e a oportunidade de descobrirem suas qualidades e capacidades cognitivas. Quando falam sobre suas relações com a região afirmam como Camila que: “Pra mim é o tudo né, sou dona da minha própria vida, do meu próprio emprego, da minha própria sobrevivência, trabalho para criar minha família, eu hoje trabalho para me sustentar”.

Afirmações que demonstram que a relação dessas mulheres com a região semiárida e suas consequências como a seca e a desertificação é ainda mais intrínseca, devido às atividades desenvolvidas por elas que buscam conviver com o semiárido respeitando suas particularidades e características morfoclimáticas. Respeito esse que Camila faz questão de passar para seus filhos e netos.

E agora assim é importante que os pais sente e conte essas história pra os filhos, porque hoje a gente vê quantos filhos aí menosprezando aquilo que foi importante que foi a vida dos pais. Sem dar valor, sem ser grato. E os pais falar pra os filhos tudo o que viveu e como era porque meus filhos eles eram criança aí já começou vir bolsa família, já começou vir a cisterna, começou a vir isso e aquilo e foi amenizando para eles o sofrimento que eu sofri né. Então para eles entender o passado eles precisam saber a história dos pais, dos avós, e eu sempre contei isso pra eles né. Então graças a Deus hoje todos eles têm o mesmo perfil meu de pensamento, de melhoria de como era antes e como é o depois (Camila).

Mesmo que não entendam como era a convivência com a região de clima semiárido no passado, ao ouvir as histórias e sentir o respeito que os pais possuem com a região, podem sentir respeito também através da empatia. E é esse respeito que vai ser o responsável por fazer os filhos dessas mulheres ficarem e trabalharem ao seu lado. Se no passado elas estariam preparadas para ver seus descendentes partirem assim que possível, hoje elas têm a certeza que terão a companhia deles até o fim. Exemplo disso é que Maria, Camila e Clarice contam diariamente com o auxílio dos filhos e netos no gerenciamento das cooperativas e das associações. O que se revela ser outro benefício gerado pelas políticas de convivência com a região. Além da geração de renda, temos também a viabilidade de vida humana no local, garantindo a permanência dos habitantes da região e diminuindo a migração para grandes metrópoles.

Quando os homens migram em período de seca e escassez são as mulheres que ficam para trás tendo que criar seus filhos e alimentá-los. Para as mulheres não existe a opção de ir se quiser partir, a elas resta apenas o ficar e aguardar. Isso acontece devido a situação desigual em que elas estão inseridas historicamente.

As mulheres são mais vulneráveis aos riscos ambientais do que os homens por duas razões. A primeira está relacionada às diferenças biológicas, incluindo o fato de terem filhos. A segunda está relacionada ao gênero, ou seja, ao seu papel social e econômico, conforme determinado pelo contexto social, econômico e político (D'ávila Neto; Jardim, 2015, p. 157 *Apud* Buckingham-Hatfield, 2000, p. 121).

Apenas quando elas não se conformaram com a situação em que foram inseridas e buscaram meios de sobrevivência que viessem melhorar a vida de todos é que nasceram as protagonistas como as mulheres deste estudo e tantas outras que assume diariamente a liderança de suas comunidades. Como Camila afirma, “Você precisa ver de onde veio e onde está, pra onde vai e onde quer chegar né. Como é que a gente quer deixar esse mundo para os filhos e pra os netos né?”

Elas não esperam que as coisas melhorem por si só, vão à luta e fazem as mudanças acontecerem. Diferente do que o resto do país pensa, as mulheres da região de clima semiárido

são mulheres fortes sim, mas não no sentido masculinizado, “mulher macho” que a mídia eternizou no imaginário popular. São mulheres fortes que não desistem dos seus desejos diante das adversidades. Esqueçam as mulheres que são representadas de maneira estereotipada pela mídia, que produz conteúdos descontextualizados ao seguir a ótica do eixo sul/sudeste. Essa representação esconde os conhecimentos, a cultura, a religiosidade, as tradições, a fauna e a flora entre outras expressões culturais naturais do sertão brasileiro (Rios; Bastos; Barros, 2015).

As verdadeiras mulheres que habitam o semiárido são as várias Marias, Evas, Clarices e Camilas com histórias de luta e de vitórias. Como esclarece Branco (2000, p; 200) “embora subjugadas, desempenham um papel relevante na reprodução da unidade doméstica e têm provado ser poderosas na esfera doméstica das áreas rurais do semiárido”. Desempenham também um papel relevante na tomada de decisões e no gerenciamento das associações e cooperativas em que atuam como presidentes, vice-presidentes e tesoureiras. Além de deter o poder dentro dos seus lares, são poderosas também dentro de suas comunidades e em seus círculos pessoais.

CAPÍTULO III

PROTAGONISMO FEMININO: EM BUSCA DE IGUALDADE DE DIREITOS EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

“Deus colocou o homem e a mulher, mas foi para caminhar junto, não pra um escravizar o outro” (Camila).

Ao pesquisar sobre o protagonismo feminino, entender a gênese social da participação feminina na história humana é fundamental para que a pesquisa, principalmente a pesquisa de campo, obtenha respostas consistentes e confiáveis. Uma forma de entender essa complexa relação será lançando mão das teorias sociais que discutem sobre gênero e as relações de poder, como a teoria de gênero e a teoria da violência simbólica, por exemplo. Para isso, neste capítulo, pretendo discutir sobre as relações de poder com base na teoria do poder simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu. Falar sobre gênero utilizando Bourdieu como escolha principal pode gerar conflitos no ambiente acadêmico voltado para os estudos feministas, no entanto, a escolha se deu de maneira consciente, devido a posição que os gêneros ocupam em sua teoria.

O feminismo trata o masculino e o feminino como rivais em um campo de batalha e não coloca os homens em seus estudos como agentes dignos de destaque, diferente de Bourdieu (2002) que coloca os agentes como produtos da sociedade em que foi moldado, na dominação masculina os homens próprios são produtos dessa dominação. Os agentes em uma sociedade agem de acordo com o *habitus* do campo em que estão inseridos.

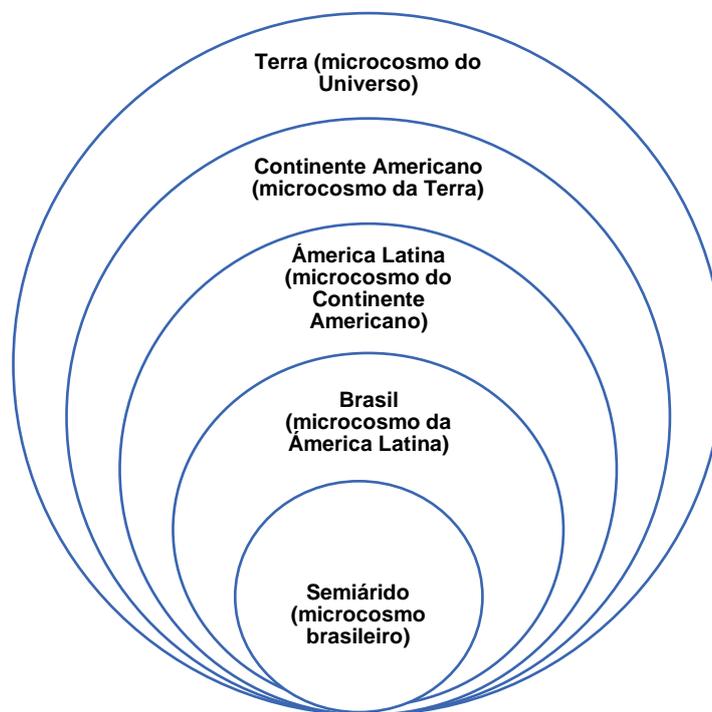
O campo, espaço estruturado que possui características distintas, possui conflitos entre os agentes que dominam o capital¹⁶ através de violência simbólica e os agentes que contribuem para essa violência simbólica como cúmplices mesmo que de maneira inconsciente. Não o campo no sentido concreto, aquele quando se fala em pesquisa de campo referindo-se ao ato de ir ao local de estudo pessoalmente colher os dados e desenvolver a pesquisa a partir dele, mas o campo no sentido de espaço social que possui características distintas. Campo que Bernard

¹⁶ Formas de poder

Lahire (2002, p. 47) define como: “um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social”.

Um exemplo desse microcosmo é a sociedade desenvolvida dentro do semiárido que faz parte do macrocosmo que é o Brasil, que por sua vez, é um microcosmo inserido em um macrocosmo ainda maior que é a América Latina, que por sua vez faz parte de um continente (macrocosmo/microcosmo) e de um planeta (macrocosmo/microcosmo) (Ver Figura 5). Cada um com suas características sociais únicas.

Figura 5: definição de micro e macro por Bernard Lahire



Fonte: Adaptado de Lahire (2002)

Cada microcosmo representado na figura 5 é também um macrocosmo do espaço social anterior com suas características e elementos constitutivos de diferentes tipos de pesquisas. Cada microcosmo possui regras de jogo e desafios particulares que só fazem sentido para os agentes daquele campo. O campo por sua vez é um espaço estruturado, mas que também é um espaço de batalhas entre os variados agentes que ocupam as mais diversas posições. Essas batalhas podem ocorrer pela apropriação de um capital específico do campo ou pela reestruturação desse capital, já que ele é desigualmente distribuído entre os agentes gerando assim dominantes e dominados (Lahire, 2002).

No caso das comunidades, diversas batalhas foram travadas pelos agentes em diversas situações levando o campo a sofrer alterações em seus *habitus*. Sejam batalhas literais ou

batalhas morais. Uma comunidade luta por sua emancipação desde os anos 1980 e a outra comunidade que já foi um assentamento travou batalhas pelas terras com o proprietário, deixando um rastro de violência física e simbólica para trás.

Todas essas batalhas literais foram e são travadas devido às lutas dos dominados por posições de dominantes, para mudar sua situação no espaço social e subir em uma posição hierárquica da qual descobriram ter direito. Outra batalha travada pelos agentes nesses espaços sociais é a batalha individual de cada agente que lutou e ainda luta por melhores condições de vida. E que mesmo sendo individual, trouxe mudanças para vizinhos e parentes.

Quando Clarice buscou novas formas de ganhar dinheiro para conseguir sustentar os nove filhos, uma vez que seu salário de professora não estava sendo suficiente, acabou mudando a vida de uma comunidade inteira. Quando Camila lutou pela cooperativa de produtos derivados do laticínio, conseguiu sair de um relacionamento abusivo e junto com sua liberdade, gerou emprego e renda para todas as mulheres de sua comunidade. Quando Maria assumiu a presidência da associação, junto com os cursos e trabalhos manuais e artesanais, trouxe sentido para a vida das mulheres à sua volta.

Assim, é nesse campo (espaço social/comunidades rurais) particularizado que tentaremos compreender as batalhas travadas pelos dominados, que geram oposição aos dominantes que, por sua vez, lutam para conservar sua posição de dominação.

3. 1. Caracterização dos agentes da pesquisa

A pesquisa foi realizada com 7 (sete) mulheres das comunidades de Queimada Grande e Santa Rosa do Ermírio que aceitaram participar como agente da pesquisa. Essas mulheres são em sua maioria casadas (5) e dividem suas responsabilidades diárias com os cuidados com a casa e com os filhos. Uma agente é solteira e uma divorciada (tabela 4). Contudo 5 agentes aceitaram assinar o termo de consentimento (Ver Apêndice 1), mesmo se recusando a responder a entrevista, o que tornou possível seguir com a pesquisa em modo de observação participante com as mesmas, ainda que não tenham respondido a entrevista por timidez e insegurança. Assim, somando as 7 entrevistadas e as 5 que consentiram, o total de agentes chegou a 12.

TABELA 4: Dados de caracterização dos agentes pesquisados que aceitaram responder a entrevista semiestruturada.

Nº	Entrevistada	Estado civil	Nº de filhos	Escolaridade
----	--------------	--------------	--------------	--------------

1	Camila ¹⁷	Divorciada	3	Superior completo
2	Iracema	Casada	2	Ensino Médio completo
3	Amélia	Casada	3	Ensino Médio incompleto
4	Madalena	Casada	5	Ensino Fundamental II incompleto
5	Eva	Solteira	3	Ensino Fundamental II incompleto
6	Maria	Casada	3	Ensino Fundamental I incompleto (quarta série)
7	Clarice	Casada	9	Pós-graduação

Fonte: Elaborado pela autora, Faria (2023)

A tabela 4 contém dados sobre as mulheres que aceitaram participar da pesquisa como nome, que por escolha própria foram trocados por nomes fictícios para preservar a identidade delas, estado civil, número de filhos e escolaridade. Um dado que sobressai é a questão da escolaridade, posto que é comum no imaginário social idealizar que as pessoas que vivem no campo serem analfabetas ou semianalfabetas, entretanto, a maioria das entrevistadas possuem um grau elevado da escolaridade, o que provavelmente contribui para que elas tenham uma compreensão melhor do seu papel enquanto sujeito na sociedade que fazem parte. Quanto às funções que elas ocupam: Camila e Maria são presidentes da cooperativa de laticínios e da associação Dom José Brandão de Castro respectivamente. Iracema e Eva são vice-presidentes da mesma cooperativa e da mesma associação respectivamente, Clarice é tesoureira da cooperativa de produtos derivados do mel de abelha.

Todas as agentes se declararam chefes de família, apesar de serem em sua maioria casadas, como é possível ver na tabela acima, mostrando que se enxergam como responsáveis pelo lar igual a seus companheiros, contrariando a hipótese de que as mulheres da área rural, mesmo quando assumem os trabalhos no lote junto com seus companheiros, se vêem como ajudante. Do mesmo modo, todas afirmam possuir água em suas residências proveniente da rede geral de distribuição e outros meios de captação como cisternas de placa ou reservatórios. Mas a queixa de falta de água ainda é recorrente, como é possível observar em alguns depoimentos:

Água da rede de distribuição. Agora, mas antes era de cisterna, de barreiro, de cacimba, aí de 2006 pra cá, foi encanada água aqui. Mas no meu lote é água de cisterna (Camila).

¹⁷ Os nomes das agentes foram trocados por nomes fictícios inspirados em mulheres que aparecem em músicas da Música Popular Brasileira (MPB) para manter o anonimato dessas mulheres.

Rede de distribuição quando tem, 15 dias sem água já a gente tem, quando não tem pega na reserva ou comprando a pulso sem poder, água mineral para cozinhar e para cada um tomar um banho, infelizmente até água mineral hoje no nosso município tinha acabado (Eva).

A gente tem os cano da DESO, só que difícil é chegar água, eu boto no carro pipa na cisterna. Quando chove muito, pega da chuva né, quando não, é com carro pipa. Na minha casa mesmo tem mais de ano que chegou água da encanação. Quando seca a cisterna aí eu ligo e o carro pipa vem. Tem vez que eu pego pela prefeitura e tem vez que eu pago em dinheiro. 250 reais uma carrada de água (Maria).

Quanto mais distante a comunidade, maior a dificuldade em contar com água da rede geral de distribuição, tornando necessário contar com outros sistemas de captação de água. Algumas agentes relataram durante uma conversa informal, inclusive, que chegam a cavar buracos em busca de água no lençol freático quando falta. O acesso a água, preliminarmente, é o acesso aos direitos básicos e quando o recurso é escasso, aumentam as desigualdades de gênero, pois, recai sobre a mulher o papel de prover a família com água, um trabalho pesado e que exige muito esforço físico, já que muitas vezes essa água precisa ser coletada em poços e açudes distantes da casa (Soares, 2009).

Todas possuem, em suas residências, sistemas de captação hídricos para eventualidades, instalados pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) através do programa PIMC. A ASA é uma rede de instituições que atua na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento sustentável e conseguir a concretização da justiça social. Durante a Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3)¹⁸, lançou a Declaração do Semiárido, propondo a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas na região, o PIMC¹⁹ (Peres; Santos, 2014, p. 4-5). Além das cisternas, foram citados sistemas de captação variados como barreiro, cacimba, barraginha, cisterna calçadão, pia de pedra, cacimba de riacho, cisterna de placa e o carro pipa que é a salvação de todos em tempos de seca.

As agentes, mães, cooperadas e ativas na comunidade, vem de uma realidade que exige delas ações e proatividade para alcançar melhores condições de vida para si e para os seus. Conheceremos melhor os agentes no decorrer dos capítulos, uma vez que eles tem muito a nos contar com suas histórias e vivências.

3.2. Protagonismo feminino em meio a construção social de masculinidade e feminilidade.

¹⁸ A COP3 ou terceira Conferência das Partes teve como objetivo reunir países para discutir os compromissos estabelecidos pelas Nações Unidas na primeira conferência e ocorreu no ano de 1997 na cidade de Quioto no Japão.

¹⁹ No próximo tópico, entrarei em maiores detalhes sobre o PIMC.

Ao iniciar a pesquisa teórica foram feitas conjecturas relacionadas ao tema e ao que torna uma mulher uma protagonista, mesmo que ela não exerça trabalho remunerado fora do ambiente familiar. Assim, foi escolhido o tema protagonismo feminino no gerenciamento dos recursos hídricos devido à importância que a água possui em uma região em que esse recurso é escasso. Ao iniciar a pesquisa de campo, claramente foi uma dúvida que foi sanada, mas que se revelou ínfima diante de toda a riqueza cultural e todo o exemplo de força que as mulheres, escolhidas como agentes da pesquisa, revelaram possuir. Não apenas a força simbólica, a força física também.

Ao ser apresentada as líderes das associações e das cooperativas, com surpresa, a acolhida foi calorosa quando se esperava apenas um breve cumprimento e aperto de mãos. Houve a surpresa do acolhimento com abraços fortes, de mãos e braços musculosos de tantos anos carregando balde de água e trabalhando no lote, da força física que apertava em seus braços com afeto e gratidão. A impressão que ficou foi tão intensa que nunca mais sairá da memória desta pesquisadora.

Eva tem 3 filhos, é solteira e estudou até a sexta série (atual sétimo ano). Atua como vice-presidente da Associação Dom José Brandão de Castro. Tem um perfil ativo, possui ótima oralidade e gosta de conversar, de expor seus pontos de vista e contar sua história. Trabalhou a vida toda para sustentar os filhos, atuou no Movimento Sem Terra (MST), conseguiu um lote que hoje é sua fonte de renda junto com sua aposentadoria. Planta legumes e hortaliças, cria animais e é responsável por gerenciar os recursos hídricos em seu lote e em sua casa.

Maria é casada e tem 3 filhos, estudou até a quarta série (atual quinto ano) e atua como presidente da Associação Dom José Brandão de Castro. É considerada a líder da comunidade por todos que vivem lá. Assumiu esse posto no passado, durante a luta dos Trabalhadores Sem Terra, para transformar a Fazenda Queimada Grande em um assentamento rural através do programa de reforma agrária. Engajada nas causas sociais, luta para conseguir a efetivação do programa de cisterna para os moradores que ainda não foram beneficiados, participa das reuniões mensais na sede da EMDAGRO, garante que todos recebam sua parte da Bolsa Garantia Safra, providência carros para levar as pessoas doentes para o hospital e remédios da farmácia popular para os idosos que fazem uso. Quando as cisternas secam, liga para a prefeitura e providencia o carro pipa. Busca parcerias para levar adiante a cozinha solidária construída na associação e cursos profissionalizantes para as mulheres e os jovens da comunidade. Ainda possui emprego remunerado, cuida da casa e dos filhos, comanda outra associação que é a Associação dos Moradores de Queimada Grande e está sempre disposta.

Clarice é casada, tem 9 filhos, é professora e possui pós-graduação. É tesoureira da cooperativa de mel de abelha e atua como líder da comunidade que fica entre Santa Rosa do Ermírio e Serra da Guia. Sobre ela, deixarei que ela mesmo conte sua história. Nos atendeu entre uma demanda e outra e contou sua história em ritmo corrido, precisava sair para atender as comunidades mais distantes com um curso e palestra sobre a cooperativa que trabalha.

A cooperativa ela foi fundada primeiro pelo instituto Xingó, veio o instituto Xingó em 2001, aí trouxeram aquele Cronograma de Desenvolvimento Local Sustentável, aí falavam que era pra gente criar peixe mode a fundação da barragem (Usina Hidrelétrica de Xingó em Canindé do São Francisco e Piranhas) essas coisas assim, só que nois mora aqui na seca, eu moro aqui detrás dessa serra ali, minha fia nois não tinha água nem pra beber na época, eu não tinha mesmo carregava água na cabeça aí eu disse não, pra que, a gente vai fazer o que com isso? Criar peixe naonde? Nois não tem onde criar peixe. Criar peixe é pra quem mora aqui no rio de São Francisco, então, depois disso, aí veio um rapaz e perguntou, o secretário do governo aí perguntou: e vocês querem criar o que? Querem abelha? Aí eu disse sim, aí o grupo da gente, já tava um grupo formado, aí quando ele disse abelha aí todo mundo se animou né, porque ele falou num pouquinho da abelha, da história aí todo mundo escolheu abelha, aí certo, é abelha. Só que nós ficamos até 2003 a gente não conseguia tirar mel, porque pra você conseguir, você tem que ter uma forma, uma cultura, saber como trabalhar a abelha não é uma vaca e um boi que você só precisa dar comer não, é diferente. Tem que ter cuidado, aí a gente não desenvolvia, aí surgiu o APL²⁰ (Arranjos Produtivos Locais) e o APL e o SEBRAE se juntaram e vieram dar curso pra gente. E quando eles chegaram, eles viram que a gente tinha uma cultura aqui que podia crescer. Aí disse: pronto, vamos dar acompanhamento, aí levaram a gente para Limoeiro do Norte (Ceará). No dia 02 de maio de 2004 nois tava em Limoeiro do Norte. Aí nois tava em Limoeiro do Norte, aí quando nois tava lá seu Aldério deu o curso e mostrou como nois podia ser um apicultor, aí minha fia eu renasci novamente. Porque meu sonho de criança era ser professora, eu já era professora, mas eu era mãe de 9 filhos, sou ainda né, porque já casaram e eu to sozinha agora, mas aí, minha filha nessa época, nessa época tinha a escola, mas não era formada aí você sabe um professor só com o magistério, o salário era mínimo. Aí com a chegada da apicultura que nós fomos pra lá, aí eu me animei. Aí eu pensei meu Deus agora eu vou ter como eu alimentar minha família e tudo porque meu salário só dava para cinco açúcar, cinco arroz, um café e uma barra de sabão. Um salário só era isso naquela época. Aí eu comecei a criar abelha, já tinha cinco caixa quando eu fui pra lá né, uma foi ganhada, aí eu já tinha cinco caixa, aí minha filha com isso, quando foi maio, dia 5 de maio do outro ano e agora? Eu com a casa já cheia de mel – sim aí nois tinha uma pareia de boi que nois vivia de fazer calvão né, aí eu iludi o marido para vender os bois pra nós comprar a colmeia quando eu voltei do Ceara. E aí todo mundo ria com aquilo né mas aí minha filha valeu a pena, porque nois vendeu os bois, meu pai ficou contra disse que eu estava doida porque era a riqueza que a gente tinha né, mas aí eu vendi. E eu tinha passado o ano em 91 eu tinha perdido um filho ... que foi muito difícil porque meu filho morreu e eu não tinha como enterrar e eu tinha prometido pra Deus e pra mim que um dia que surgisse uma oportunidade eu pegava e aí quando a apicultura chegou eu peguei e valeu a pena. Hoje olha eu sou formada com graduação e pós-graduação, tenho carro comprado com o dinheiro do mel, minhas filhas todas, as que não eram casadas, fizeram faculdade com dinheiro de mel, tenho duas que são professora, tenho essa que trabalha aqui e sem contar porque eu to resumindo, mas hoje o

²⁰ O termo Arranjos Produtivos Locais (APL) é a expressão que vem substituindo em nossa literatura o termo em inglês *cluster*. Ambos significam uma concentração local ou regional de atividades econômicas geralmente industriais, mas também agrícolas ou extrativas, formando cadeias produtivas em um determinado setor. A força econômica, a competitividade e a capacidade de geração de emprego e renda dos APL está justamente na sinergia decorrente das diferentes formas de integração entre seus atores (FIOCRUZ, 2023, p. 1). Disponível em: <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/medicamentos-da-biodiversidade/arranjos_produtivos_locais_apl.html>

desenvolvimento e a vida que eu tenho é outra. E aí meu sonho era salvar vidas pra eu não ver o sofrimento que a gente via antes, aí com aquele programa do governo de Lula depois de 2000 isso aí ajudou muito aí hoje eu corri, não perdi uma reunião do território, eu não perdi nada, eu ia pra reunião e conseguimos. Aí depois que a gente foi conseguindo essas coisas e com abelha eu fui crescendo aí hoje eu tenho minhas netas, eu tenho sobrinho eu tenho as vizinhas, as pessoas que tão hoje que já tem pessoas que comprou moto que trabalhou aqui através. E a cooperativa foi fundada em 2006 porque quando a gente estava com o mel não tinha onde vender, eu saía de porta a porta com uma garrafinha de água mineral, porque eu não tinha condição de comprar essa garrafa ainda, aí saía com uma garrafinha de água mineral da pequena porque quando a pessoa não tinha dinheiro pra comprar eu doava pra pessoa provar o mel e a primeira pessoa a quem eu vendi o mel foi uma médica aí eu disse a ela oi doutora me ajuda, me compre meu mel, eu vou lhe dar e se aprovar você me faça propaganda, aí ela fez pra os colegas. E eu disse, faça análise, porque eu não tinha condições de fazer aí quando eu disse aí ela disse: não eu confio. Aí ela foi lá olhar como era, só que eu já tinha centrífuga e mesa, porque meu primeiro mel eu já colhi no padrão, aí com centrífuga, com mesa com bata e tudo aí quando ela chegou que viu ela disse: não minha filha aí você já tá ok. aí pronto, aí desse momento pra frente a gente começou a crescer.

Interessante observar que, ao transitar em vários contextos como a família, a escola e as associações movida pelo desejo de melhorar de vida, a agente acaba incorporando comportamentos tidos como femininos como a empatia e a bondade para ajudar outras pessoas a saírem de uma situação de vulnerabilidade. Ela também demonstra disposições consideradas como masculinas, a exemplo da coragem de ousar em criar abelhas, da confiança e assertividade de mudar de profissão, ainda que aos olhos dos demais era vista como louca. O que indica que os hábitos vão se ajustando ou se modificando diante de outras configurações.

Camila é divorciada, tem 3 filhos e 3 netos, possui graduação. É presidente da Cooperativa de Derivados do Leite. A ideia da cooperativa surgiu com outras pessoas que abandonaram o barco no meio do caminho e ela tomou a iniciativa de assumir o projeto e de colocá-lo para andar, hoje a cooperativa fornece leite, ovos, frango e lanches para o programa de merenda escolar do município e gera emprego e renda para outras mulheres do local.

A minha responsabilidade diária, é essa cooperativa. Aqui eu tenho uma missão. To capacitando esses jovens que é pra tocarem essa cooperativa então não morrerei enquanto não ver alguém pronto pra tocar essa cooperativa que foi uma luta minha, não foi eu que fundei, alguém trouxe a ideia, fundou e muitos foram ficando no começo da estrada, mas a vida, a história é assim, alguém coloca a pedra e não volta mais, então serei grata aos que criaram e contribuíram até agora, e agora é a minha contribuição para a nova geração né, eu digo a eles, ói coisa de política passa mas a cooperativa é nossa, é sua. E é uma fonte de renda (Camila).

A cooperativa tem como vice-presidente Iracema que é casada, tem 2 filhos e possui o Ensino Médio completo. Como tesoureira Amélia que é casada, tem 3 filhos e possui o Ensino Médio incompleto. E como administradora Madalena que é casada, tem 5 filhos e possui o Ensino Fundamental II incompleto. As três são como suas filhas, meninas que viu crescer e de quem tem orgulho de ver as mulheres que se tornaram e as famílias que construíram.

Camila é uma mulher intensa, acolhedora, orgulhosa de tudo que conquistou. Apresentou a comunidade, as mulheres que dividem as responsabilidades da cooperativa, os produtos produzidos, as casas em volta, a estrutura física e a estrutura simbólica de união e afeto construída por elas em conjunto. Serviu os quitutes produzidos no local, ouviu e acolheu a todos enquanto contribuía com a pesquisa contando sua história e sendo quem ela era, sem pudor, sem sentimento de inferioridade. Possui um letramento e uma oralidade incrível, desde que entrou na escola apenas depois de adulta, quando conseguiu o divórcio e hoje possui graduação, mostrando que sempre é possível evoluir.

Naquela época, eu vim estudar, mas foi depois de velha. Naquela época minha não tinha escola não, meu pai, mais os outros pais quando se aparecia uma pessoa que sabia ensinar o abc e a conta contratava aquela pessoa e botava numa sala de casa, se juntava aqueles filhos e aquela pessoas e ensinava dois, três mês. Ia na feira e comprava um abc que tinha na feira e uma tabuada e um caderno, era assim (Camila).

Sua vida está intimamente ligada à região semiárida, viu por muitos anos a escassez de tudo, não foi uma vida fácil. Perdeu os pais cedo, perdeu irmãos, casou ainda menina, sofreu violência física e sofre até hoje violência simbólica, conseguiu o divórcio e só então começou a reconstruir sua vida. Uma mulher que ama conversar e é muito sorridente. Solicitada por todos o tempo todo, precisava se revezar entre cumprir as demandas diárias e a nossa conversa. Se orgulha de ser um exemplo e não esconde sua história de violência, com a intenção de servir de alerta para que nenhuma outra mulher em sua comunidade venha a passar por isso.

(...) E aí essas meninas que tão aqui chegaram aqui pequeninhas como a minha né, 3, 4, 5 anos. De 7 anos abaixo chegaram aqui, criancinhas e hoje estão aqui comigo e muitas sabem da minha história. E a vida ela vai depois retratar, então, hoje eu vejo elas participam, já os maridos são diferentes, não tem mais aquela história de tá espancando, de tá ciomando, de que elas não tem que falar com ninguém, de que elas não tem que dar um sorriso para ninguém, é tudo aquilo que eu vivi né, e eu sou uma pessoa que eu sempre gostei do diálogo, de estar próxima das pessoas de ouvir sabe e eu era proibida de sorrir. Eu era proibida de sorrir. Então eu tinha que tá com a cara fechada. Pra dizer que eu era mulher séria, que era isso, que era aquilo. Sem falar com ninguém né, então, graças a Deus eu me libertei, graças a Deus. Mas foi difícil (Camila).

Camila nos faz refletir que a sociedade ao mesmo tempo que impõem barreiras aos agentes, também os capacita para a mudança de comportamentos e padrões, de maneira que as novas gerações rompam com o ciclo de violência que as suas ancestrais sofreram. Ainda que seja um processo lento, penso que é um caminho irreversível.

Assim, o protagonismo feminino foi provado em inúmeros momentos, em diversas situações, em cada segundo da observação participante ou das realizações das entrevistas. Quando as participantes afirmavam: “(...) sou dona da minha própria vida, do meu próprio emprego, da minha própria sobrevivência, trabalho para criar minha família, eu hoje trabalho

para me sustentar” (Camila). “Eu me sinto igual ao meu marido, eu não nasci para ser mandada por ele não” (Iracema). “Penso igual a ela, ele não é mais do que eu não, os direitos tem que ser igual” (Amélia). “Eu também penso assim” (Madalena). Não estavam falando da boca para fora, estavam apenas afirmando um fato.

A sociedade de hoje, seja por causa da educação, da diminuição do número de analfabetismo ou devido ao acesso às informações de maneira mais facilitada pelo uso da internet, acessível através de aparelhos eletrônicos compatíveis, oferece maiores condições do que no passado para que as mulheres busquem independência e o reconhecimento dos seus direitos. Quando Camila afirma que tem a responsabilidade de ser exemplo para as meninas e mulheres que convivem com ela, está dando um exemplo de que a situação de submissão só vai mudar se as mulheres se unirem para quebrar as correntes impostas pela dominação masculina. E como ela mesmo diz:

Deus me deu uma outra missão de muito compromisso, que tem muita responsabilidade que é ser de bons exemplos para os outros né, que assim, Deus o livre nem se compara com a outra né, mas que assim, é coisa de muita responsabilidade. Mas eu digo a você, ele capacita a gente (Camila).

O protagonismo feminino é acima de tudo a mulher se enxergar como um ser social com direitos e deveres da mesma forma que seus maridos, sem submissão. Não adianta a mulher assumir uma posição de poder em sua comunidade e em seu lar se ela carrega em si as ideologias da classe dominante (Matia, 2018).

O empoderamento, principalmente e no que se refere à realidade brasileira, é importante para dar liberdade a mulheres que além de sentirem a ameaça machista também são afetadas pela desigualdade econômica e racial dentro de uma sociedade que marginaliza aquilo que entende como “minorias”. Devemos empoderar as mulheres para que elas tenham a oportunidade de fazer sua própria revolução, para que possam enxergar-se em grau de equidade para com os homens (Matia, 2018, p. 20).

Empoderar as mulheres é torná-las conscientes de seu poder de decisão dentro da sua comunidade. São elas as responsáveis por criar e educar as meninas e meninos das novas gerações. Claro que essa educação é atravessada por fatores como a convivência familiar, que muitas vezes são divergentes, pais e parentes paternos que possuem valores que divergem dos valores das mães e dos parentes destas. Influências das religiões, da comunidade, das amizades e até dos conteúdos culturais que estão sendo consumidos por eles. Colocar a responsabilidade de criar novos adultos conscientes e empoderados apenas na mãe é também uma forma de violência simbólica.

Não são apenas as meninas que são vítimas dessa dominação histórica, os meninos também são. Ambos acabam repassando o que apreenderam em forma de *habitus* para as novas

gerações. As mães ensinam as filhas a serem submissas e aos filhos ensinam a masculinidade por que foram ensinadas assim. Os pais ensinam as meninas a subserviência e aos meninos a masculinidade que conhecem e da qual foram moldados. Como Nader e Caminoti, (2014) afirmam, a feminilidade e a masculinidade são socialmente construídas.

A identidade de gênero começa a ser moldada dentro do lar desde o nascimento, quando os pais criam as meninas para serem submissas e os meninos para serem agressivos, masculinos. Quando a criança reproduz um comportamento tido como socialmente aceitável e compatível com seu gênero, é parabenizada, o que reforça seu comportamento no futuro, quando ela age de maneira socialmente inaceitável, é repreendida e desestimulada a continuar se comportando daquela maneira. Aos meninos, o comportamento agressivo em suas brincadeiras é incentivado, as meninas, o comportamento agressivo é desestimulado, uma vez que meninas não podem ser agressivas e sim dóceis de acordo com a construção social de feminilidade e masculinidade (Nader; Caminoti, 2014).

Se a feminilidade e masculinidade são socialmente construídas, eles podem também ser reconstruídos. É isso o que a teoria de gênero vem tentando mostrar. Se os meninos são ensinados e estimulados a serem agressivos, podem ser ensinados a ter respeito pelo próximo. Assim como as meninas podem ser ensinadas a ver os homens em pé de igualdade e não com marcadores de superioridade e inferioridade. Quando o padre²¹ aconselha a uma mulher a permanecer em um casamento mesmo sofrendo violência física em nome de uma construção social de dominação, está reforçando e legitimando o comportamento agressivo desse marido e reforçando e legitimando o comportamento submisso dessa mulher.

O fato de os filhos desse casal não agirem da mesma maneira que seu pai, também faz parte da construção social de feminilidade e masculinidade. As mulheres que trabalham na cooperativa afirmam que são iguais aos maridos, nem menos e nem mais que eles, só pensam assim por causa da construção social de feminino e masculino em que foram criadas. Mas é claro que essa construção social não acontece apenas dentro do lar, a comunidade toda contribui para isso. A masculinidade e a feminilidade é um processo contínuo, permanentemente vigiado e auto vigiado. Por isso é também um processo frágil e disputado, uma vez que o homem e a mulher são socialmente cobrados a assumir posturas tidas como masculinas e femininas. O homem é obrigado a evitar posturas não másculas, devendo fornecer o tempo todo provas de sua masculinidade. A masculinidade é considerada pela sociedade uma qualidade, e como qualidade, pode ser perdida de acordo com as circunstâncias e história de cada indivíduo

²¹ Ver depoimento no item 2.2.

(Almeida, 1996; Hardy; Jimenez, 2001). Portanto, se a situação na comunidade hoje pode ser descrita como mais evoluída que antes, exceto em alguns lares, é devido a construção social de masculinidade e feminilidade que vem sofrendo mudanças em seu *habitus*. Alguns fatores como programas sociais e políticas públicas podem ter contribuído para essas mudanças.

Como Clarice afirma, a vida delas passou por mudanças significativas graças às políticas públicas de convivência com o semiárido. Programas como Bolsa Família, Bolsa Garantia Safra, Seguro Defeso, Luz Para Todos, Programa Um Milhão de Cisternas entre outros, possibilitaram que as comunidades mais remotas tivessem acesso à educação, a saúde e renda familiar que juntos geram dignidade e força para lutar por condições de vida melhores para os seus. Todas as líderes de cooperativas e associações fizeram questão de enumerar os programas sociais e políticas públicas que foram responsáveis pelo avanço das comunidades e tornaram possível que os projetos fossem levados adiante. O que revela que diversos fatores foram responsáveis para essa mudança no *habitus* do campo estudado.

3.3. Dominação Masculina

A pesquisa de campo foi realizada em um cenário em que a dominação masculina ainda se faz presente com bastante intensidade e que gera situações de desigualdade em relação aos direitos sociais de cada um. Mas, ao invés de tentar analisar a situação vivenciada, colocando as mulheres e os homens em posições de inimigos em um campo de batalha, pretendo analisar cada situação de acordo com as particularidades desse espaço social e de seu *habitus* incorporado. No entanto, ainda que a dominação masculina continue bastante presente, é fato que as lutas e conquistas dos movimentos feministas alcançaram essas mulheres também. Hoje elas ocupam lugares na comunidade que até pouco tempo atrás não lhes era permitido ocupar. São mulheres que afirmam ser donas de suas próprias vidas, que trabalham fora, que gerenciam associações e cooperativas, que possuem uma autonomia que só existe hoje por causa das lutas feministas.

Quando a divisão de lotes nos assentamentos só pôde ser realizada com a participação e assinatura da esposa, por exemplo, foi devido às lutas das feministas que encontraram meios de garantir a autonomia das mulheres rurais. “É relevante que possamos entender o feminismo como um movimento plural e que como tal se adequa a realidades diferentes em contextos sociais diferentes, mesmo que mantendo uma vertente em comum” (Matia, 2018, p. 15). Também é fato que essas mulheres ainda estão presas a uma sociedade com um forte caráter patriarcal. Quando questionadas sobre suas responsabilidades diárias, todas as agentes, sem

exceção, respondiam múltiplas atividades gerando assim uma sobrecarga diária que afirmam não saber como dar conta, mas dão. Enquanto os homens eram apenas responsáveis por exercer seus trabalhos remunerados, as mulheres citaram cuidados com a casa, com o lote e a plantação, com o abastecimento de água para a residência, com a alimentação da criação, com os filhos e com a associação da qual fazem parte como membros. Ou seja, são as provedoras da família, ainda que no campo ocupe um lugar de submissão. Não só as mulheres casadas possuem demanda diária exaustiva, as mulheres solteiras e divorciadas também citaram múltiplas funções que realizam diariamente com o agravante de não poder contar com mais ninguém para dividir as despesas diárias, o que as leva a lidar com todas essas funções junto com o trabalho remunerado.

As mulheres hoje, mesmo que possuam direito a estudar, votar, trabalhar fora e se fazer ouvir, ainda vivem uma realidade desigual, ficando sempre responsáveis pela criação dos filhos, pela manutenção do lar e harmonia do casamento, que quando não vinga, a culpa sempre recai sobre a mulher com a justificativa de que não foi boa o suficiente para fazer o homem ficar. Sem perceber, as mulheres estão sendo vítimas dessa violência simbólica que transforma o dominado em responsável pela sua própria dominação. Bourdieu chama esse processo de adesão *doxa*²². Não é uma adesão consciente, é apenas uma adesão por *habitus*. “O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o *constroem* como poder” (Bourdieu, 2002, p. 51). Na sociedade do estudo quem detêm o poder são os homens, restando as mulheres se sujeitarem a ele mesmo que de maneira inconsciente.

Ao serem questionadas sobre quem controla suas vidas, todas responderam que elas controlavam. No entanto, deixavam escapar entre suas falas que seus maridos não as impediam de fazer nada, eram livres para fazer o que quisessem. O que revela uma posição de falsa liberdade, dentro do casamento os maridos são os responsáveis pela permissão e aceitação da situação de suas esposas na comunidade.

(...) eu sou mulher, mas porque tem mulher que os maridos prendem e eu não, graças a Deus, isso eu não tenho dúvida com isso. Sou bem, participo de todas as reuniões de que for preciso, viajo e tudo. Dificuldade nenhuma, porque tem muitas mulheres que ainda tem dificuldade, mas felizmente eu não tenho essas dificuldades graças a Deus (Maria).

²² A palavra *doxa* vem da filosofia e significa sistema ou conjunto de juízos que uma sociedade elabora em um determinado momento histórico supondo tratar-se de uma verdade óbvia ou evidência natural, mas que para a filosofia não passa de crença ingênua, a ser superada para a obtenção do verdadeiro conhecimento (definição retirada do dicionário Oxford languages).

A agente em questão possui um perfil de liderança na comunidade. É respeitada e seguida por todos, sua opinião sempre é levada em conta, ou seja, possui um poder na comunidade que poucas alcançam, ainda assim, só o possui por intermédio do poder simbólico exercido pelo marido que tem o poder de decidir até onde ela pode ir em seu cargo de liderança. Mesmo quando alcança uma posição de igualdade, ainda está presa ao que Bourdieu chama de *illusio*.²³

Situação que não é culpa dela ou do parceiro, ambos estão inseridos em um campo de poder cujo capital transmitido para homens e mulheres os coloca em posições distintas. Aos homens coube o papel de dominador, provedor e líder, às mulheres coube o papel de submissão, mãe amorosa e esposa exemplar. Como reforça Lahire (2002), a estrutura do campo possui distribuição desigual, o que se torna um fator determinante para a relação de forças históricas e forças geradas pelos agentes e pelas instituições presentes nesse campo.

As posições dos agentes no campo geram disputas de uns contra os outros, entre os agentes que possuem interesse que o campo permaneça como está, geralmente o grupo que está sendo beneficiado, e entre os agentes que têm interesse que o campo mude e assim consiga a posição de vantagem dos outros. Esses agentes que têm interesse em manter o campo existindo, se tornam cúmplices. E cada campo possui um sistema de posições incorporadas chamada de *habitus*, cada agente que possui esse *habitus* do campo incorporado, tem a capacidade de jogar o jogo e seguir suas regras (Lahire, 2002).

Uma afirmação de uma agente chama a atenção para o fato de que muitas mulheres se veem impelidas a lutar por seus direitos por pressão social e não por vontade própria. Ao definir como se sentia sendo uma mulher na sociedade atual, ela aponta que a mulher necessita lutar por seus direitos se quiser ter uma qualidade de vida melhor. A afirmação teve a aquiescência das demais que balançaram a cabeça em concordância.

(...) é importante porque a mulher é persistente, ela vai em busca e conquista os seus direitos, não é dizer que a gente queremos, mas em termo de nossa qualidade no dia a dia a gente consegue o pouco. Como nós já somos acostumados com o pouco aí dá pra viver né (Eva).

²³ A palavra *illusio* vem de *ludus* que significa jogo e é usada por Pierre Bourdieu com o significado de levar o jogo a sério, acreditar que o jogo merece ser jogado. No texto a palavra foi usada no sentido de que enquanto os homens jogam o jogo acreditando, vivendo a ilusão de que são os detentores do poder, as mulheres jogam o jogo acreditando que os homens são os detentores do poder mesmo quando suas atividades diárias as colocam em pé de igualdade aos homens.

Definição retirada de: OLIVEIRA, Pedro Paulo. *Illusio: Aquém E Além De Bourdieu*. Mana 11 (2), 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200008> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/dngsvgVDkJrr9dXDZWwjBK/#>

Diferente de Maria, que assumiu a liderança da comunidade por vontade própria, Eva se viu obrigada a conquistar seus direitos devido a sua situação de mulher solteira com três filhos para criar, tornando difícil julgar se ela ainda teria assumido essa posição se fosse casada e não precisasse buscar um trabalho externo ao lar. No caso de Maria seu protagonismo foi voluntário, e no caso de Eva seu protagonismo foi moldado pela sua situação de vida. Ela foi impelida a jogar o jogo para manter a posição que possui hoje no campo. “Um campo possui uma autonomia relativa já que as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...), externas ao campo, pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas” (Lahire, 2002, p. 48).

Alguns agentes acabam cedendo a essas forças e seguindo as posições que lhes cabem. Outros assumem batalhas individuais para mudar sua posição nesse jogo. Em um depoimento com carga emocional profunda, uma das agentes da pesquisa relatou sua luta para se provar diante da sociedade se definindo como sobrevivente. Ela viveu um casamento conturbado no qual sofreu diversos tipos de violência física. Ficou órfã logo cedo e antes dos 15 anos se casou com um homem que possuía um forte caráter machista, após anos de sofrimento, sem saber ler e escrever, sem condições de trabalhar, conseguiu a separação. Devido ao julgamento social e a condição de mãe solo com três filhos pequenos, voltou a conviver com o pai dos filhos vivendo situações ainda piores de humilhação e violência física e psicológica.

Após o divórcio de fato, conseguiu contar apenas com o apoio dos filhos. A ela foi reservado o lugar de submissão nesse jogo jogado dentro do campo de poder em que está inserida, no entanto, lugar que se recusou a assumir. A sociedade até hoje a julga como ambiciosa. Fato esse comprovado durante uma reunião em que a agente não estava presente, mas virou assunto e uma das pessoas que a conhece desde criança revelou que ela “luta pelo que quer mesmo, passa por cima de tudo e de todos para conseguir o que quer, até se divorciar do marido se divorciou para assumir a posição de presidente da cooperativa que possui hoje”. Frase dita com tom de reprovação e não de admiração. Em outro momento seu nome foi citado com o mesmo tom, como se fosse unanimidade na comunidade que ela por ser divorciada, não é bem vista pelos moradores. Provando que existe uma cumplicidade entre os agentes que estão jogando do mesmo lado.

O que condiz com a afirmação de Camila de que muitas mulheres ainda vivem essa realidade por medo do julgamento que vão sofrer diante da comunidade.

Ainda existe muito, eu mesma conheço gente que vive essa realidade de escravidão machista. Eu quando me divorciei eu fiquei três anos, três anos que eu respirei pra ver que tava viva. Três anos depois, de tanto que eu tava afogada né. É triste e muitas vivem assim, muitas mulheres. E é difícil. É difícil porque a nossa sociedade marginaliza. A única coisa que liberta é desde cedo a educação. Levar a essa mulher

que ela é a dona de si. Ela conhecer os direitos dela. Não deixar que ninguém lhe humilhe, ela ser dona de si própria né, da sua própria vida. O machismo mata: mata e mata como eu sou uma sobrevivente (Camila).

Além da violência física, essas mulheres se obrigam a permanecer em um casamento violento por temer a violência simbólica imposta pela sociedade. Ao analisar qual a violência que trará maiores prejuízos em suas vidas, acabam optando pela que acaba sendo mais suportável. Camila escolheu enfrentar a violência simbólica e se libertar da violência física. E como ela mesma afirma, é uma sobrevivente, ela continua aqui para contar sua história e reconhece que deve ser grata por ter sobrevivido às violências que sofreu e ainda sofre.

Eu sou grata a Deus, duas coisas que eu lhe disse que quando amanheço o dia que eu vou escovar os dentes que eu abro a torneira eu agradeço a Deus e outra coisa por eu ter sobrevivido de tantas violências. Eu sou sobrevivente. (...) Mas eu digo hoje comigo mesmo, uma vez livre, nunca mais escrava. Eu cheguei dias de eu querer me matar. Porque era um inferno tão grande a minha vida, que eu não tinha a quem recorrer (chora enquanto fala) e **eu ia pro padre o padre dizia minha fia ruim com ele pior sem ele** (grifo nosso). Eu dizia, mas já pensou, você mata, mas não mata de faca então é melhor eu me matar logo. Eu disse, fica lá padre, o Deus que eu conheço não é esse Deus não, e Deus disse no meu coração, confie em Deus, confie. E como eu fiquei sem mãe logo cedo então eu tinha essa mágoa também, essa dor, eu não queria ver meus filhos sem a mãe logo cedo, eu amava muito meus filhos eu passava noite e dia ali com meus filhos. (...) e outra coisa, Deus ele não tira cruz ele muda a posição quando você está cansado ... graças a Deus eu não sou mais violentada, espancada, xingada, humilhada, escravizada pelo um homem, graças a Deus (Camila).

Quando Bourdieu (2002) afirma que “a dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício” (p. 44), está afirmando que a sociedade contribui, ainda que seja através de adesão doxa, para que ela seja legitimada e permaneça mesmo na atualidade. Quando uma mulher vai pedir conselhos ao padre para tomar uma atitude que a livre do sofrimento imposto pela violência doméstica que vivencia diariamente e o padre aconselha a continuar casada afirmando que “se é difícil com ele, pior vai ser sem ele”, está validando a dominação masculina em que ele também foi socializado. E essa dominação só existe graças ao poder simbólico que “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que os exercem” (Bourdieu, 1989, p. 07- 08).

O simbolismo nesse caso só exerce um poder de estruturar a sociedade porque é um “sistema simbólico” estruturado. O poder simbólico é o poder que constrói a realidade com a intenção de estabelecer ordem no sentido imediato do mundo. Assim os “sistemas simbólicos” são estruturas estruturadas e estruturantes que cumprem o papel de instrumentos políticos, que impõe e legitima a dominação. É assim que funciona a dominação de uma classe sobre a outra, dominação essa que é reforçada pelas relações de força que a fundamentam (Bourdieu, 1989).

O poder simbólico só exerce o poder devido a sua capacidade de se fazer crer poder, como define Bourdieu (1989).

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1989, p. 14).

Na relação masculino e feminino o homem faz parte da estrutura de dominação e tem suas atitudes reforçadas e legitimadas pela sociedade, pela religião e pela ordem social. A mulher por sua vez faz parte da estrutura dominada, cumprindo seu papel de submissão aos dominantes para manter a coesão social. E foi em nome dessa coesão social que Camila tentou levar seu casamento adiante mesmo vivendo com tanto sofrimento físico e emocional. Ao ser orientada a voltar para o marido após ter se separado, seguiu a lógica do poder simbólico, vindo a se arrepender mais tarde.

Quando eu tomo uma decisão, eu tomo uma decisão segura, eu sei que é o momento de tomar aquela decisão. E eu tomei algumas decisão na minha vida desde meus 15 anos e quando eu olho pra trás eu digo que aquilo que passou foi realmente a decisão exata que eu tinha que tomar, aquela foi a decisão certa. Só teve uma única decisão que eu tomei na minha vida e eu me arrependi, deveria não ter tomado ... uma tragédia que quase aconteceu porque eu acabei confiando de volta. Foi o maior risco que eu tive na minha vida. Então eu sou uma sobrevivente da violência e eu tem coisas na minha vida que eu nem pretendo lembrar assim (demonstra dor e tristeza enquanto fala) e quando eu olho, teve isso que eu fui muito boba. Mas Deus foi tão bom, Deus foi tão bom que me protegeu. E eu, porque na verdade eu agi naquele momento eu não agi por mim, eu agi pelos conselhos ao redor. Eu agi em nome de uma religião, eu agi em nome de um casamento, eu agi e hoje eu agradeço a Deus por estar viva. Mas ao mesmo instante eu penso que não deveria ter feito mas aí Deus me deu outra solução aí Graças a Deus eu me libertei de uma vez para sempre. Consegui (Camila).

Ao afirmar que quando decidiu voltar para o ex-marido, não o fez por vontade própria e sim por pressão social, sem perceber, a agente revela mais um tipo de violência da qual foi vítima, que é a violência simbólica, a violência de permanecer em um casamento desvantajoso apenas para cumprir sua parte na estrutura desse “sistema simbólico”. A comunidade em que Camila vive não é uma comunidade diferente das que as outras agentes vivem, comunidade rural, enfrentando escassez hídrica, distante de tudo, dependendo de sistemas de captação de água para produzir e viver. No entanto é unânime entre todos que a situação atual nem se compara ao passado, quando as políticas públicas não existiam na região.

Programas sociais trouxeram luz elétrica, água encanada e escolas para as comunidades, aproximando a população das tecnologias e facilidades da vida urbana, como eletrodomésticos e meios de comunicação à distância. Quando Camila conta sobre sua vida, é possível entender que a comunidade em que vive possuía um sistema de dominantes x dominados bem visível. E

quando ela explica que os tempos de hoje são bem melhores, tanto para ela que venceu sozinha na vida após o divórcio, quanto para as meninas e mulheres da comunidade que hoje podem trabalhar e estudar, revela que essa situação de dominação está começando a sofrer mudanças em seus *habitus*, uma vez que eles são duráveis, mas não são imutáveis.

Eu me enxergo uma pessoa guerreira. Diante de tanto machismo, diante de tanto preconceito, tanta humilhação que a gente mulher passa. De tanta coisa, assim, eu me sinto que sou vencedora. (...) hoje eu já vejo as mulheres de hoje já com outra visão e os homens também né. A gente não vai dizer que não é, porque a gente já vê muito machismo, mas muito homem já mudou essa visão (Camila).

Isso acontece porque o campo de poder, assim como todos os outros campos, é dinâmico e está sempre aberto a mudanças, uma vez que os capitais e as posições ocupadas pelos agentes no campo estão sempre sendo contestadas. Um dos responsáveis por essa mudança de posições é o acesso à educação formal que ensina aos agentes seus direitos e lhes dá armas para contestar suas posições no campo (Misoczky, 2003).

Então eu acho que a educação ela tem que ser libertadora, então que os nossos filhos, eu vejo que nossos filhos já não é como era o pai. Eles já têm uma outra visão, também tiveram uma outra educação. E outra escolaridade, então eu espero que meus netos também com certeza já vai ser outra pessoa que vai ver já a mulher como uma companheira e não como uma escrava né. Então acho que é isso que a gente tem que trabalhar pra que eles perceba e a mulher também não aceite ser escrava né. Ela seja dona de si, dona da sua própria vida e ninguém é de ninguém, tem que entender isso, que Deus colocou o homem e a mulher, mas foi para caminhar junto, não pra um escravizar o outro (Camila).

A educação é a ferramenta ideal para manter os campos dinâmicos. Seja a educação formal ou as informações obtidas através da mídia e da rede de internet, tecnologias atuais que chegam aos moradores das áreas mais remotas através de seus aparelhos de Smartphones. Inclusive na primeira reunião em 17 de março de 2022, ao presenciar as mulheres todas discursando e apresentando seus trabalhos com as cooperativas, questionei como elas haviam adquirido uma consciência de gêneros tão grande e a resposta foi a popularidade dos smartphones que lhes fornece informações através de vídeos explicativos.

Wacquant (2013) afirma que o próprio Bourdieu apontou a educação e a mídia como responsáveis pela crise do campesinato em sua comunidade nativa, Béarn.

Em *Le bal des célibataires* [O baile dos celibatários], o próprio Bourdieu diagnostica a crise do campesinato do seu Béarn nativo como fruto da penetração da sociedade de aldeia pela escola e pela mídia urbana, que rompe a correspondência circular entre as estruturas sociais baseadas no parentesco e as estruturas mentais divididas por gênero, características da ordem agrária tradicional. Essa linha de investigação é ampliada por Patrick Champagne, que mostra, em *L'héritage refusé* [A herança recusada], como a dominação simbólica do campesinato opera para acelerar seu encolhimento material mediante a intensificação do gap cultural através de gerações, promovendo, assim, estratégias de transmissão familiar e reconversão profissional que facilitam a substituição do camponês de aldeia do passado pelo empresário rural tecnicista,

orientado para os mercados nacional e global. O essencial do trabalho performativo da “formação de grupos” de cima, efetuado por líderes sindicais em relação às suas bases, bem como ao Estado, é examinado por Maresca em *Les dirigeants paysans* [Os dirigentes camponeses], que documenta como os agricultores menos representativos vêm tomar o leme do grupo para moldá-lo à sua própria imagem (Wacquant, 2013, p. 93-94).

E se a tecnologia contribuiu para a mudança na dominação simbólica no campesinato citado por Wacquant, também foi um dos contribuintes para a mudança no status de dominantes e dominados nas comunidades de Poço Redondo. Essa mudança que Camila afirma existir hoje, que pode ser comprovada pelos depoimentos das outras mulheres (quando elas dizem que o marido não manda nelas, que os dois são iguais e ele não é melhor que elas), ocorre por diversos fatores, pela educação recebida dentro do lar através dos pais, pela educação formal adquirida dentro das escolas e também pela formação desse campo social que transmite informações através das relações vivenciadas e também do acesso às mídias.

3.4. Protagonismo feminino e o direito à igualdade

O protagonismo feminino na região de clima semiárido começou a ser delineado quando se percebeu que as políticas de combate à seca não estavam surtindo efeito e não passavam de atos paliativos. Ao buscar entender, através de exemplos de políticas públicas aplicadas em regiões desérticas pelo mundo, como tratar as ações afirmativas com a intenção de tornar viável a vida dos habitantes e diminuir a migração, é que se chegou à conclusão de que era preciso criar políticas de convivência com a região ao invés de tentar combater o incombátível.

Para o agrônomo Márcio Moura (Agrônomo da ONG Caatinga e coordenador do Programa de Políticas Públicas) através de uma entrevista concedida ao portal IHU On-line a ideia de combater a seca é uma ideia ultrapassada pois a "seca é cíclica, e devemos aprender a conviver com as adversidades de um fenômeno que é natural" (ASA Brasil, 2023). Para ele a criação de programas que visam o combate à pobreza rural, incentivo à agricultura familiar, destinar créditos a agricultores rurais, bolsas de garantia safra e a construção de cisternas para a captação de água da chuva "não resolvem o problema, apenas transferem para a próxima geração, pois não são políticas concretas, que consigam que esses excluídos possam ter acesso aos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais. Na verdade, é uma maquiagem" (ASA Brasil, 2023).

Ainda assim, essa maquiagem surtiu efeitos positivos mesmo que seja paliativo. Essas políticas de convivência com o semiárido trouxeram alguns avanços para a região por possuir

como diferencial a inclusão das mulheres nas tomadas de decisões. Excluir as mulheres das tomadas de decisões é excluir parte considerável dessa sociedade. Incluir essas mulheres nas tomadas de decisões surtiu outro efeito, possibilitou fazê-las se perceberem como sujeitos ativos e capazes de fazer políticas tanto quanto os homens de sua convivência. Surgindo assim as lideranças femininas nas áreas rurais. Lideranças que lutaram e ainda lutam por manter seus direitos sociais garantidos através de ações afirmativas.

Todas as agentes da pesquisa demonstraram gratidão pelos programas sociais que permitiram que seus filhos frequentassem a escola, que garantiram a alimentação e o plantio em seus lares e quintais produtivos, mas esquecem que se não fossem suas buscas pela efetivação desses programas, nada disso teria acontecido. O protagonismo feminino nessas regiões fez nascer um novo jeito de conviver com a região semiárida e muitas nem se dão conta da importância de suas ações.

As ações afirmativas relacionadas à renda e produção permitiram que as mulheres ganhassem mais autonomia, o que conseqüentemente diminuiu o poder de dominação masculina sobre elas. Ações que permitiram que Clarice, Camila, Maria e tantas outras mulheres habitantes da região semiárida trocassem o ambiente doméstico, culturalmente destinado a elas, pelo ambiente externo, culturalmente reservado aos seus parceiros. Troca que gerou benefícios individuais e coletivos para as comunidades que elas habitam. Graças a essa mudança de paradigma social, as mulheres hoje se recusam em ser confinadas ao ambiente doméstico, mesmo que isso signifique assumir jornadas de trabalho múltiplas e gere sobrecarga física, mental e emocional. Nessa pesquisa, por exemplo, todas as agentes se mostraram capazes de comandar associações e cooperativas, tornando os projetos que gerenciam em projetos bem sucedidos.

Nesse sentido, mesmo com as mudanças ocorridas quanto à atuação da mulher, essa atribuição do público para o homem e do privado para o feminino passa por uma transformação muito lenta. Se, as mulheres estavam presas ao espaço privado, atualmente buscam serem agentes na gestão pública, revertendo um padrão social que perdura há séculos, entretanto, ainda continua sendo a responsável pelos afazeres domésticos, o que indica que ainda há muita luta pela frente. Isso não quer dizer que as mulheres que ainda ocupam os ambientes domésticos sem se envolver nas questões externas ao lar merecem o demérito, principalmente se for escolha delas se ocuparem apenas com o ambiente familiar. Afinal, o trabalho realizado dentro de casa é um trabalho. Ignorar isso gera desigualdades sociais e também conflitos dentro do lar familiar, uma vez que a mulher acaba sentindo que, por mais que faça, nunca será valorizada e nunca terá seus esforços reconhecidos.

Ainda que o trabalho remunerado receba mais valor socialmente que o trabalho não remunerado, realmente existe hoje uma consciência maior em relação ao trabalho realizado dentro do lar. Quando as agentes afirmaram ser chefes de família, por exemplo, revelaram que as fronteiras entre o trabalho não remunerado e o trabalho remunerado hoje estão diminuindo, uma vez que as mulheres não veem mais as atividades realizadas dentro de casa como suas obrigações e sim como um trabalho que, mesmo que não seja remunerado, é capaz de manter a coesão familiar tanto quanto o trabalho remunerado realizado por seus parceiros.

Por isso a importância de se questionar esses marcadores sociais que geram desigualdades entre homens e mulheres. Historicamente esse questionamento só começou a surgir quando as mulheres foram obrigadas a realizar trabalhos remunerados em fábricas e indústrias durante a Revolução Industrial para atender a alta demanda dessas instituições. Enquanto estavam confinadas ao ambiente doméstico, os homens puderam perpetuar na sociedade seus pensamentos patriarcais. Quando as mulheres puderam provar seus valores e perceberam que eram capazes de gerar renda para suas famílias, abriram seus olhos e perceberam que estavam vivendo em uma situação de grave desigualdade social, passando a buscar seus direitos.

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho e até mesmo a cultura geraram debates necessários na sociedade. Debates que posteriormente viraram um movimento e depois uma teoria. O movimento feminista, assim como todo movimento, gerou disputas e até perdas significativas. Mulheres que perderam a sua vida em nome de uma luta que traria benefícios para as próximas gerações. Ainda que tenha durado mais de um século para que as lutas das mulheres fossem efetivadas, hoje elas podem usufruir de direitos que por muitos séculos lhes foram negados.

No Brasil, o movimento feminista possuía inúmeras formações e estava presente em diversas regiões, tratando de temas distintos a cada uma delas: violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais, educação, saneamento, habitação e saúde. Apesar de ser um movimento que nasceu na classe média intelectualizada, teve importantes adesões das classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações nos dois lados (Pinto, 2010).

Estudar as características que relegaram a mulher a posição de inferioridade na hierarquia social, ignorando as características que deram aos homens a posição de superioridade, é como tomar o partido de um lado de uma briga sem analisar a situação como um todo. Compreender que as mulheres e os homens fazem parte de uma sociedade que

distingue cada um com predicados distintos e que ambos aceitam essas características como sendo legítimas, é o primeiro passo para entender as dinâmicas de gênero na sociedade.

Gênero é a construção histórica de masculinidade e feminilidade. Processo que ocorre quando a família cria as crianças desde o nascimento para que elas sigam um padrão de comportamento tido como natural ao sexo biológico. As meninas são ensinadas a conter seu gênio, a não gritar, a saber como se sentar e se portar diante da comunidade, a servir aos pais e irmãos sem reclamar, sem contestar sua posição dentro do lar. Desde cedo são dadas responsabilidades às meninas como ajudar as mães a cuidar da casa e a resolver problemas domésticos. Aos meninos é permitido a exibir fúria e comportamentos agressivos desde pequenos, comportamentos ditos masculinos são parabenizados e comportamentos ditos femininos são desencorajados. Desde cedo eles são acostumados a serem servidos e a protegerem suas posições de superioridade na hierarquia social.

Os reflexos dessa construção social de masculinidade e feminilidade são reforçados na vida adulta, colocando os meninos em posição de dominação e as meninas em posição de dominadas. E são repassados para as novas gerações gerando um ciclo de desigualdades por gerações e gerações. Quando um dos membros dessa sociedade contesta a posição que possui, é tratado pela sociedade como um desviante²⁴. É visto por todos como um rebelde que quer apenas chamar a atenção. Se o membro contestador dessa comunidade for uma mulher, é silenciada, não deixam que os outros a ouçam, é tratada com desdém e com desprezo.

Um exemplo bem comum que pode ser citado é a participação feminina na política, quando uma mulher sobe ao púlpito para falar, os membros das cadeiras a ignoram fazendo-a se sentir deslocada e ignorada propositalmente. Tentam diminuir sua inteligência como fizeram com a presidenta Dilma Rousseff em mais de uma ocasião. Tentam humilhar desfazendo os seus gostos pessoais e de sua aparência física como fizeram com ela inúmeras vezes. Assim, a discussão de gênero trouxe a necessidade de se rever essa construção social e de contestar a dominação sexual exercida pelos homens.

A legitimação da dominação masculina por parte da classe dominada é o que torna possível sua existência até hoje. Mas também existem fatores como o descrédito e o desencorajamento aos que tentam mudar as posições sociais. Podemos citar como exemplo a situação vivenciada pela ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff ou podemos também utilizar

²⁴ Utilizo o termo aqui no sentido dado por Howard S. Becker para desvio que é aquele que se desvia das regras do grupo.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

como exemplo a situação vivenciada por Camila que passou anos vivendo dentro de casa em um regime de violência física e psicológica e quando decidiu romper os laços com o abusador, passou a ser tratada por todos como uma desviante. A ela foi imposta a violência simbólica para que servisse de exemplo para as outras mulheres da comunidade e até hoje os que não sabem da sua história, acreditam que ela é ambiciosa por ter aberto mão do casamento para conseguir assim gerenciar a cooperativa. Não podemos esquecer que mesmo as nossas agentes sendo protagonistas de suas histórias, ainda recorrem à legitimação e ao consentimento dos seus companheiros para fazerem o que fazem.

Os mecanismos de sujeição como a violência simbólica sofrida por Camila são parte da estrutura social do campo. Campo que, como já foi dito em outros momentos, possui lutas internas mirando manter as posições dos agentes. Essas lutas podem ocorrer por causa de capitais específicos ou para que os capitais sejam reestruturados. Falando de forma leiga, a manutenção do campo é como um jogo de cabo de guerra em que ambos os lados dessa estrutura tentam vencer a batalha. No caso do campo, espaço social em que foi realizada a pesquisa, o jogo de cabo de guerra foi jogado hora entre as mulheres e as adversidades climáticas, hora entre as mulheres e os detentores de poder. Atualmente, enquanto as agentes desse campo lutam por garantir seus direitos, estão jogando um jogo que as envolve como dominadas e que envolve outros agentes, os detentores do capital, os dominadores.

As disputas do campo em que ocorreu a pesquisa são disputas complexas e envolvem o gerenciamento dos recursos hídricos, o gerenciamento de associações e cooperativas, o gerenciamento dos próprios lares e suas famílias e a luta pela garantia de seus direitos e o de todos que vivem na comunidade e dependem das cooperativas para sobreviver. Essas disputas permanecem até hoje devido aos mecanismos de manutenção do poder. Por isso Bourdieu afirma que as disputas dentro do campo são constantes e contínuas. Um exemplo disso é que quando a seca castigou a região, as agentes ocuparam uma posição de vítima e quando a educação conseguiu acessá-las através das escolas e das mídias, elas acessaram o lugar de vitoriosas nessa batalha.

Por fim, fica o desejo que a pesquisa tenha conseguido provar que as agentes escolhidas para fundamentar essa pesquisa são protagonistas, não só no gerenciamento dos recursos hídricos, que continua sendo suas responsabilidades mesmo com a implantação das tecnologias sociais hídricas próximas às suas residências. Mas também no gerenciamento das cooperativas e associações das quais são responsáveis. De qualquer forma, embora, ainda persista processos de socialização de *habitus* que imputa à mulher o papel de gênero restrito ao lar e aos cuidados dos afazeres domésticos e aos filhos, dificultando a possibilidade dessa mulher assumir a gestão

pública, quanto mais essas agentes se dispuserem a enfrentar esses obstáculos e outros que surgem no meio do caminho para adentrar no campo do gerenciamento de recursos públicos, maiores inquietações e questionamentos elas trarão sobre o real papel feminino, não apenas para aquela comunidade mas para a cultura em geral, contribuindo assim, para o debate e abertura de mudanças na vida delas e nas gerações futuras quanto a esse aspecto.

CONCLUSÃO

Ao vincular protagonismo feminino ao gerenciamento dos recursos hídricos havia a suposição de que as mulheres, agentes dessa pesquisa, passariam a assumir uma posição de destaque no campo em que estão inseridas. Isso porque, ao conseguirem assumir a posição de protagonistas através das políticas públicas de convivência com a região de clima semiárido, as agentes tiveram acesso não apenas a água encanada ou as cisternas de placa instaladas ao redor de suas residências, mas a conhecimentos e práticas que poderiam promover uma mudança de postura quanto a uma estrutura patriarcal em que foram socializadas.

A partir dos relatos, o ato de andar longas distâncias em busca de açudes ou poços para conseguir água para a família, um trabalho árduo e de grande desgaste físico, tomava boa parte do seu dia a dia, de modo que as mesmas não puderam investir tempo em sua formação para que tivessem mais oportunidades de obterem trabalhos bem remunerados. Uma observação importante que pode ser feita, é que, a maior parte das agentes com mais idade estudaram apenas até o Ensino Fundamental I ou não tiveram chance de se alfabetizar até que estivessem livres da obrigação de suprir a família com os recursos hídricos necessários à sobrevivência de todos.

O protagonismo feminino no campo em que a pesquisa foi desenvolvida possui um caráter complexo. Com histórias de vida difíceis e com grandes lutas no currículo, as agentes precisaram batalhar por elas e por seus filhos desde sempre. Sem seus esforços em busca de água no passado e ou em busca de melhores condições de vida, suas histórias não teriam o êxito que tem hoje. Entretanto, o *habitus* dominado ainda se faz presente, o que demonstra que a mudança de *habitus* é lenta e difícil.

Não obstante, à medida que a pesquisa caminhava ficava evidente que era um equívoco conjecturar que o gerenciamento dos recursos hídricos, conseqüentemente, o protagonismo feminino, ganharia maior visibilidade e reconhecimento social, contribuindo para a mudança no sistema patriarcal levando os homens e as mulheres a comportamentos menos machistas. Enquanto estavam presas a obrigação de gerenciar os recursos hídricos, a vida das agentes estava presa também ao patriarcalismo, ao conservadorismo e à dominação masculina.

É evidente que o campo em que estão inseridas ainda possui um forte caráter conservador e a dominação masculina ainda se faz bastante presente, no entanto, de acordo com a observação e com os depoimentos, é possível identificar uma mudança lenta ao longo dos anos. Sinal disso é que durante o período da pesquisa foi possível ver as mulheres que estão engajadas nas atividades da associação e das cooperativas serem casadas, mães e livres para

trabalhar fora de suas residências, mesmo que essa “liberdade” ainda careça do aval do companheiro.

A complexidade do campo se revela quando observamos que as mulheres que ocupam posições de destaque no campo afirmam que se veem como chefes de família, mantém uma relação de solidariedade muito maior com os filhos, se dividem entre os afazeres domésticos e as associações, decidem sobre a organização familiar, não há um enfraquecimento do papel dos homens, eles continuam sendo vistos como os provedores e aqueles que todos devem respeito (Scott, 1990).

As agentes que são casadas e assumem jornadas múltiplas deixavam escapar em suas falas que seus maridos não as impediam de nada. Isso nos revela que, mesmo as nossas agentes sendo protagonistas de suas histórias, ainda recorrem à legitimação e ao consentimento dos seus companheiros para fazer o que fazem. O campo, esse microcosmo dinâmico e com embates legítimos e legitimados pelos agentes nele inserido, apesar de ter sofrido mudanças em seus *habitus*, conserva características patriarcais.

As marcas da violência simbólica e até mesmo físicas foram carimbadas de tal maneira nessas mulheres, que mesmo que hoje se vejam como espelho e como um exemplo para a comunidade, ainda buscam a legitimação da sociedade. De modo que, quando demonstram resistências e resiliência aos processos de silenciamento e ao papel que lhe foi concebido, são julgadas pelas próprias companheiras, como no caso da nossa agente Camila. Por outro lado, ao não se restringirem ao ambiente privado, tendo voz nas reuniões, nos planejamentos e decisões das associações, enfim, lutando pelo reconhecimento do papel que exercem naquelas comunidades, elas vão tecendo uma nova história, possibilitando que as próximas gerações escrevam suas biografias ancoradas na igualdade, no respeito e na diminuição de qualquer tipo de violência sofrida pela mulher.

Se tem algo que essa pesquisa nos prova é que as mulheres hoje se recusam a ser confinadas ao ambiente doméstico mesmo que isso signifique assumir jornadas de trabalho múltiplas e gere sobrecarga física, mental e emocional. Todas as agentes comandam com bastante profissionalismo as associações e cooperativas, executando os projetos de forma bastante exitosa. Nenhuma delas pensou que não seria capaz de assumir essas demandas. Realidade que poderia não ter acontecido se elas tivessem aceitado o papel que a sociedade lhes imputou: subordinação e confinamento.

Como pesquisadora e acima de tudo como mulher que conhece de perto a violência simbólica que silencia as mulheres dia após dia, que não nos dá voz e que debocha quando tentamos levantar nossas vozes em nosso favor, essa é uma lição que pretendo levar para a vida.

Mesmo que o campo em que estamos inseridas diga que não serei capaz de concluir meus projetos, seguirei em frente lutando por aquilo que eu acredito, como elas fizeram e fazem até hoje. Assim, vamos seguindo em luta por uma sociedade mais humana e justa para todas as pessoas.

Algumas questões ficaram em aberto devido aos imprevistos que surgiram e a situação excepcional em que a pesquisa se deu devido as limitações impostas pela a pandemia da covid-19. Mas, que podem ser respondidas em pesquisas futuras, como por exemplo, uma análise mais profunda do gerenciamento das associações e cooperativas e os conflitos enfrentados pelas agentes para conseguir gerenciá-las.

Um estudo etnográfico permitirá analisar com maior profundidade os impactos das políticas públicas na vida desses agentes que viram suas vidas mudarem quando os programas Luz Para Todos, Caminho da Escola, P1MC entre outras políticas de convivência com o semiárido foram colocadas em prática na região.

Por fim, fica o desejo de que essa pesquisa possa auxiliar a comunidade acadêmica, a comunidade em geral em conhecer e entender mais sobre a região semiárida e essas mulheres que tanto batalham para manter vivos seus ideais, a sua cultura e tudo que representa a sua região. Parafraseando Euclides da Cunha, “Ser mulher, ser sertaneja é, antes de tudo, ser forte”!

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal**. In Anuário Antropológico 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1996.

ALVES, Joaquim. **História das secas (séculos XVII a XIX)**. Edições do Instituto do Ceará, 1953.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Abril Cultural/Brasiliense, vol. 20, 1985.

ARAÚJO, Elisângela. **Tecnologias sociais favorecem autonomia de mulheres em Sergipe**. Fundação Banco do Brasil, 2018. Disponível em: < <https://www.fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/tecnologias-sociais-favorecem-autonomia-de-mulheres-em-sergipe>> Acessado em: 13 dez. 2021.

ASA BRASIL. **Iniciativa do governo de combate a seca no semiárido brasileiro é uma ilusão**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/98-imprensa/asa-na-midia/1128-iniciativa-do-governo-de-combate-a-seca-no-semi%26aacute;rido-brasileiro-%26eacute;-uma-ilus%26atilde;o>> Acesso em: 23 de maio de 2023.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 38-54, 1994.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 2007.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BEZERRA, Nizomar Falcão. Água no semi-árido nordestino: experiências e desafios. **FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Água e desenvolvimento sustentável no semi-árido. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, série debates**, n. 24, p. 35-51, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Ed. Ática. São Paulo, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **The state nobility: Elite schools in the field of power**. Stanford University Press, 1998.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago University Press. Chicago, 1992.

BRANCO, Adélia de Melo. **Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre**. UFPB, ed. Universitária, João Pessoa, 2000.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl; BORGES, Janice Rodrigues Placeres; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. O protagonismo feminino: um caso de convivência sustentável com o Semiárido nordestino no Brasil. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 7, Edição Especial, p. 169-181, 2016.

BRASIL. **Delimitação do Semiárido**. Ministério do Desenvolvimento Regional, SUDENE, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>> Acessado em: 31 de mar. de 2022.

BRASIL. **Semiárido Brasileiro**. IBGE, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?edicao=16195&t=sobre>> Acessado em: 13 dez. 2021.

BRASIL. **Usos da água**. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Ministério do Desenvolvimento Regional, Governo Federal, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/usos-da-agua>> Acessado em: 26 de jul. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997**. Ministério da Justiça, Governo Federal, Brasília, 1997. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9433&ano=1997&ato=a12ATVU90MJpWTbaf>> Acessado em: 28 de jul. de 2022.

BRASIL. **Agricultura e Pecuária**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br>> Acessado em 16 de ago. de 2022.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2008.

BRASIL. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2013.

BRASIL. **Mulheres e política: decisões do TSE combatem fraude à cota de gênero**. Supremo Tribunal Eleitoral, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/mulheres-e-politica-decisoes-do-tse-combatem-fraude-a-cota-de-genero>> Acesso em: 03 de Ago. de 2023.

BRITO, Débora. **A água no Brasil: da abundância à escassez**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/agua-no-brasil-da-abundancia-escassez>> Acessado em: 26 de jul. de 2022.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, p. 142-150, 1998.

CAMPOS, Alexandra. A água, gênero e desenvolvimento. **CAMPOS**, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Desigualdad cultural y poder simbólico: la sociología de Pierre Bourdieu**. Instituto Nacional de Antropología e História, Escuela Nacional de Antropología e História, 1986.

CARONE, Renata Rodrigues. A atuação do movimento feminista no Legislativo Federal: caso da Lei Maria da Penha. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 181-216, 2018.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 189-202, 2011.

CIRILO, José Almir. Políticas públicas de recursos hídricos para o semi-árido. **Estudos avançados**, v. 22, p. 61-82, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e Perspectivismo do Feminismo para o próximo Milênio. In PASSOS, Elizete, ALVES, Ivya e MACÊDO, Márcia (orgs). **Met-moforses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: UFBA/NEIM, p. 25-35. 1998.

COSTA, Marili Marlene Moraes; MAZZARDO, Luciane de Freitas. Políticas públicas de inclusão social: provendo as bases da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. 2014.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, vol. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CRUZ, Maria Helena Santana. Empoderamento das mulheres. **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, 2018.

CRUZ, Maria Helena Santana; NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SANTANA, Anabela Maurício de. Reflexões sobre o poder mediadas pelo empoderamento das mulheres na condição de sujeito político. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.15, n.2, p.38-55, 2018.

DA COSTA, Rangel Alves. **Poço Redondo: Aspectos Sobre O Refúgio Do Sol**. Aracaju, 2023. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/2452160>> Acesso em: 05 de mai. de 2023.

DA SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v. 8, n. 2, p. 65-76, 2005.

D'ÁVILA NETO, Maria Inácia; DE SENA JARDIM, Gabriel. A fonte que nunca seca: o trabalho cotidiano de mulheres com a água no Semiárido. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 155-169, 2015.

DE JESUS, Cassiano Celestino; ALMEIDA, Isis Furtado. O movimento feminista e as redefinições da mulher na sociedade após a Segunda Guerra Mundial. **Boletim historiar**, n. 14, 2016.

DINIZ, P.C.L.; LIMA, J.R.T. **Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, 2017.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

FAÇANHA, Islene Pinheiro. Gênero e água: uma Leitura sobre as Políticas no Semiárido e a Inclusão Feminina. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 47, p. 339-356, 2019.

_____. **Gênero e Água: O caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais em Serra Talhada no Semiárido Brasileiro**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade NOVA de Lisboa (Portugal).

FERREIRA, Ana Paula Lopes. Agricultoras do Pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 1, 2016.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo feminino no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

FOUCAULT, Michael. **Two Lectures**. In: *Power and Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Ed. Colin Gordon, Nova York, 1980.

GARCÍA, Mariela. Alianza de género y agua colocando el enfoque de género a todos los niveles y en todos los sectores relacionados con el manejo del recurso hídrico. In: Santiago de Cali, Colombia. **Conferencia internacional agua y saneamiento en poblaciones pequeñas y medianas en el marco de la visión mundial. Recuperado del sitio web del Instituto CINARA Universidad del Valle**. p. 05 – 07, 2000.

GARJULLI, Rosana. Instrumentos institucionais para gestão de recursos hídricos no semiárido. **FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Água e desenvolvimento sustentável no semi-árido. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, série debates**, n. 24, p. 87-102, 2002.

GERMINIANI Haudrey; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. **Mulheres rurais e trabalho: (Re) articulação dos marcadores sociais da diferença**. In: I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil, 2017, Viçosa - MG. Família e Políticas Sociais. Viçosa-MG: UFV, 2017. v. 1. p. 1-10.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas?** in _____. (org.). Como elaborar projeto de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. Cap. 4, p. 41-57.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. Atlas, São Paulo, 2008.

GOMEZ, Fernanda. Estudo histórico documental sobre políticas públicas voltadas para a mulher no Brasil e na Itália: empoderamento x submissão. Araraquara, 2021.

GONDIM, Joaquim; FIOREZE, Ana Paula; ALVES, Rodrigo Flecha Ferreira; SOUZA, Wesley Gabrieli de. A seca atual no Semiárido nordestino – Impactos sobre os recursos hídricos. **Parc. Estrat.** Brasília-DF v. 22 n. 44 p. 277-300, 2017.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Disponível em: <<http://www.usp.br/paideia/artigos/>> Acessado em: 10 jan. de 2022.

HAAS, Jaqueline Mallmann. **Do campo projetado ao campo vivido: as trajetórias sociais no espaço rural de Brasil e Espanha.** (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, Brasil, 2012.

HERRERA, Karolyna Marin. **Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf> Acessado em 10 de jan. de 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

IBGE. Área territorial brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020

IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSA. **Semiárido brasileiro.** 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/rede-mcti/insa/semiarido-brasileiro>> Acesso em: 15 de jan. de 2022.

JIMENEZ, Ana Luisa & HARDY, Ellen. Masculinidad y Gênero. **Revista Cubana Salud Pública.** v.27 n.2 Ciudad de La Habana jul.-dic. 2001.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

LEAL, Adriana Karla Tavares Batista Nunes. Cisterna de placa: uma tecnologia social para a convivência com o semiárido. **ORGANIZADORES: JOZRAEL HENRIQUES REZENDE JOSÉ CARLOS TOLEDO VENIZIANI JÚNIOR**, p. 149, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, p. 14-36, 1997.

MARTIN, P.; BATESON, P. **Measuring behavior: an introductory guide.** 3.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 222p.

MASKREY, A. **Disaster Mitigation: A Community Based Approach.** Oxford: Oxfam, 1989.

MATIAS, Wédja Roberta Moura. Feminismo e empoderamento da mulher na sociedade brasileira. **Revista Cadernos de Clio**, v. 8, n. 1, 2018.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. **Campinas: Editora da Unicamp**, 2010.

MESQUITA, Irlanda Brandão. Avaliação das ações do Programa Mulher, Viver Sem Violência, no âmbito da Casa da Mulher Brasileira, em Fortaleza – Ceará. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). *Teoria, métodos e criatividade*. 28 ed. Vozes, Petrópolis - R.J. 2009.

MISOCZKY, Maria Ceci A. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, p. 9-30, 2003.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. **Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**, v. 16, 2014.

OLIVEIRA, Clara Flores Seixas de. **A construção social das leis penais: O caso da Lei do Femicídio no Brasil**. XXXI Congresso ALAS Uruguay, 2017.

ORTNER, Sherry. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** p. 95-120. In: BAMBERGER et al. A mulher, a cultura, a sociedade. Ed. Paz e Terra, 2012.

PANTALEÃO F., E.; BRITO, L. T. L.; CAVALCANTI, N. B.; ROLIM NETO, F. C. Cisternas de produção para a melhoria da qualidade de vida no Semiárido do estado de Pernambuco. **Revista Verde**, v. 10, n. 4, Pombal - Pernambuco, 2015.

PEIXE, Rita Inês Petrykowski; Canonica, Rosângela. Saberes e fazeres de Mulheres Rurais: Algumas narrativas. **Revista Educación, Política y Sociedad**, 2020.

PERES, M. A. C.; SANTOS. A. R. dos. **Um movimento social do semiárido? A articulação do semiárido brasileiro entre a sustentabilidade e a reforma agrária**. GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educacionais. XXII EPEN Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. 28-31 de out de 2014. Natal/RN.

PINHEIRO, Antonio Gebson et al. Lacunas de produtividades e estratégias de cultivo na melhoria da produção de forragem para a região semiárida brasileira-Revisão. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 14, n. 04, p. 2403-2426, 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, p. 15-23, 2010.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy e direitos humanos. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). O Progresso das Mulheres no Brasil 2003 - 2010. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PONTES, Emilio Tarlis. A estreita relação entre mulher e água no semiárido: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 14-21, 2013.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. **Anais. Seminário Internacional Fazendo Gênero**, p. 1-11, 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. 1988.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1998.

RIOS, Pedro Paulo Souza; BASTOS, Adson dos Santos; BARROS, Edonilce da Rocha. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2015.

ROSA, Alexsandra Matilde Resende; GUARDA, Vera Lúcia de Miranda; ALVES, Kerley dos Santos. GÊNERO E ÁGUA. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 21, n. 3, p. 1177-1194, 2020.

SÁ, Iêdo Bezerra; CUNHA, Tony Jarbas Ferreira; TEIXEIRA, Antonio Heriberto de Castro; ANGELOTTI, Francislene; DRUMOND, Marcos Antonio. **Processo de desertificação no semiárido brasileiro**. EMBRAPA, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, 2ª reimpressão, ed. Graphium Editora para a Editora Fundação Perseu Abramo. 2011.152 p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica).

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 22, p. 120-156, 2009.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 173-186, 2008.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, abr. 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2,1995.

SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide Meira. Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. IN: (Orgs) VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços públicos e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1996.

SCOTT, Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos De Pesquisa**, (73), 38-47, 1990.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; TEIXEIRA, Mylene Nogueira. Feministas no Sertão: Percursos emancipatórios. IN: Sociologia da socialização: novos aportes teóricos. Organização Maria da Graça Jacintho Setton. 253 p. São Paulo: FEUSP, 2018.

SILANS, Alain Passerat de. Alternativas Científicas e tecnológicas para o abastecimento de água no semi-árido. **FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Água e desenvolvimento sustentável no semi-árido. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, série debates**, n. 24, p. 133 - 160, 2002.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical–pensamento e movimento. **Textura**, v. 3, n. 1, p. 24-34, 2008.

SILVA, Virgínia Mirtes de Alcântara et al. O desastre seca no Nordeste Brasileiro. **POLÊM! CA**, v. 12, n. 2, p. 284-293, 2013.

SILVA, Bárbarah Brenda; REZENDE, Sonaly. **O protagonismo invisível de mulheres residentes em áreas rurais do Brasil nas ações de saneamento**. UFMG, 2017.

SILVA, Everlane Suane de Araújo da; PAES, Neir Antunes. Programa Bolsa Família e a redução da mortalidade infantil nos municípios do semiárido brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 623-630, 2019.

SOARES, Daniela Nogueira. **Gênero e Água – Desenhos do Norte, Alternativas do Sul: Análise da Experiência do Semi-Árido Brasileiro na Construção do Desenvolvimento Democrático**. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Brasília, 350 p. 2009.

SOARES, Jane Arimercia Siqueira; BARBOSA, Erivaldo Moreira. Políticas de acesso à água no Brasil: pensando a evolução das políticas de combate à seca no semiárido. **R. gest. sust. ambient.**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 443-467, 2019.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, p. 25-34, 2000.

SOUZA, J. A; RIBEIRO, E. **Transposição do Rio São Francisco e seus efeitos sobre o Território**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – A AGB e a Geografia Brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos – 10 a 16 de agosto de 2014, Vitória – ES.

SOUZA, A. B.; COSTA, C. T. F.; FIRMINO, P. R. A.; BATISTA, V. S. **Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido na Região do Cariri Cearense**. EMBRAPA, Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 34, n. 2, 2017.

SOUZA, Vitória Diniz de. “MULHERES UNI-VOS!”: O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL (1832-1934). **Revista de História Bilros: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s)**, v. 6, n. 13, 2018.

SOUZA, Leigh Maria de. O conceito de habitus e campo: princípios que sustentam o ethos docente da educação profissional agrícola. **Colóquio Nacional-A produção do conhecimento em Educação Profissional**, 2013.

TALONE, Vittorio da Gamma. Archer, Boltanski e Lahire: partindo com a teoria social de Bourdieu. 2018.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 769-797, 2016.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 87-103, 2013.

APÊNDICE

Apêndice – 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	123
Apêndice – 2 – Roteiro de entrevista.....	125
Apêndice – 3 – Entrevista	126
Apêndice – 4 – fotos	127
Apêndice – 5 – fotos	128
Apêndice – 6 – fotos	129
Apêndice – 7 – fotos	130
Apêndice – 8 fotos	131
Apêndice – 9 fotos	132



APÊNDICE – 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado e Doutorado em Sociologia
Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”
PPGS/UFS CEP: 49.100-000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação e, se for o caso, autorização de seu responsável, na Pesquisa: **O protagonismo feminino no gerenciamento dos recursos hídricos na zona rural do município de Poço Redondo – Se**

Por intermédio deste Termo lhes são garantidos os seguintes direitos:

- (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa;
- (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal;
- (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido;
- (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS responsável por esta Pesquisa.”

Aracaju, ____ de _____ de 2022

Participante: _____

Assinatura: _____

Endereço Eletrônico: _____

Pesquisador Responsável: _____

Gleisiane Purificação de Faria

APÊNDICE – 2

1. Roteiro da observação participante e entrevista semiestruturada.

1 – Protagonismo feminino no seio familiar

a) Aspectos físicos:

- Moradia
- Situação da água para consumo, criação e plantação
- Eletricidade
- Situação do povoado ou comunidade em que vive

b) Aspectos relacionais

- Qual a posição que a mulher ocupa na família.
- Qual o entendimento da mulher sobre chefia familiar.
- Como é dividida as responsabilidades familiares dentro de casa.
- Quem é o responsável pela renda familiar e como é dividida as responsabilidades com

as despesas da casa.

- Contribui com a renda familiar de alguma forma.
- Possui alguma autonomia no seio familiar.

2 – A relação da mulher com a região semiárida e a representação feminina diante da sociedade.

- Socialização
- Reconhecimento dos seus direitos civis e sociais
- O que é ser mulher para elas.
- Quem administra os quintais produtivos.
- Participa de associações
- Participa de movimentos sociais
- Estabilidade familiar (a autonomia da mulher interfere na estabilidade familiar).

3 – Gestão da água e a relação com as políticas públicas

- Quem administra a água proveniente de poços e açudes
- Quem fica responsável por pagar a taxa de uso da água dos reservatórios (Outorga).
- É beneficiado por alguma política pública hídrica.
- Políticas públicas de convivência com o semiárido (Quais conhece e quais faz uso dos

benefícios em tempo de seca).

APÊNDICE – 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado e Doutorado em Sociologia
Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”
PPGS/UFS CEP: 49.100-000

ENTREVISTA

Tema da pesquisa: O protagonismo feminino no gerenciamento dos recursos hídricos na zona rural do município de Poço Redondo – Se

Parte 1 – Dados de caracterização

Entrevistada: _____

Ano em que nasceu: _____

Estado civil: _____

Tem filhos?

() sim

() não

Quantos? _____

Qual a sua escolaridade? _____

Você é chefe de família?

() sim

() não

A água utilizada na sua casa é proveniente de...?

() Rede geral de distribuição

() Poço ou nascente

() Outro meio

Qual? _____

Sua família participa de algum projeto do governo? _____

Sua família já foi beneficiada por alguma política pública? _____

Você faz parte de alguma associação comunitária? _____

Parte 2 – Questionamentos relacionados ao tema da pesquisa

1 – Quando você pensa em água, o que vem primeiro em sua mente? O que a água representa em sua vida?

2 – Em relação ao semiárido, o que ele representa em sua vida? O que o semiárido significa para você?

3 – O que é ser mulher para você?

4 – Em quais momentos da sua vida você sente que é a comandante? Sente que está controlando a situação?

5 – Como você se enxerga diante da sociedade?

6 – Como você lida com a falta de água? Quais estratégias utiliza para lidar com a seca?

7 - Quais são as suas responsabilidades diárias?

8 – Você tem a ajuda de alguém para realizar as tarefas diárias?

9 – Você possui conhecimento dos seus direitos como cidadã?

10 – Quem é o responsável por administrar a água das cisternas em sua família?

Parte 3 – Questionamentos referentes à natureza das perguntas

1 – O que mais você gostaria de falar sobre o tema da pesquisa que não foi perguntado aqui?

2 – As perguntas te deixam desconfortável? Se sim, quais causam desconfortos e por qual motivo?

3 – Qual a sua sugestão para melhorar as perguntas?

APÊNDICE – 4
Produtos produzidos pela Cooperativa de Leites e Derivados



APÊNDICE – 5
Produtos produzidos pela Cooperativa de Leites e Derivados



APÊNDICE – 6
Produtos produzidos pela Cooperativa de Leites e Derivados



APÊNDICE – 7

Reunião e recepção com as agentes da Cooperativa de Mel de Abelhas



APÊNDICE – 8

Decantadores de mel e processadores dos favos



APÊNDICE – 9
Produtos feitos com a frutas e palma da região.
Quintal da cooperativa Dom José Brandão de Castro

